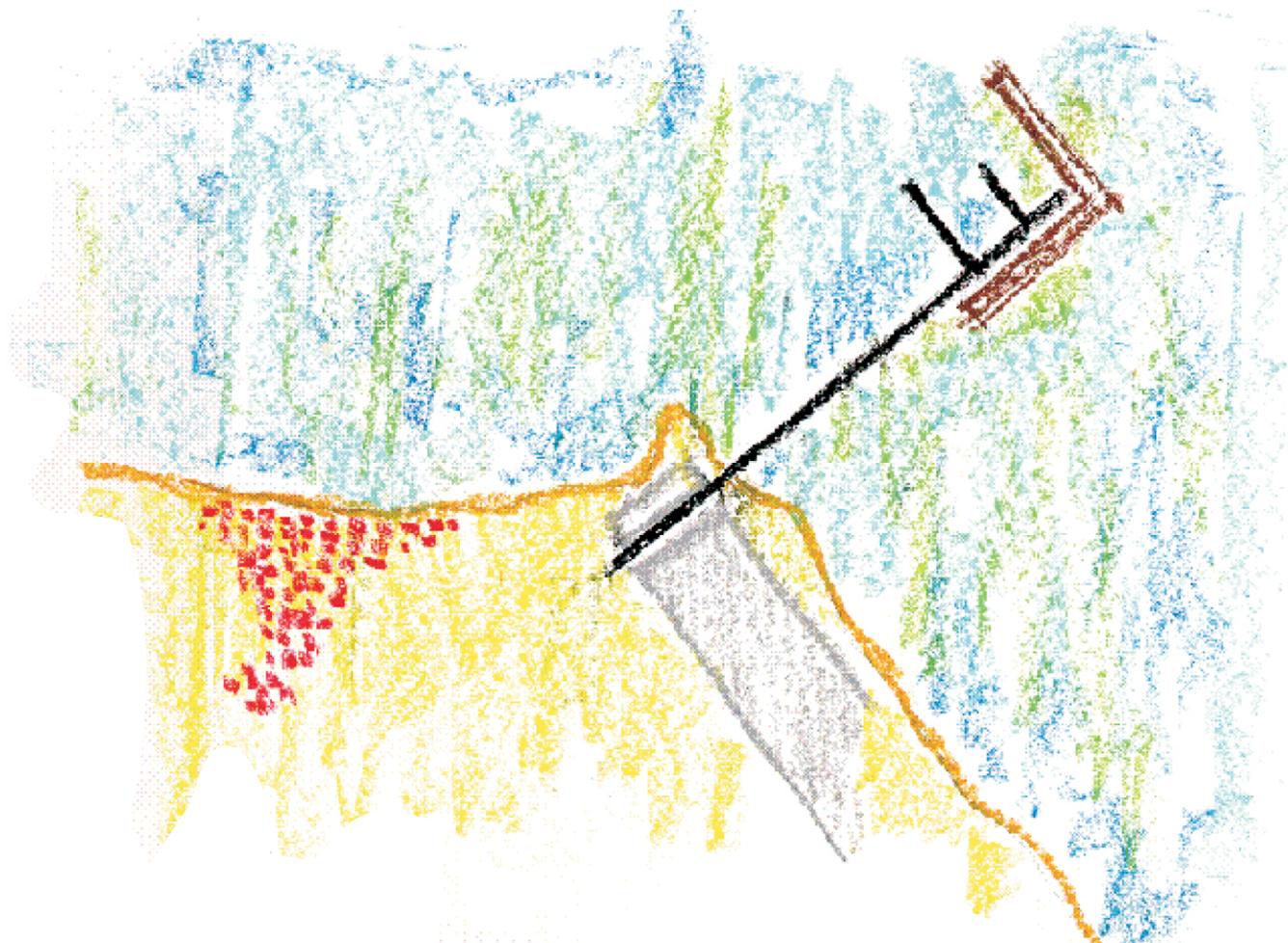


GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA - SEINFRA



**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - AAE
DO COMPLEXO INDUSTRIAL - PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP E ÁREA DE INFLUÊNCIA**

RELATÓRIO N°03
DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS INTEGRANTES DA AAE/CIPP

**DEMOGRAFIA
SÓCIO-ECONOMIA**

VOLUME 01



ASSOCIAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA ENGENH. PAULO DE FRONTIN - ASTEF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

AGOSTO-2004
FORTALEZA - CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA – SEINFRA

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - AAE
DO COMPLEXO INDUSTRIAL - PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP E ÁREA DE INFLUÊNCIA**

**RELATÓRIO Nº 03
DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS INTEGRANTES DA
AAE/CIPP**

**DEMOGRAFIA E SÓCIO-ECONOMIA
VOLUME 01**



ASSOCIAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA ENGº PAULO DE FRONTIN - ASTEF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

AGOSTO-2004
FORTALEZA-CEARÁ



GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA

SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA

LUIS EDUARDO BARBOSA DE MORAIS



ELABORAÇÃO

ASSOCIAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA ENG. PAULO DE FRONTIN - ASTEF

COORDENAÇÃO

AIRTON IBIAPINA MONTENEGRO JR. – Urbanista / Sub-coordenador – Estruturação do Território
HAMILTON FERREIRA GOMES DE ABREU – Engenheiro Mecânico / Sub-coordenador 01 – Arcabouço Infra-estrutural
JOANA D'ARC DE OLIVEIRA – Economista / Sub-coordenadora – Demografia e Sócio-Economia
MARCO AURÉLIO HOLANDA E CASTRO – Engenheiro Civil / Sub-coordenador 02 – Arcabouço Infra-estrutura
MARCOS JOSÉ NOGUEIRA DE SOUZA – Geógrafo / Sub-coordenador – Meio Físico Natural
SÉRGIO ARMANDO DE SÁ BENEVIDES – Engenheiro Civil / Coordenador Geral

EQUIPE TÉCNICA

- MEIO FÍSICO NATURAL
 - AFRÂNIO GOMES FERNANDES – Botânico
 - EDSON VICENTE DA SILVA – Geógrafo
 - JORGE SATANDER FREIRE – Geólogo
 - LÚCIA BRITO DA CRUZ – Geógrafa
 - LUIZ GONÇAZAGA SALES – Zoólogo
 - MARIA ALDEMIZA GADELHA DE ALMEIDA – Geoprocessamento
 - MARIA LÚCIA BRITO DA CRUZ – Geógrafa
 - MARCOS AURÉLIO H. CASTRO – Engenheiro Civil
 - MARCOS JOSÉ NOGUEIRA DE SOUZA – Geógrafo
 - MARCOS JOSÉ NOGUEIRA DE SOUZA FILHO – Advogado
 - MANUEL RODRIGUES DE FREITAS FILHO – Geoprocessamento
 - VLADIA PINTO VIDAL DE OLIVEIRA – Geóloga
- DEMOGRAFIA E SÓCIO-ECONOMIA
 - ABRAHAM BENZAQUEM SICCÚ – Engenheiro de Produção
 - ALEXANDRE WEBER ARAGÃO VELOSO – Economista
 - JOANA D'ARC DE OLIVEIRA – Economista
 - LUCIANA CÉSAR TORRES MELO LIMA – Engenheira Civil
- ARCABOUÇO INFRA-ESTRUTURAL
 - ANTONIO PAULO DE HOLLANDA CAVALCANTE – Engenheiro Civil
 - CAMILLA ARAÚJO COLARES DE FREITAS – Advogada
 - FERNANDO ANTONIO BEZERRA DE MENESES – Engenheiro Civil
 - HAMILTON FERREIRA GOMES DE ABREU – Engenheiro Mecânico
 - JESUALDO PEREIRA DE FARIAS – Engenheiro Mecânico
 - MARCO AURÉLIO HOLANDA E CASTRO – Engenheiro Civil
 - MÁRIO ÂNGELO NUNES DE AZEVEDO FILHO – Engenheiro Civil
 - SÉRGIO ARMANDO DE SÁ BENEVIDES – Engenheiro Civil
- ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO
 - ANA CRISTINA GIRÃO BRAGA – Arquiteta e Urbanista
 - EDUARDO ARAUJO SOARES – Arquiteto e Urbanista
 - FAUSTO NILO COSTA JÚNIOR – Arquiteto e Urbanista
 - RENATA PARENTE PAULA PESSOA – Arquiteta e Urbanista

EQUIPE DE APOIO

ADRIANO DUARTE VIEIRA – Estagiário de Engenharia Civil
ANDRÉ MOURA DA SILVA – Corelista
DANIELLE ALVES LOPES – Digitadora
FERNANDA ELIAS FERNANDES – Secretária
HENRIQUE SOARES DE COIMBRA – Corelista
JEFFERSON GIRÃO BESSA – Estagiário de Engenharia Civil
MARCELO MAXIMILIANO DA COSTA – Digitador

SUMÁRIO



1.0 DEMOGRAFIA E SÓCIO-ECONOMIA	01
1.1 SIGNIFICADO DO CIPP PARA O ESTADO DO CEARÁ	02
1.1.1. AS INTER-RELAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	03
1.2 A DEMOGRAFIA NO ESTADO DO CEARÁ	06
1.2.1. DEMOGRAFIA	07
1.2.2. EVOLUÇÃO RECENTE DOS INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS	09
1.2.2.1. Educação	10
1.2.2.2. Saúde	12
1.2.2.3. Força de Trabalho e Renda	15
1.2.2.4. Setores Produtivos	18
1.2.2.5. Setor Público	21
1.3 ASPECTOS POPULACIONAIS E DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP	25
1.3.1. A ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DO CIPP	25
1.3.2. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DEMOGRÁFICO EM CURSO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP	26
1.3.3. O CIPP E SEU IMPACTO NO CRESCIMENTO POPULACIONAL DA ÁREA EM ESTUDO	31
1.3.3.1. Análise dos Impactos sobre a Distribuição Espacial da População Face aos Investimentos Públicos Já Realizados	31
1.3.3.2. Caracterização do Processo de Transformação Demográfica Recente: Espacialização do Quadro Demográfico Atual e Evolução da Taxa de Urbanização e das Densidades Populacionais	32
1.3.4. CONCLUSÃO	43
1.4 DIAGNÓSTICO DA ECONOMIA DA ÁREA DE ESTUDO (CAUCAIA E SÃO GONÇALO DO AMARANTE) E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE INFLUÊNCIA	43
1.4.1. ATIVIDADE ECONÔMICA ENVOLVENDO OS SETORES PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO	43
1.4.2. INSERÇÃO E PERSPECTIVAS TURÍSTICAS DA REGIÃO	52
1.4.3. ANÁLISE DA ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA	61
1.5 CONHECIMENTO E SÍNTESE DO QUADRO ECONÔMICO DA ESTRUTURAÇÃO PORTUÁRIA COMPROMETIDA NA ÁREA	64



1.5.1.	LEVANTAMENTO DA INFLUÊNCIA PORTUÁRIA NA ESTRUTURAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA	64
1.5.1.1.	Importância de um Terminal Portuário	64
1.5.1.2.	O Terminal Portuário e a Comunidade: Integração e Eficiência	65
1.5.1.3.	O Terminal Portuário do Pecém	65
1.5.2.	CONHECIMENTO E SÍNTESE DOS ESTUDOS ECONÔMICOS - INDUSTRIAIS DESENVOLVIDOS NA ÁREA	69
1.5.3.	ESTÁGIO E PROGRAMAÇÃO DE MATUREZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM MARCHA OU PROJETADOS PARA A ÁREA	75
1.5.4.	CONCLUSÕES	88
2.0	ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO	89
2.1	VISÃO DO CIPP E ÁREA DE INFLUÊNCIA	90
2.1.1.	A ESTRUTURAÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL DO ESTADO E A IMPLANTAÇÃO DO CIPP	90
2.1.2.	O CIPP NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, RMF	90
2.1.3.	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA RMF	93
2.1.4.	ORIGEM E A EVOLUÇÃO DOS ARTEFATOS CONSTRUÍDOS	94
2.1.5.	CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES INTRA E INTER-REGIONAIS	99
2.1.6.	ASPECTOS RELEVANTES DO AMBIENTE NATURAL E SUA RELAÇÃO COM OS ARTEFATOS CONSTRUÍDOS	100
2.1.7.	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA MICRORREGIÃO	104
2.1.8.	AS COMUNIDADES URBANAS E RURAIS NA MICRORREGIÃO	106
2.2	A ESTRUTURAÇÃO URBANA	108
2.2.1.	MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA ÁREA PILOTO DO CIPP, SUAS CIDADES, ÁREAS E POPULAÇÕES	108
2.2.2.	MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DO CIPP, SUAS CIDADES, ÁREAS E POPULAÇÕES	111
2.2.3.	O PROCESSO EVOLUTIVO DAS CIDADES A PARTIR DE FORTALEZA	112
2.2.4.	CONFIGURAÇÃO ATUAL DA REDE DE CIDADES	115
2.3	TIPOLOGIAS E ABRANGÊNCIA ESPACIAL DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA MICRORREGIÃO	124
2.3.1.	ESPACIALIZAÇÃO DOS USOS PREDOMINANTES E CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO ...	125



2.3.2.	DISPONIBILIDADE DE LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA INCIDENTE SOBRE A REDE URBANA ..	134
2.3.3.	PERÍMETROS URBANOS DELIMITADOS	136
2.3.4.	DISPONIBILIDADE DE CADASTRO IMOBILIÁRIO PARA APOIAR AÇÕES DE PLANEJAMENTO	143
2.3.5.	PROJETOS ESTRUTURANTES PREVISTOS E O SEU PROVÁVEL IMPACTO NOS CENTROS URBANOS EXISTENTES	144
2.4	CENÁRIO PROVÁVEL DA CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DA CONSOLIDAÇÃO DO CIPP	151
2.4.1.	AS DIRETRIZES DO PLANO DE GESTÃO DO CRESCIMENTO URBANO DO CIPP E ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA	155
2.4.2.	IMPLANTAÇÃO DOS GRANDES COMPLEXOS INDUSTRIAIS DE ACESSO RESTRITO	158
2.4.3.	INTERFACES COM AS ESTRUTURAS AMBIENTAIS RELEVANTES	160
2.4.4.	EXPANSÃO DAS ATIVIDADES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E INSTITUCIONAIS	160
2.4.5.	CONCLUSÕES	161
	GLOSSÁRIO (MEIO FÍSICO NATURAL • INFRA-ESTRUTURA • ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO)	164
	BIBLIOGRAFIA (MEIO FÍSICO NATURAL • INFRA-ESTRUTURA • ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO)	180



RELAÇÃO DE QUADROS, FIGURAS E MAPAS

• QUADROS

DEMOGRAFIA E SÓCIO-ECONOMIA

QUADRO Nº 01 -	EVOLUÇÃO POPULACIONAL NO PERÍODO 1980/2000 - BRASIL, NORDESTE E CEARÁ	07
QUADRO Nº 02 -	DENSIDADE DEMOGRÁFICA E TAXA DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL, NA REGIÃO NORDESTE E NO ESTADO DO CEARÁ - EVOLUÇÃO NO PERÍODO 1980/2000	08
QUADRO Nº 03 -	EVOLUÇÃO DO PERFIL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO (COM 10 ANOS OU MAIS) CEARÁ E BRASIL - 1992/2002	12
QUADRO Nº 04 -	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR FAIXA DE RENDA BRASIL, NORDESTE E CEARÁ - 1992/2002	15
QUADRO Nº 05 -	POPULAÇÕES TOTAIS, URBANAS E RURAIS DAS SEDES MUNICIPAIS E DOS DISTRITOS PERTENCENTES À REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CIPP - DADOS CENSITÁRIOS DE 1970, 1980, 1991, 1996 E 2000	39
QUADRO Nº 06 -	TAXAS DE CRESCIMENTO DAS POPULAÇÕES DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CIPP - DADOS CENSITÁRIOS DE 1970, 1980, 1991, 1996 E 2000	40
QUADRO Nº 07 -	DENSIDADE DEMOGRÁFICA E TAXA DE URBANIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS COMPONENTES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP – EVOLUÇÃO NO PERÍODO 1991/2000	41
QUADRO Nº 08 -	PRODUTO INTERNO BRUTO E <i>PER CAPITA</i> A PREÇO DE MERCADO CORRENTE	44
QUADRO Nº 09 -	ESTRUTURA SETORIAL DO VALOR ADICIONADO MUNICIPAL (%) - 1998	44
QUADRO Nº 10 -	EMPRESAS DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA – 2000	45
QUADRO Nº 11 -	ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, POR SETOR - 2000	46
QUADRO Nº 12 -	ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS VAREJISTAS, POR GÊNEROS DE ATIVIDADES, 2000	47
QUADRO Nº 13 -	EMPRESAS INDUSTRIAIS ATIVAS POR TIPO - 2000	47
QUADRO Nº 14 -	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - GÊNEROS DE ATIVIDADE - 2000	48



QUADRO Nº 15 -	CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, POR CLASSES DE CONSUMO – 2001	50
QUADRO Nº 16 -	EMPREGOS EXISTENTES EM 31/12/2001, SEGUNDO O GÊNERO	51
QUADRO Nº 17 -	FATORES DETERMINANTES NA ESCOLHA DO CEARÁ COM DESTINO TURÍSTICO	54
QUADRO Nº 18 -	GASTOS MÉDIOS (EM R\$ 1,00)	54
QUADRO Nº 19 -	POSIÇÃO NO RANKING DE MUNICÍPIOS VISITADOS POR TURISTAS	55
QUADRO Nº 20 -	PERCENTUAL DE DEMANDA TURÍSTICA COM RELAÇÃO AO ESTADO DO CEARÁ	55
QUADRO Nº 21 -	NÚMERO DE TURISTAS QUE VISITARAM OS MUNICÍPIOS	56
QUADRO Nº 22 -	PERCENTUAL DA DEMANDA (%) - SEM CONSIDERAR O MUNICÍPIO DE FORTALEZA	56
QUADRO Nº 23 -	TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO TURISTA EM DIAS	57
QUADRO Nº 24 -	ATRATIVOS TURÍSTICO VOCAÇÕES E POTENCIALIDADES	59
QUADRO Nº 25 -	INDICADORES DE RECEITA TOTAL E RECEITA TRIBUTÁRIA EM 2000 (EM REAIS)	62
QUADRO Nº 26 -	PARTICIPAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA NA RECEITA TOTAL	62
QUADRO Nº 27 -	DÍVIDA ATIVA / RECEITA TOTAL	63
QUADRO Nº 28 -	DÍVIDA ATIVA / RECEITA TRIBUTOS	63
QUADRO Nº 29 -	PRINCIPAIS MERCADORIAS / EXERCÍCIO 2002 - TONELADAS ..	69
QUADRO Nº 30 -	SÍNTESE DOS ESTUDOS ECONÔMICOS-INDUSTRIAIS DESENVOLVIDAS NA ÁREA	69
QUADRO Nº 31 -	ÁREAS POR SETOR INDUSTRIAL	70
QUADRO Nº 32 -	ÁREA DESTINADA ÀS INDÚSTRIAS PRIMÁRIAS I	71
QUADRO Nº 33 -	ÁREA OCUPADA POR FASES DE DESENVOLVIMENTO	71
QUADRO Nº 34 -	ÁREAS DESTINADAS ÀS INDÚSTRIAS PRIMÁRIAS II	71
QUADRO Nº 35 -	ÁREAS DESTINADAS ÀS INDÚSTRIAS POR CATEGORIAS	71
QUADRO Nº 36 -	EMPREENHIMENTOS ATRAÍDOS PELO PROGRAMA DE PROMOÇÃO INDUSTRIAL E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS NO CEARÁ	76



QUADRO Nº 37 -	INVESTIMENTOS E EMPREGOS DIRETOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA E NO CEARÁ, POR STATUS DO EMPREENDIMENTO - JAN/1995 A JAN/2003	77
QUADRO Nº 38 -	RELAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DOS GÊNEROS INDUSTRIAIS ..	78
QUADRO Nº 39 -	DADOS DOS EMPREENDIMENTOS IMPLANTADOS E EM IMPLANTAÇÃO POR SETOR	79
QUADRO Nº 40 -	DADOS DOS EMPREENDIMENTOS EM FASE DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES POR SETOR	80
QUADRO Nº 41 -	PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS ATRAÍDOS E JÁ IMPLANTADOS NO CEARÁ	81
QUADRO Nº 42 -	PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS ATRAÍDOS E EM IMPLANTAÇÃO NO CEARÁ	82
QUADRO Nº 43 -	PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS EM FASE DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM DESTINO AO CEARÁ	83
QUADRO Nº 44 -	EMPRESAS ATRAÍDAS NO PERÍODO DE JAN/95 A JAN/2003	84
QUADRO Nº 45 -	EMPRESAS DE IMPLANTAÇÃO	85
QUADRO Nº 46 -	EMPRESAS ATRAÍDAS NO PERÍODO DE JAN/95 A JAN/2003	86

ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

QUADRO Nº 47 -	ANÁLISE DE CENÁRIOS PARA A ESTRUTURAÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL	152
QUADRO Nº 48 -	ANÁLISE DE CENÁRIOS PARA A ACESSIBILIDADE E TRANSPORTE	153
QUADRO Nº 49 -	ANÁLISE DE CENÁRIOS PARA AS ATIVIDADES ECONÔMICAS.	154
QUADRO Nº 50 -	ANÁLISE DE CENÁRIOS PARA O MEIO-AMBIENTE	154

• FIGURAS

DEMOGRAFIA E SÓCIO-ECONOMIA

FIGURA Nº 01 -	TAXA DE ANALFABETISMO ADULTO (PESSOAS COM 15 ANOS OU MAIS) BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E RMF - 1992/2002	10
FIGURA Nº 02 -	TAXA DE ESCOLARIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL. BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E RMF - 1992/2002	10
FIGURA Nº 03 -	TAXA DE ESCOLARIDADE DO ENSINO MÉDIO. BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E RMF - 1992/2002	11



FIGURA Nº 04 -	NÚMERO E PERCENTUAL DE PESSOAS COM PELO MENOS O 2º GRAU COMPLETO CEARÁ - 1992/2002	11
FIGURA Nº 05 -	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM PELO MENOS O 2º GRAU COMPLETO. BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E RMF - 1992/2002 ...	12
FIGURA Nº 06 -	MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ (POR MIL HABITANTES) - 1992/2000	13
FIGURA Nº 07 -	EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER DO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ - 1991/2000	13
FIGURA Nº 08 -	PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA REGULAR. CEARÁ, NORDESTE E BRASIL (EM %) - 1992/2002	13
FIGURA Nº 09 -	NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE COM NÍVEL SUPERIOR. BRASIL, NORDESTE E CEARÁ (POR MIL HABITANTES) - 1997/2001	14
FIGURA Nº 10 -	PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ACESSO A REDE DE COLETA DE ESGOTOS FORTALEZA (RMF), CEARÁ, NORDESTE E BRASIL (EM %) - 1992/2002	14
FIGURA Nº 11 -	PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ACESSO A COLETA DE LIXO CEARÁ, NORDESTE E BRASIL (EM %) - 1992/2002	14
FIGURA Nº 12 -	EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO CEARÁ - 2003	15
FIGURA Nº 13 -	PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA E DESEMPREGADA NA PEA BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E FORTALEZA - 1992/2002	15
FIGURA Nº 14 -	PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA NA POPULAÇÃO OCUPADA - 1992/2002	16
FIGURA Nº 15 -	PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA PRODUÇÃO PARA CONSUMO PRÓPRIO NA POPULAÇÃO OCUPADA - 1992/2002 ..	16
FIGURA Nº 16 -	ÍNDICE DE GINI - IPEA - 1992/2002	16
FIGURA Nº 17 -	EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI - IPEA BRASIL E CEARÁ - 1992/2002	17
FIGURA Nº 18 -	EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI - IBGE BRASIL E CEARÁ - 1992/2002	17
FIGURA Nº 19 -	PROPORÇÃO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DA POBREZA BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E RMF - 1992/2002	17



FIGURA Nº 20 -	EVOLUÇÃO DO PIB CEARÁ POR SETORES - 2002/2003 (%)	18
FIGURA Nº 21 -	PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) CRECIMENTO ACUMULADO CEARÁ, NORDESTE E BRASIL - 1985/2003	18
FIGURA Nº 22 -	AGROPECUÁRIA - 2003	19
FIGURA Nº 23 -	INDÚSTRIA - 2003	19
FIGURA Nº 24 -	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - 2003	19
FIGURA Nº 25 -	SERVIÇOS - 2003	20
FIGURA Nº 26 -	BALANÇA COMERCIAL DO CEARÁ - 2003/2004	20
FIGURA Nº 27 -	DEMANDA TURÍSTICA VIA FORTALEZA - 2003	20
FIGURA Nº 28 -	VENDAS REAIS DO COMÉRCIO VAREJISTA CEARENSE (%) - 2003	21
FIGURA Nº 29 -	PRINCIPAIS RECEITAS DO ESTADO (MILHÕES DE REAIS - PREÇOS CORRENTES) - 2002/2003	21
FIGURA Nº 30 -	PRINCIPAIS DESPESAS DO ESTADO (MILHÕES DE REAIS - PREÇOS CORRENTES) - 2002/2003	22
FIGURA Nº 31 -	RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO - 1998/2003	22
FIGURA Nº 32 -	RESULTADO PRIMÁRIO DO CEARÁ EM % DO PIB - 1998/2003 ..	22
FIGURA Nº 33 -	GASTOS SOCIAIS (EDUCAÇÃO) - 2003	23
FIGURA Nº 34 -	GASTOS SOCIAIS (SAÚDE) - 2003	23
FIGURA Nº 35 -	GASTOS NO INTERIOR DO ESTADO - 2002/2003	23
FIGURA Nº 36 -	TOTAL DE SERVIDORES ATIVOS EM RELAÇÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS - CEARÁ - 1991/2003	24
FIGURA Nº 37 -	DÍVIDA PÚBLICA - CEARÁ - 2000/2003	24
FIGURA Nº 38 -	DÍVIDA EM % PIB - CEARÁ - 2000/2003	25
FIGURA Nº 39 -	SERVIÇO DA DÍVIDA - CEARÁ - 2003	25
FIGURA Nº 40 -	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP	32
FIGURA Nº 41 -	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP	33
FIGURA Nº 42 -	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP	33



FIGURA Nº 43 -	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA	34
FIGURA Nº 44 -	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA	35
FIGURA Nº 45 -	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA	35
FIGURA Nº 46 -	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL NO MUNICÍPIO DE PARACURU	36
FIGURA Nº 47 -	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE PARACURU	36
FIGURA Nº 48 -	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE PARACURU	37
FIGURA Nº 49 -	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	37
FIGURA Nº 50 -	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	38
FIGURA Nº 51 -	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	38
FIGURA Nº 52 -	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR ESCOLARIDADE DE EMPREGOS EXISTENTES EM 31/12/2001	51
•	MAPAS	
DEMOGRAFIA E SÓCIO-ECONOMIA		
MAPA Nº 01 -	O CIPP NO CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL	04
MAPA Nº 02 -	O CIPP NO CONTEXTO REGIONAL	05
ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO		
MAPA Nº 03 -	O CIPP NO CONTEXTO ESTADUAL	91
MAPA Nº 04 -	O CIPP NO CONTEXTO DA RMF	92
MAPA Nº 05 -	O CIPP E A EVOLUÇÃO DOS ARTEFATOS CONSTRUÍDOS	95
MAPA Nº 06 -	TIPOS DE PAISAGEM	101
MAPA Nº 07 -	TIPOS DE SOLOS E POTENCIALIDADES	102
MAPA Nº 08 -	ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DO CIPP	105



MAPA Nº 09 -	ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, PARACURU E CAUCAIA	109
MAPA Nº 10 -	PROCESSO EVOLUTIVO DAS CIDADES DO CIPP E ÁREA DE INFLUÊNCIA	113
MAPA Nº 11 -	CORREDORES DE URBANIZAÇÃO CONSOLIDADOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP	118
MAPA Nº 12 -	EIXOS DE VIAGENS PREDOMINANTES NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP	121
MAPA Nº 13 -	SISTEMA DE PARQUES REGIONAIS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP	122
MAPA Nº 14 -	USO DO SOLO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP - MUNICÍPIO DE CAUCAIA	126
MAPA Nº 15 -	USO DO SOLO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP - MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - DISTRITO SEDE	129
MAPA Nº 16 -	USO DO SOLO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP - MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - DISTRITO DE PECÉM	130
MAPA Nº 17 -	USO DO SOLO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP - MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - DISTRITO DE TAÍBA	131
MAPA Nº 18 -	USO DO SOLO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP - MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - DISTRITO DE PARACURU	133
MAPA Nº 19 -	PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA	137
MAPA Nº 20 -	PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - DISTRITO SEDE	138
MAPA Nº 21 -	PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - DISTRITO DE PECÉM	140
MAPA Nº 22 -	PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - DISTRITO DE TAÍBA	141
MAPA Nº 23 -	PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE PARACURU	142
MAPA Nº 24 -	PROJETOS ESTRUTURANTES PREVISTOS E O SEU PROVÁVEL IMPACTO NOS CENTROS URBANOS EXISTENTES	145

1.0 - DEMOGRAFIA E SÓCIO-ECONOMIA



1.1 SIGNIFICADO DO CIPP PARA O ESTADO DO CEARA

Sempre à margem dos principais ciclos econômicos e sofrendo reveses advindos com as secas, o Estado do Ceará nunca foi palco de empreendimentos capazes de reverter um quadro de fragilidade econômica.

A construção do Açude Orós e a chegada da energia da CHESF foram, durante quase todo o século passado, as únicas ações significativas neste sentido, mas que pouco surtiram efeito por falta de ações complementares, ou por serem, por si só, infra-estruturas-meio.

Nas últimas décadas foram observados esforços no sentido de consolidar um modelo de desenvolvimento no Estado baseado na instalação de indústrias de médio porte, no turismo, na construção de obras estruturantes, e em outras ações pontuais e isoladas que contribuíram para um relativo crescimento e criação de uma base econômica mais estável.

Nesse contexto se insere o Complexo Industrial Portuário do Pecém, CIPP, que deve ser entendido não isoladamente, mas como parte de ações que buscam proporcionar, ao Estado do Ceará, condições estruturais de forma a se explorar melhor as suas potencialidades, além de desenvolver novas competências, com o intuito de se inserir de forma ativa na economia regional, nacional e mundial, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado. Como exemplo de elementos conformadores do conjunto de ações desenvolvidas podem ser citados, no âmbito estrutural, a construção do Açude do Castanhão, com capacidade de 6,7 bilhões de m³, e do novo aeroporto internacional de Fortaleza; e, ao nível estratégico, a elaboração de Planos de Desenvolvimento Regionais, PDR(s), para diferentes microrregiões do Estado.

A implantação de portos, tradicionalmente, vem atender a uma demanda para escoamento de uma produção já existente. A concepção do CIPP difere dessa perspectiva, pois traz no seu bojo não só uma visão de fornecimento de infra-estrutura, mas de ser o Complexo Industrial Portuário, o próprio elemento formador, irradiador e que dará dinâmica à economia.

Deve se destacar as proporções do empreendimento, principalmente em função do leque de intervenções e possibilidades apresentadas para serem localizadas em uma das áreas consideradas de maior fragilidade econômica do país. Espera-se que esse empreendimento seja capaz de gerar benefícios sócio-econômicos que contribuam decisivamente para:

- Erradicação da pobreza absoluta de uma significativa parcela da população;
- Inserção do Estado nas economias regional, nacional e mundial; e
- Na auto-sustentabilidade do Estado.

A par de uma série de ganhos de natureza econômica e social, por um lado, por outro há de se precaver, disciplinar e monitorar as intervenções de modo a minorar os possíveis danos que esta mudança brusca afetará no ambiente natural e cultural da área.

É importante ainda assegurar que as concepções idealizadas para o desenvolvimento e usufruto da área possam se materializar, através da estruturação territorial que permita o desenvolvimento de atividades econômicas em um ambiente em que a qualidade de vida seja respeitada e valorizada.

1.1.1 AS INTER-RELAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS (MAPAS Nº 01 E 02)

As crescentes interligações comerciais e financeiras, carreadas pelo grande avanço das tecnologias de comunicação, têm incrementado sobremaneira o movimento mundial de mercadorias. Para uma região se inserir, ou não ser posta à margem desse processo, surge a necessidade de uma contrapartida estrutural com avanços nas interligações físicas de forma intermodal, no intuito de se habilitar o Estado dentro das novas concepções de acessibilidade.

A acessibilidade não é mais pontual ou direta. Estar conectado ao mundo requer estar integrado a uma rede com possibilidades múltiplas de inter-relações que satisfaçam tanto à mobilidade interna quanto à externa. Ao nível internacional significa tornar economicamente viáveis transações com qualquer parte do mundo.

O CIPP vem possibilitar esta integração do Estado, com vantagens locacionais favoráveis a ligações com mercados das Américas (Central e Norte), com a Europa e África, e com possibilidades através da rede de interligações com qualquer parte do planeta.

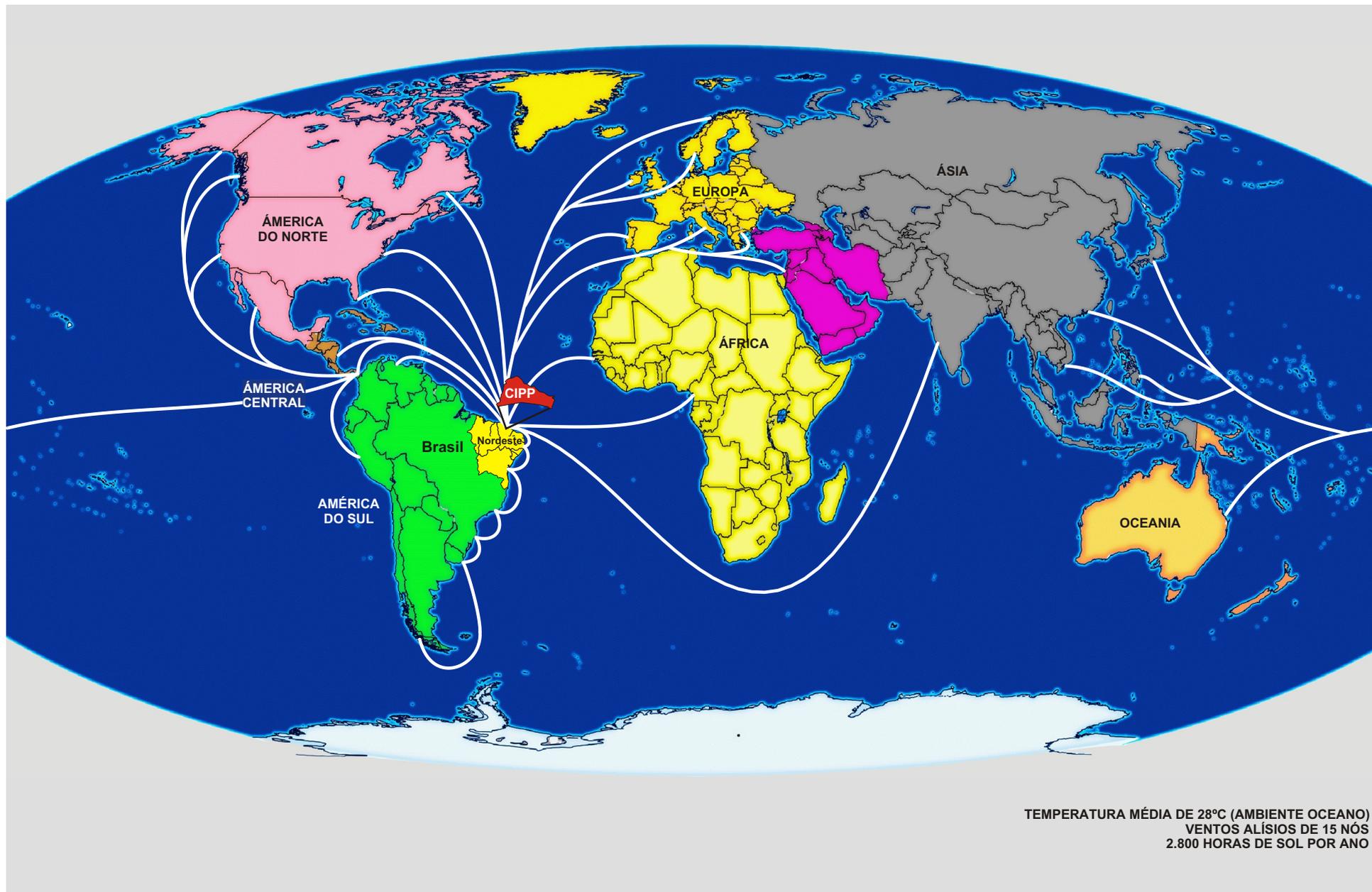
Esta expansão das áreas de relacionamento interfere sobremodo na estruturação territorial local, pois passa a requerer padrões internacionais na prestação dos serviços públicos e até na forma de ocupar e utilizar o espaço.

Também está sendo alterado o conceito de regionalização e de área de influência, que muitas vezes não exige mais contigüidade, nem hierarquização, premissas norteadoras de antigos conceitos. Hoje é possível ter mais afinidades e correlações com lugares e países a quilômetros de distância e praticamente nenhum contato com seu vizinho mais próximo.

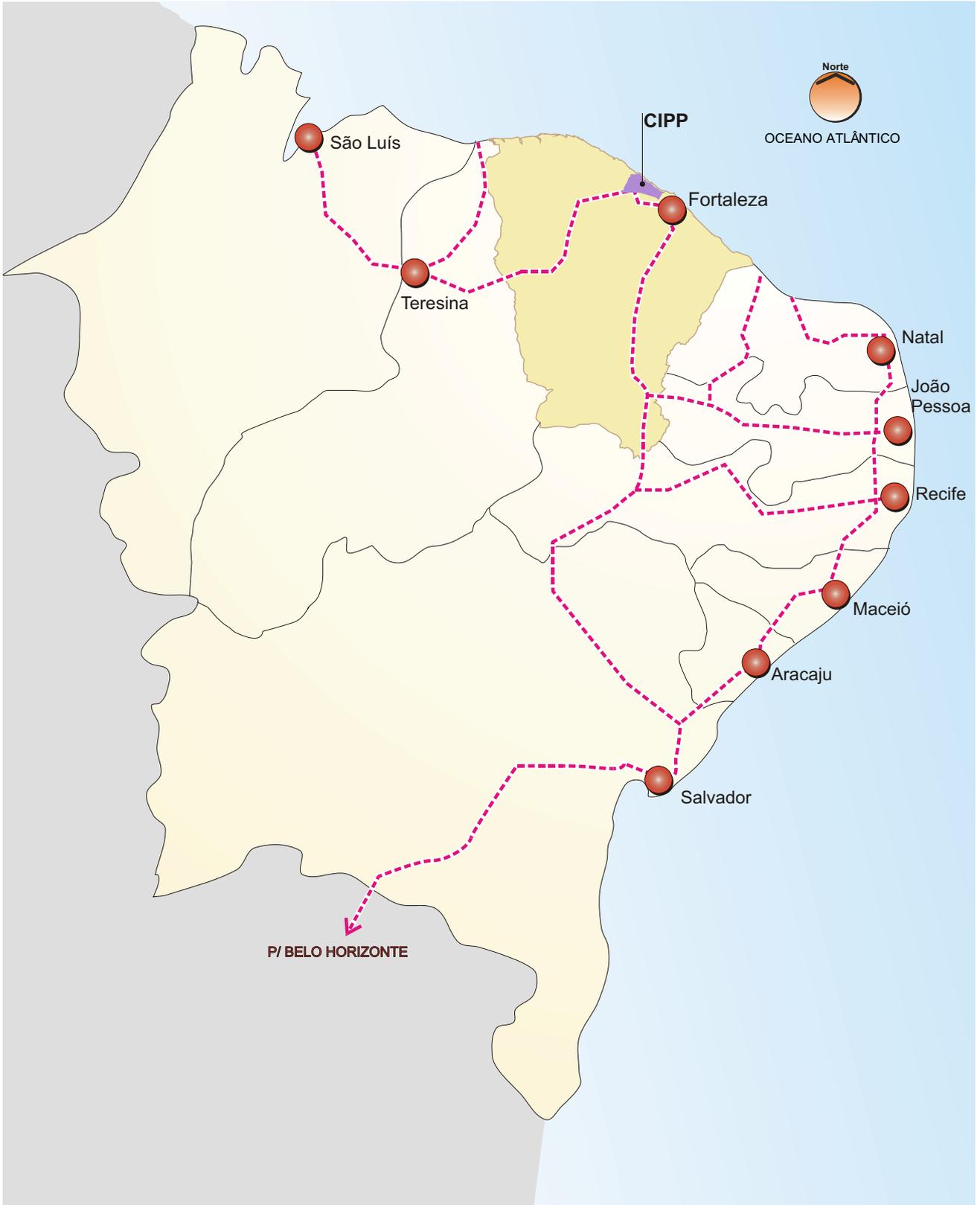
De igual modo podem existir relações de troca em que não haja necessidade de supremacia ou domínio de uma região em relação à outra, podendo haver paridade de forças já que as relações muitas vezes subtendem ganhos de ambos os lados.

Atualmente são perfeitamente viáveis relações comerciais nacionais que não tenham vinculações com os centros de 1º nível com o São Paulo e Rio de Janeiro. A utilização de corredores ferroviários pode ser um dos eixos de formação de um novo mercado comum entre Estados do Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste.

A integração do CIPP à malha ferroviária nordestina permitirá a ligação com praticamente todos os Estados do Nordeste, embora haja a necessidade de construção de ramais que tornariam mais eficientes os percursos.



MAPA Nº 01 – O CIPP NO CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL



LEGENDA

-  CAPITAIS DO NORDESTE
-  ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP
-  ESTADO DO CEARÁ

-  REGIÃO NORDESTE
-  OCEANO ATLÂNTICO
-  REDE FERROVIÁRIA

MAPA Nº 02 – O CIPP NO CONTEXTO REGIONAL

A precariedade da malha rodoviária nacional atual é também um dos entraves a serem superados para viabilizar as interconexões que se fazem necessárias.

Esta integração nacional é importante para a reafirmação do Porto do Pecém enquanto empreendimento que necessita se auto-sustentar e disputar com concorrentes fortes, como os Portos de Suape e Recife, a prerrogativa de escoamento da produção e da entrada de mercadorias para a região.

1.2 A DEMOGRAFIA NO ESTADO DO CEARÁ

A formação histórica do Ceará foi bastante influenciada pelas restrições climáticas, responsáveis em grande medida pelo crescimento intermitente das atividades agropecuárias e por ondas freqüentes de emigração, sem mencionar o acúmulo de graves distorções políticas, sociais e econômicas.

Problemas ambientais decorreram, em grande parte, da ocupação desigual do território, concentrando a maior parcela da população no litoral, nas serras e nos vales úmidos. As políticas governamentais, por sua vez, favoreceram essa concentração, por dotarem, maciçamente, a região metropolitana e as maiores cidades, de infra-estrutura básica, exercendo intenso poder de atração sobre as populações interioranas. Ocorreu, assim, forte concentração econômica e populacional em poucos núcleos urbanos, em detrimento de grandes áreas aproveitáveis do Estado.

O acelerado e contínuo processo de urbanização ocorrido nas últimas décadas, no Ceará, induziu à concentração, na Região Metropolitana de Fortaleza, de infra-estruturas e equipamentos urbanos, da oferta superior de serviços e demais condições de atração de fluxos migratórios e do capital econômico, gerando uma forte polarização da Capital sobre as regiões do interior do Estado. Esse processo vem contribuindo para o aumento das desigualdades econômicas e sociais e o recrudescimento dos níveis de pobreza.

Em 1999, a população do município de Fortaleza passou a marca de 2 milhões e no ano 2000 elevou-se para 2,133 milhões, cerca de 10 (dez) vezes maior que a segunda maior cidade, Juazeiro do Norte. No início do século 21, Fortaleza contém cerca de 30% da população do Ceará. Do total da população urbana do Ceará, Fortaleza compreende mais de 41%. Essa é uma situação de primazia muito forte e o nível de concentração da população do Ceará em Fortaleza está crescendo ininterruptamente. Quando se toma a definição mais extensa da Região Metropolitana de Fortaleza, RMF, a participação desta na população urbana total está se aproximando rapidamente da metade da população do Estado. Isto pode ser evidenciado, em termos numéricos, no fato de que, em 1980 a participação da RMF era de 29,9% do total da população do Estado, tendo aumentado para 40,2% em 2000.

Tem-se que enfatizar que este não é um fenômeno único. Em muitos países e estados a primazia é o padrão espacial-geográfico que resulta de processos contínuos de industrialização, de grandes investimentos por várias agências e empresas na Cidade Primaz, e do ponto de vista individual, o grande número de oportunidades de emprego disponíveis nessa cidade é a razão mais importante dos processos de emigração voltados para a maior área metropolitana do Estado.

É extremamente difícil contrariar uma tendência consolidada ao longo de muitas décadas. Contudo, com o intuito de espraizar a base produtiva do Estado, acredita-se ser possível reverter a tendência de polarização da RMF com as políticas estratégicas definidas nos Planos de Desenvolvimento Regionais, PDR(s).

1.2.1 DEMOGRAFIA

A população total do Estado do Ceará, segundo o censo demográfico do IBGE de 1991, totalizou 6.366.647 habitantes, tendo crescido desde 1980 à taxa média de 1,7% ao ano, mantendo a tendência de declínio da taxa de crescimento observada nas décadas anteriores, inferior à da Região Nordeste e do País, como mostra o QUADRO Nº 01 a seguir.

Para o ano de 1996, pela nova contagem do IBGE, a população do Estado foi da ordem de 6.803.567 habitantes, registrando uma taxa geométrica de crescimento de 1,3% no período 1991/1996, ainda menor que a anterior, mas desta feita superior à nordestina e próxima à nacional.

Segundo o Censo 2000 (IBGE), a população do Ceará constitui-se de 7.417.402 habitantes, sendo 3.620.263 homens e 3.797.139 mulheres, dos quais 5.303.741 habitantes residiam em zonas urbanas e 2.113.661 em áreas rurais.

A população do Estado do Ceará no período intercensitário de 1991-2000 apresentou uma taxa geométrica média de crescimento anual de 1,75%. A população urbana cresceu a uma taxa de 2,78% e a população rural decresceu a uma taxa média de -0,46%. Observe-se que no mesmo período a população da Região Nordeste e a população brasileira cresceram em ritmo menos acelerado que a população cearense.

QUADRO Nº 01 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL NO PERÍODO 1980/2000 – BRASIL, NORDESTE E CEARÁ

POPULAÇÃO	1980	1991	1996	2000	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)		
					1980/1991	1991/1996	1991/2000
Ceará	5.288.253	6.366.647	6.809.794	7.430.661	1,70	1,35	1,75
- Urbana	2.810.231	4.162.067	4.713.311	5.315.318			
- Rural	2.477.902	2.204.640	2.096.483	2.115.343			
Nordeste	34.812.356	42.457.540	44.768.201	47.741.711	1,83	1,07	1,31
- Urbana	17.566.842	25.776.279	29.192.696	32.975.425			
- Rural	17.245.514	16.721.261	15.575.505	14.766.286			
Brasil	119.002.706	146.825.475	157.079.593	169.799.170	1,93	1,36	1,64
- Urbana	80.436.409	110.990.990	123.082.167	137.953.959			
- Rural	38.566.257	35.834.485	33.997.406	31.845.211			

Fonte: IBGE

Observa-se a acentuada tendência de urbanização da população cearense confirmada pelos índices crescentes de participação da população urbana, no período de 1980 a 2000, ao passar de 53,15%, no início do período, para 71,53% ao final. Esses números são superiores ao da Região Nordeste, respectivamente 50,46% e 69,07%, embora bastante inferiores às taxas brasileiras, respectivamente, 67,59% e 81,24% (QUADRO Nº 02).

A causa básica da forte urbanização ocorrida no Estado é a desarticulação da economia rural provocada pela decadência da cotonicultura em meados dos anos 80 e pelo dinamismo das atividades industrial e terciária concentradas na Região Metropolitana de Fortaleza, RMF, atraindo a mão de obra rural (CEARÁ, 1998)¹.

QUADRO Nº 02 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA E TAXA DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL, NA REGIÃO NORDESTE E NO ESTADO DO CEARÁ – EVOLUÇÃO NO PERÍODO 1980/2000

	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²)				TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)			
	1980	1991	1996	2000	1980	1991	1996	2000
Ceará	36,02	43,36	46,53	50,68	53,14	65,37	69,21	71,53
Nordeste	22,30	27,20	28,68	-	50,46	60,65	65,21	69,07
Brasil	13,92	17,19	18,39	-	67,59	75,59	78,36	81,24

A densidade demográfica do Ceará é bastante superior às médias brasileira e do Nordeste, tendo crescido de 36,02 hab/km² em 1980 para 43,36 hab/km² em 1991, 46,38 hab/km² em 1996 e 51,00 hab/km² em 2000.

Algumas mudanças importantes vêm sendo constatadas na dinâmica demográfica do Ceará, dentro de um quadro nacional onde o Estado se insere. O fato de o país vir atravessando um período longo de relativa estagnação econômica, vinculado à ausência de fatores marcantes que tenham se constituído em alavancagem de movimentos emigratórios, em busca de trabalho, evidenciaram baixo movimento da população cearense em direção a outras regiões do país desde a década de 80. Ocorreu, portanto, uma modificação no perfil da mobilidade espacial da população, tal como historicamente pode ser observado em épocas anteriores, desde o fenômeno da borracha e do café na virada do século XIX para o século XX; da industrialização em São Paulo; da construção de Brasília; e da abertura de fronteiras agrícolas e de mineração.

Tem se tornado perceptível a ocorrência de uma inversão na composição dos fluxos migratórios de outras regiões para o Estado do Ceará com o crescimento quantitativo de imigrantes provenientes da Região

¹ CEARÁ, 1998. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Complexo Industrial Portuário do Pecém. Relatório II – Fatores Sistêmicos Competitivos. Secretaria de Planejamento e Coordenação - SEPLAN. Governo do Estado do Ceará.

Sudeste, com ênfase em São Paulo. Diferenciais de custo de vida e a deterioração de certos aspectos da sociabilidade observados em São Paulo, Rio de Janeiro, por exemplo, explicam essa nova dinâmica.

Além disso, tem-se constatado que vem ocorrendo um crescimento nos deslocamentos populacionais intra-estaduais, tanto no sentido rural-urbano, quanto urbano-urbano. Esse aspecto explica o decréscimo da população considerada rural no Estado, mas põe à mostra também um outro fator importante, que é o da preponderância na emigração rural-urbana da população feminina de extratos etários mais jovens, o que deverá influenciar o comportamento do componente de crescimento vegetativo da população no campo.

As pessoas que mudaram de município de residência tendo por destino o Estado do Ceará chegaram, em 1996, a 325.826, sendo que a maior parte (68,7%) realizou deslocamento interno ao próprio Ceará, 31,0% são provenientes de outros Estados e apenas 0,33% se constitui de imigrantes estrangeiros (IPLANCE, 2000).

Esse quadro se completa com o processo de transição demográfica que se encontra em marcha, por um lado, como decorrência generalizada no país da queda da taxa de fecundidade feminina, afetando negativamente a taxa de natalidade, e por outro lado do aumento da esperança de vida, devido, entre outros fatores, à melhoria de condições de saneamento, e saúde, que após a descoberta da penicilina foram responsáveis por uma tendência declinante nas taxas de mortalidade. A taxa de crescimento vegetativo como resultante da taxa de natalidade e da taxa de mortalidade tem caído, e deverá apresentar uma continuidade em relação a essa tendência. O resultado que tem sido observado nos últimos 15 anos é o de um gradual estreitamento da base da pirâmide etária e de um alargamento no topo da mesma.

Essa dinâmica populacional quando integrada com a dimensão espacializada de planejamento e intervenção coloca em evidência uma série de mudanças de enfoque. O declínio relativo da população infantil e juvenil em marcha, as pressões no mercado de trabalho para faixas etária maiores de quinze anos que continuarão presentes ainda por um período mais elástico até que venha também a declinar, o aumento relativo do contingente populacional nas faixas de idade mais elevadas, todos esses aspectos requerem melhor dimensionamento quantitativo, qualitativo e espacial, no sentido de identificar as demandas e suas localizações no espaço da Região.

1.2.2 EVOLUÇÃO RECENTE DOS INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS

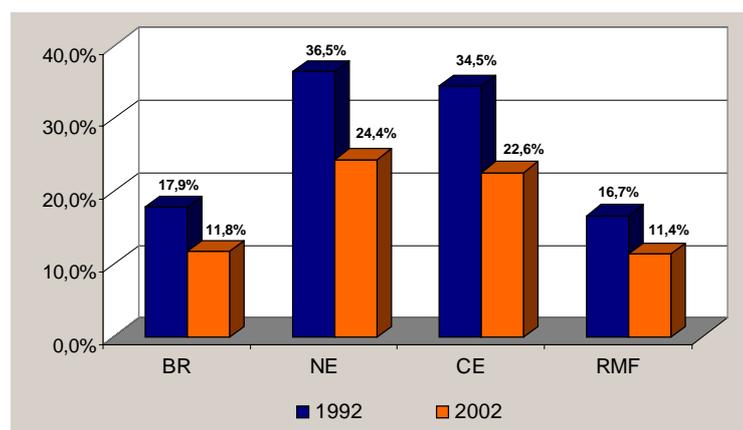
Nesse item tem-se o intuito de revelar tendências recentes dos principais indicadores sócio-econômicos dos Estados. Com isso, além da breve explanação histórica da formação da economia do Estado, tem-se também um elemento para indicar possibilidades futuras quanto ao quadro sócio-econômico.

Os dados a seguir serão simplesmente expostos, visto que um comentário mais prolongado desviaria a abordagem do escopo desse relatório.

1.2.2.1 Educação

Quanto à taxa de analfabetismo observa-se uma tendência de queda entre os anos de 1992 e 2002 (FIGURA Nº 01), sendo os percentuais do Ceará (22,6%) inferiores ao do Nordeste, contudo representando praticamente o dobro do índice nacional (11,8%). Tomando-se apenas a RMF, essa apresenta taxas similares as do Brasil

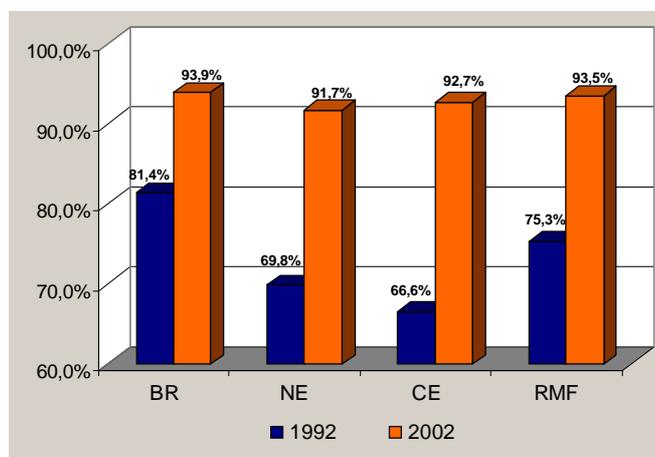
FIGURA Nº 01 - TAXA DE ANALFABETISMO ADULTO (PESSOAS COM 15 ANOS OU MAIS) BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E RMF - 1992/2002



Fonte:IBGE - PNAD.

As taxas de escolaridade têm apresentado avanços relevantes. No ensino fundamental as taxas do Estado se equipararam à média nacional (FIGURA Nº 02), e no ensino médio a situação avançou no sentido de se diminuir a distância quanto à referência nacional.

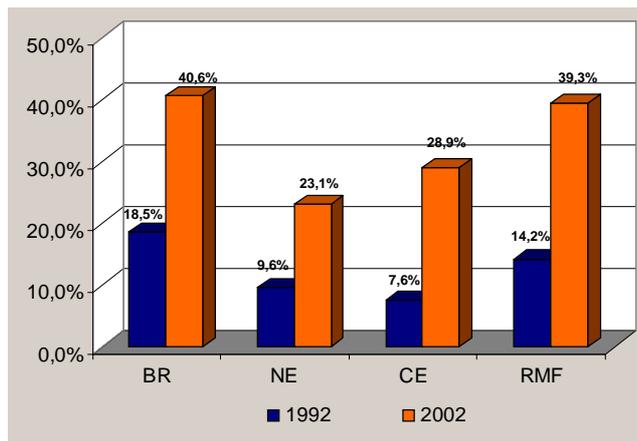
FIGURA Nº 02 - TAXA DE ESCOLARIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL. BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E RMF - 1992/2002



Fonte:IBGE - PNAD.

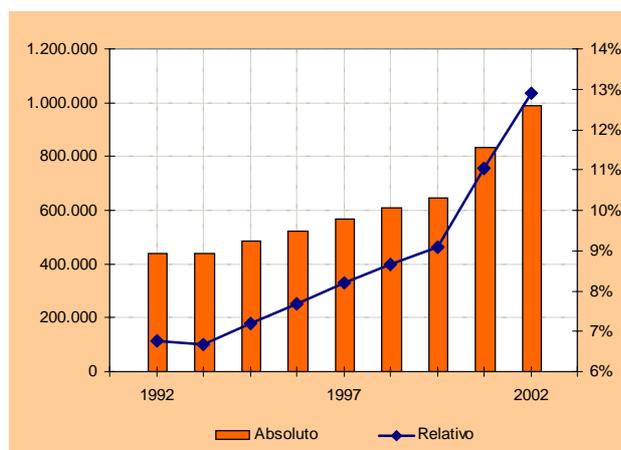
O percentual de pessoas com pelo menos o segundo grau completo dobrou em 10 anos (FIGURAS N^{os} 03 a 05), contudo as taxas ainda encontram-se abaixo da média nacional. O número de anos de escolaridade também tem evoluído com quedas nas faixas de quem tem até 3 anos de estudo e aumento nas faixas superiores (QUADRO N^o 03).

FIGURA N^o 03 - TAXA DE ESCOLARIDADE DO ENSINO MÉDIO. BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E RMF - 1992/2002



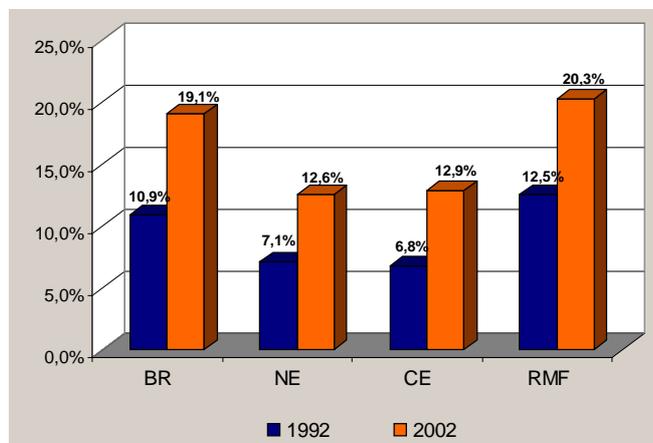
Fonte:IBGE - PNAD.

FIGURA N^o 04 - NÚMERO E PERCENTUAL DE PESSOAS COM PELO MENOS O 2^o GRAU COMPLETO CEARÁ - 1992/2002



Fonte:IBGE - PNAD.

FIGURA Nº 05 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM PELO MENOS O 2º GRAU COMPLETO. BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E RMF - 1992/2002



Fonte: IBGE - PNAD.

QUADRO Nº 03 - EVOLUÇÃO DO PERFIL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO (COM 10 ANOS OU MAIS) CEARÁ E BRASIL - 1992/2002

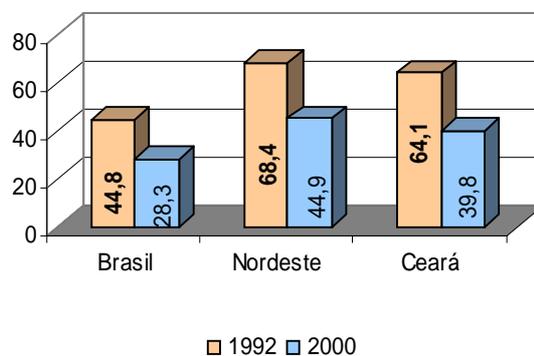
	CEARÁ		BRASIL		1992/2002 (VAR. %)	
	1992	2002	1992	2002	CE	BR
Sem escolaridade ou menos de 1 ano	1.693,863	1.230,687	20.930,142	16.631,799	-27,34%	-20,54%
1 a 3 anos	1.239,836	1.160,931	25.158,927	22.090,542	-6,36%	-12,20%
4 a 7 anos	1.074,083	1.812,264	38.486,240	46.245,462	68,73%	20,16%
8 a 10 anos	346,336	790,495	12.910,241	22.073,222	128,25%	70,97%
11 a 14 anos	350,017	830,151	12.030,884	25.800,438	137,17%	114,45%
15 anos ou mais	89,296	160,790	3.956,193	7.014,665	80,06%	77,31%

Fonte: IBGE - PNAD

1.2.2.2 Saúde

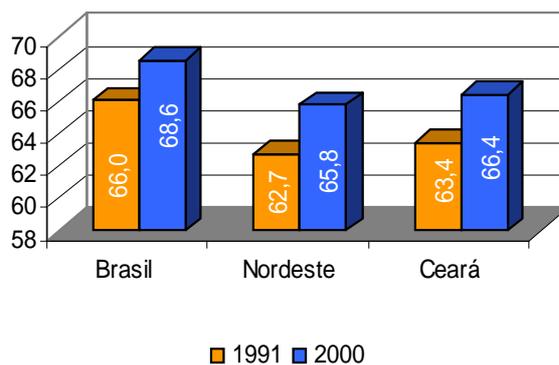
Nesse item são expostas as evoluções da taxa de mortalidade infantil (FIGURA Nº 06), expectativa de vida ao nascer (FIGURA Nº 07), de cobertura de água e esgoto (FIGURAS Nºs 08 e 10), bem como dados sobre coleta de lixo (FIGURA Nº 11) e de número de profissionais da área da saúde, com nível superior (FIGURA Nº 09).

FIGURA Nº 06 - MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ (POR MIL HABITANTES) - 1992/2000



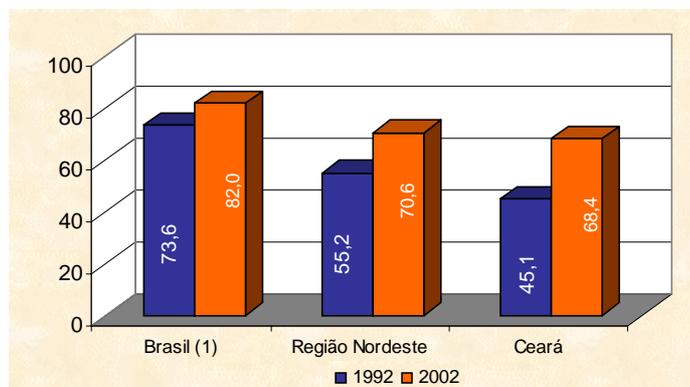
Fonte: DATASUS-MINISTÉRIO DA SAÚDE.

FIGURA Nº 07 - EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER DO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ - 1991/2000



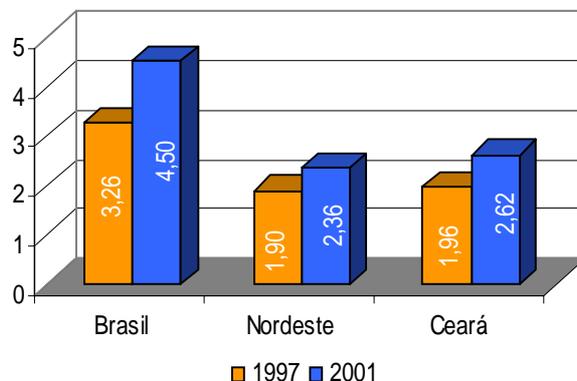
Fonte: IBGE – CENSOS DEMOGRÁFICOS.

FIGURA Nº 08 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA REGULAR. CEARÁ, NORDESTE E BRASIL (EM %) - 1992/2002



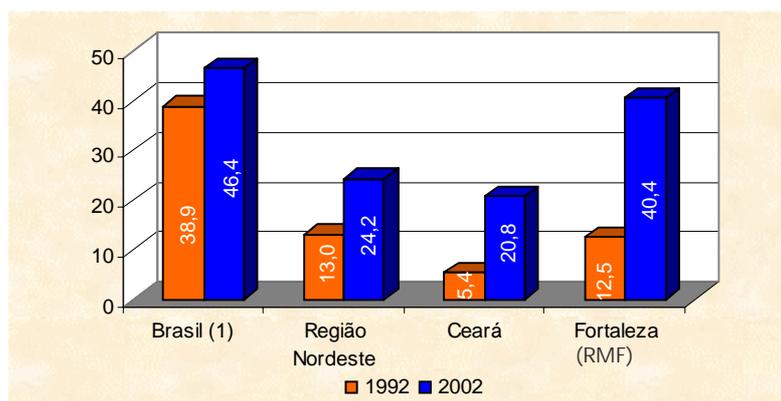
Fonte: IBGE - PNAD.

FIGURA Nº 09 - NÚMERO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE COM NÍVEL SUPERIOR. BRASIL, NORDESTE E CEARÁ (POR MIL HABITANTES) - 1997/2001



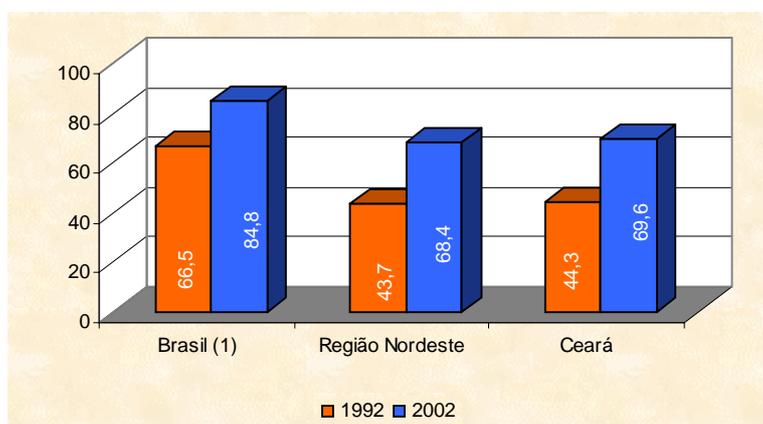
Fonte: IBGE - PNAD.

FIGURA Nº 10 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ACESSO A REDE DE COLETA DE ESGOTOS FORTALEZA (RMF), CEARÁ, NORDESTE E BRASIL (EM %) - 1992/2002



Fonte:IBGE - PNAD.

FIGURA Nº 11 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ACESSO A COLETA DE LIXO CEARÁ, NORDESTE E BRASIL (EM %) - 1992/2002

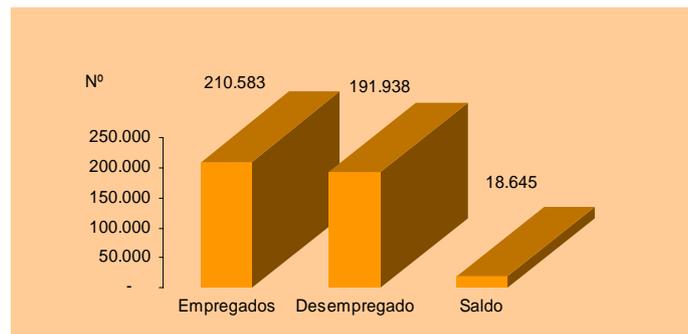


Fonte:IBGE - PNAD.

1.2.2.3 Força de Trabalho e Renda

Seguem nesse item dados sobre a evolução do emprego formal (FIGURAS N^{os} 12 e 14), população ocupada e desempregada (FIGURA N^o 13), distribuição da população por faixa de renda (QUADRO N^o 04), participação de trabalhadores na produção para consumo próprio (FIGURA N^o 15) e indicadores de desigual de renda (FIGURAS N^{os} 16 a 19).

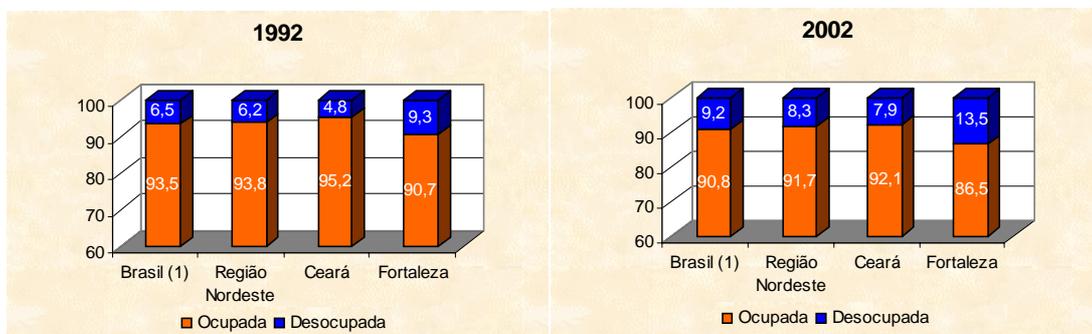
FIGURA N^o 12 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO CEARÁ - 2003



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/MTE..

- O crescimento do emprego formal foi de 3,3%, em 2003 sobre 2002.
- A taxa de Ocupação em dezembro/2003 foi de 39,2%, segundo o IDT..

FIGURA N^o 13 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA E DESEMPREGADA NA PEA BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E FORTALEZA - 1992/2002

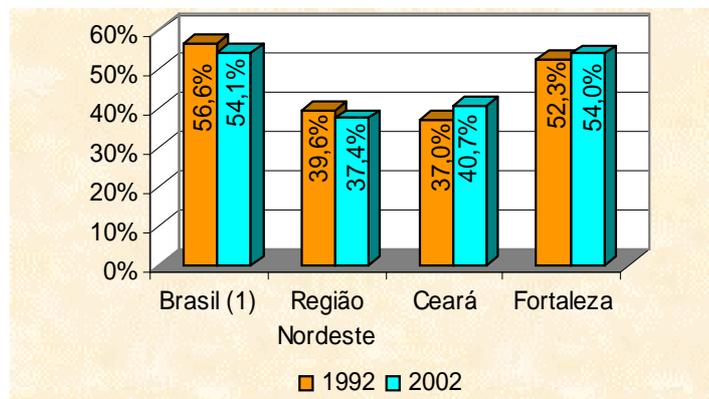


Fonte: IBGE - PNAD.

QUADRO N^o 04 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR FAIXA DE RENDA BRASIL, NORDESTE E CEARÁ* - 1992/2002

FAIXA SALARIAL	BRASIL				NORDESTE				CEARÁ				FORTALEZA			
	1992	%	2002	%	1992	%	2002	%	1992	%	2002	%	1992	%	2002	%
Até 2 SM	34.683,76	53,8	41.704,27	54,0	11.170,74	61,9	13.722,00	64,9	1.734,58	61,4	2.191,56	66,4	660,55	69,6	848,94	67,7
De 2 a 10 SM	17.289,35	26,8	23.066,62	29,9	2.236,58	12,4	2.838,09	13,4	293,16	10,4	430,20	13,0	199,62	21,0	291,53	23,2
Acima de 10 SM	2.073,10	3,2	3.283,13	4,3	239,40	1,3	374,02	1,8	33,22	1,2	54,13	1,6	25,69	2,7	43,10	3,4
Sem rendimento	10.364,19	16,1	9.150,35	11,9	4.390,67	24,3	4.212,39	19,9	765,27	27,1	623,27	18,9	63,18	6,7	70,97	5,7
Total	64.410,40	100	77.204,37	100	18.037,39	100	21.146,50	100	2.826,23	100	3.299,17	100	949,04	100	1.254,54	100

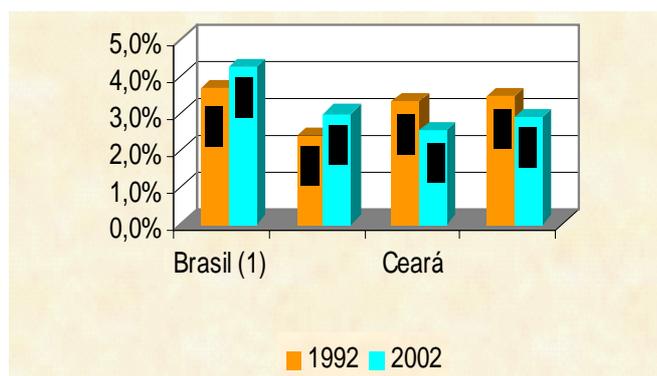
FIGURA Nº 14 - PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA NA POPULAÇÃO OCUPADA - 1992/2002*



Fonte: IBGE - PNAD.

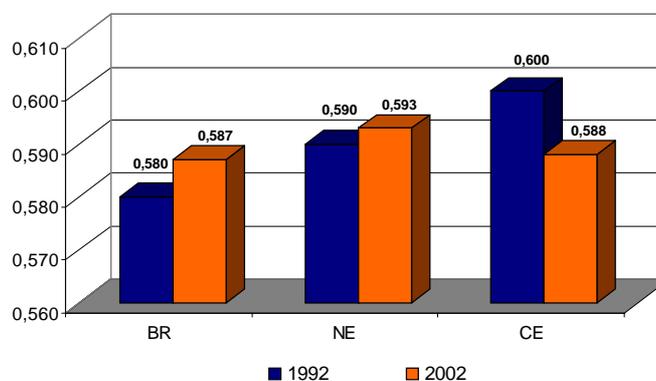
* Exclusive os trabalhadores domésticos com carteira assinada

FIGURA Nº 15 - PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA PRODUÇÃO PARA CONSUMO PRÓPRIO NA POPULAÇÃO OCUPADA - 1992/2002



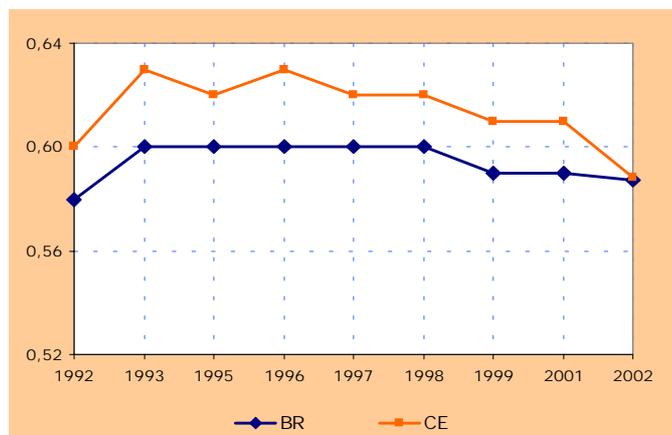
Fonte: IBGE - PNAD.

FIGURA Nº 16 - ÍNDICE DE GINI - IPEA - 1992/2002



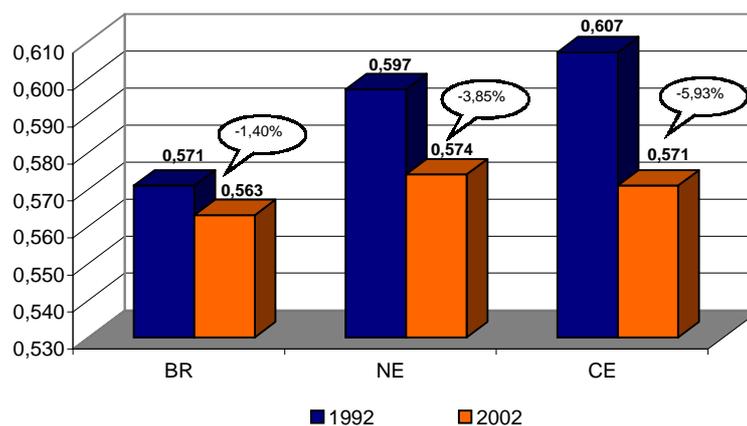
Fonte: IPECE.

FIGURA Nº 17 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI - IPEA BRASIL E CEARÁ - 1992/2002



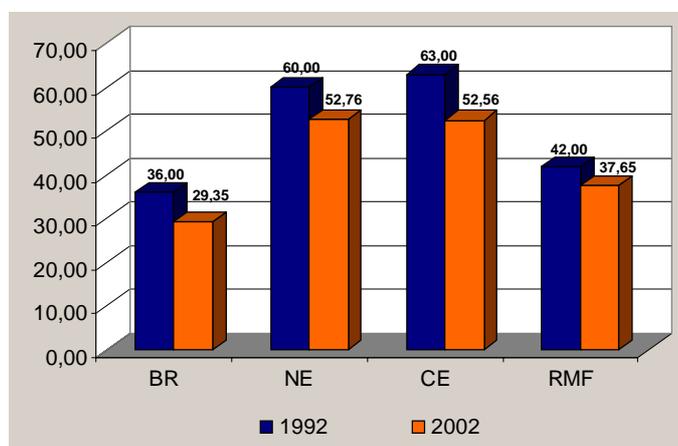
Fonte:IPEA (1992), IPECE (2002).

FIGURA Nº 18 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI - IBGE BRASIL E CEARÁ - 1992/2002



Fonte:IPEA (1992), IPECE (2002).

FIGURA Nº 19 - PROPORÇÃO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DA POBREZA BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E RMF - 1992/2002

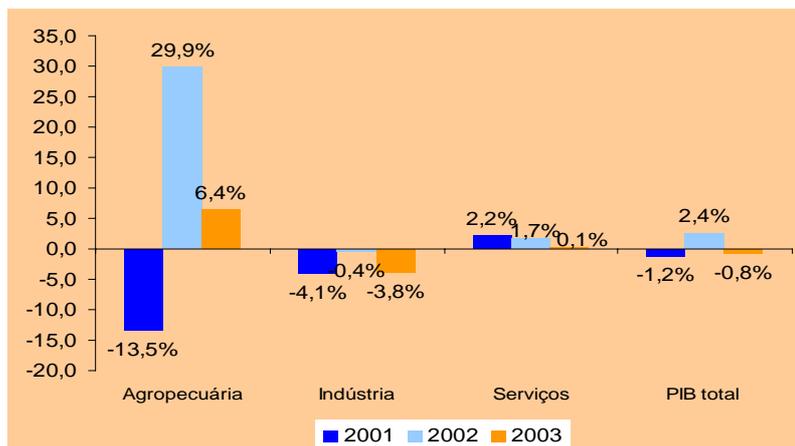


Fonte:IPECE.

1.2.2.4 Setores Produtivos

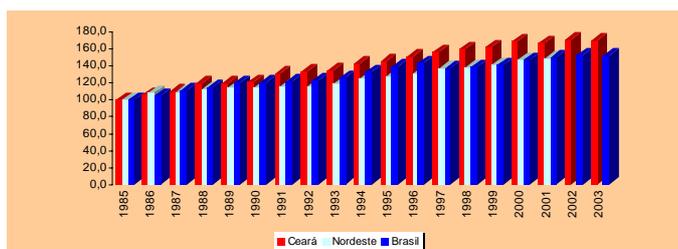
Nesse item são expostas informações sobre PIB (FIGURAS Nº 20 a 26), Balança Comercial (FIGURA Nº 27), e demanda turística (FIGURA Nº 28).

FIGURA Nº 20 - EVOLUÇÃO DO PIB CEARÁ POR SETORES - 2002/2003 (%)



Fonte: IPECE.

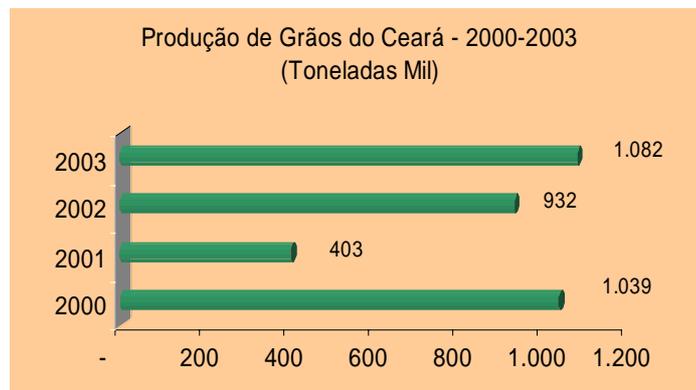
FIGURA Nº 21 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) CRESCIMENTO ACUMULADO CEARÁ, NORDESTE E BRASIL - 1985/2003



Fonte: IBGE e IPECE.

Taxa de Crescimento Acumulado (%)		
	1985 - 2003	1985 - 2001
→	Ceará: 69,2%	Ceará: 66,6%
→	Brasil: 51,9%	Brasil: 49,3%
→		Nordeste: 48,0%

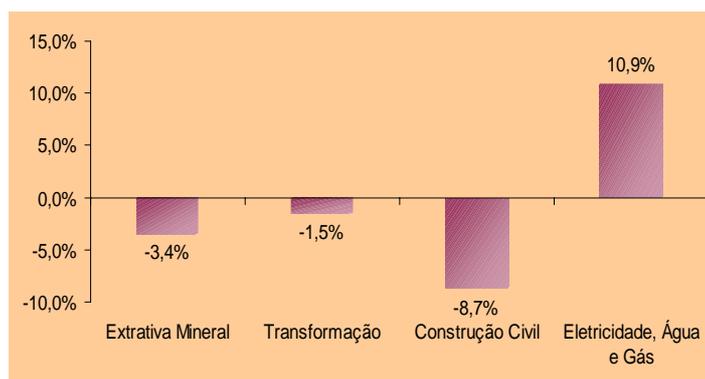
FIGURA Nº 22 - AGROPECUÁRIA - 2003



Fonte:IBGE.

A Agropecuária cresceu 6,4%, em função da safra recorde de Grãos, em 2003.

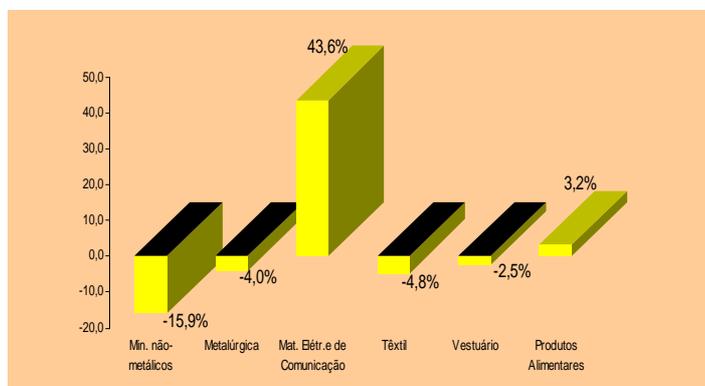
FIGURA Nº 23 - INDÚSTRIA - 2003



Fonte:IPECE.

Os setores da Indústria Geral que influenciaram seu desempenho.

FIGURA Nº 24 - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - 2003



Fonte:IPECE.

As Atividades da Indústria de Transformação que influenciaram seu desempenho.

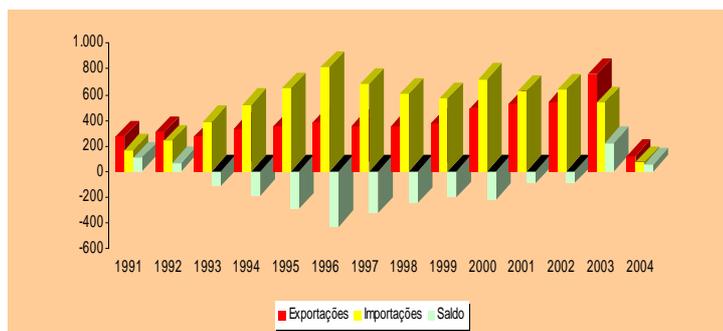
FIGURA Nº 25 - SERVIÇOS - 2003



Fonte: IPECE.

Os Setores dos Serviços que influenciaram seu desempenho.

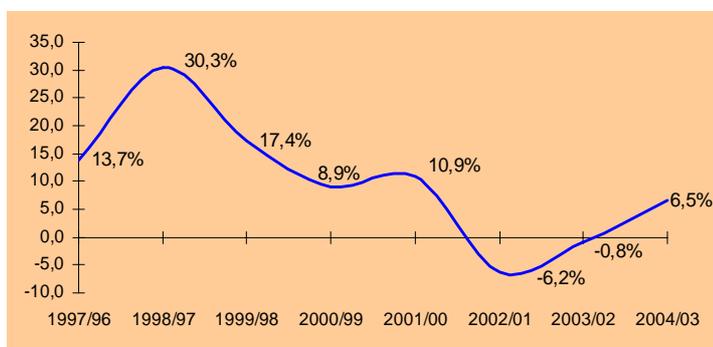
FIGURA Nº 26 - BALANÇA COMERCIAL DO CEARÁ - 2003/2004



Fonte: Secretaria do Comércio Exterior/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O Saldo Comercial de Janeiro-Fevereiro de 2004 totalizou US\$ 53,80 milhões, com tendência de continuar crescendo.

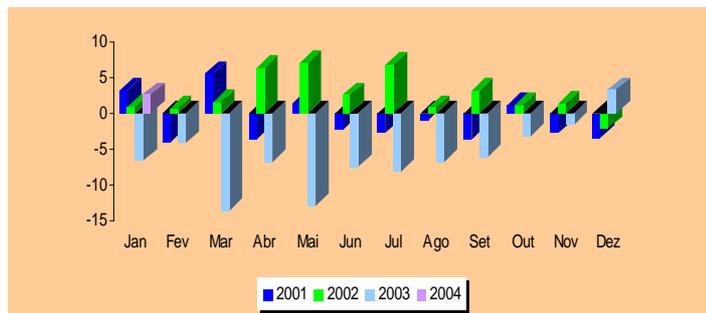
FIGURA Nº 27 - DEMANDA TURÍSTICA VIA FORTALEZA - 2003



Fonte: SETUR.

Janeiro/2004 a Demanda Turística Via Fortaleza, cresceu 6,5%.crescendo.

FIGURA Nº 28 - VENDAS REAIS DO COMÉRCIO VAREJISTA CEARENSE (%) - 2003



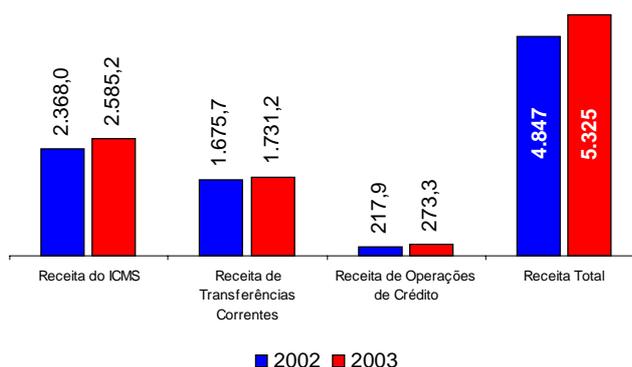
Fonte: SETUR.

As vendas reais do comércio varejista caíram em 2003, mas em Janeiro/2004 houve crescimento de 2,6%, tendência de recuperação.

1.2.2.5 Setor Público

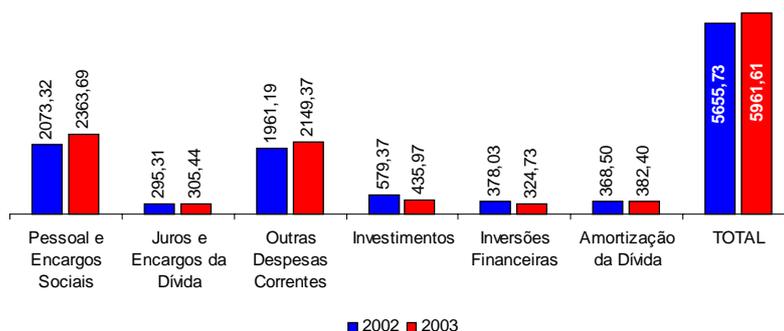
As figuras a seguir (FIGURAS Nºs 29 a 39) indicam as principais fontes de receitas de despesas do Estado e os resultados primários, bem como a evolução de gastos com saúde e educação. Destaca-se também a parcela de gastos destinada ao interior do Estado. E finalmente, dados indicativos da situação da dívida pública.

FIGURA Nº 29 - PRINCIPAIS RECEITAS DO ESTADO (MILHÕES DE REAIS - PREÇOS CORRENTES) - 2002/2003



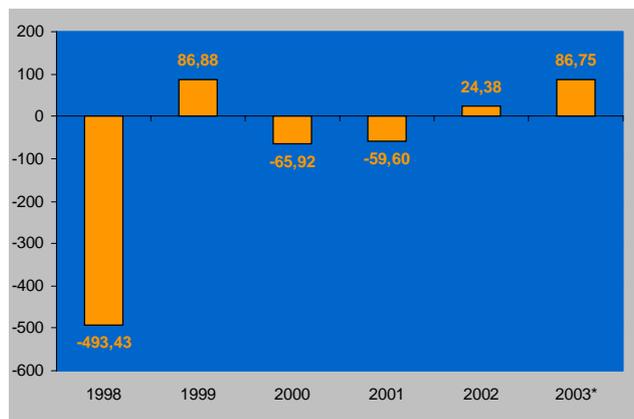
Fonte:SEFAZ e IPECE.

FIGURA Nº 30 - PRINCIPAIS DESPESAS DO ESTADO (MILHÕES DE REAIS - PREÇOS CORRENTES) - 2002/2003



Fonte:SEFAZ e IPECE.

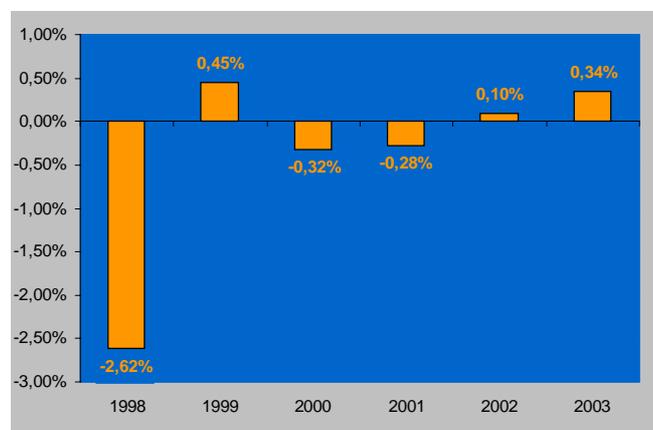
FIGURA Nº 31 - RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO - 1998/2003*



Fonte:SEFAZ e IPECE.

* Dados preliminares sujeitos aos ajustes Fiscais do Balanço Geral do Estado.

FIGURA Nº 32 - RESULTADO PRIMÁRIO DO CEARÁ EM % DO PIB - 1998/2003



Fonte:SEFAZ e IPECE.

FIGURA Nº 33 - GASTOS SOCIAIS (EDUCAÇÃO) - 2003

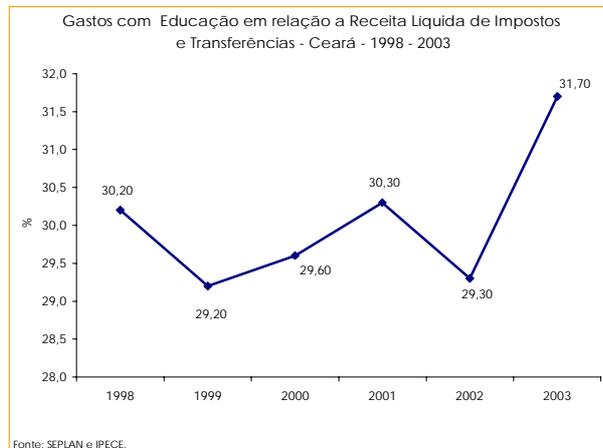


FIGURA Nº 34 - GASTOS SOCIAIS (SAÚDE) - 2003

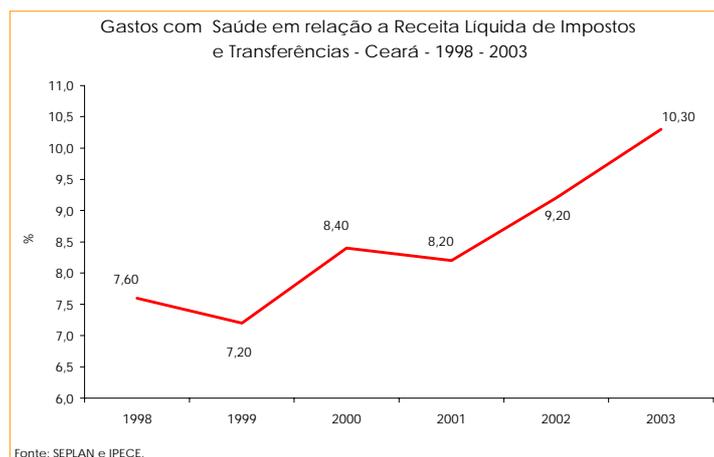


FIGURA Nº 35 - GASTOS NO INTERIOR DO ESTADO - 2002/2003

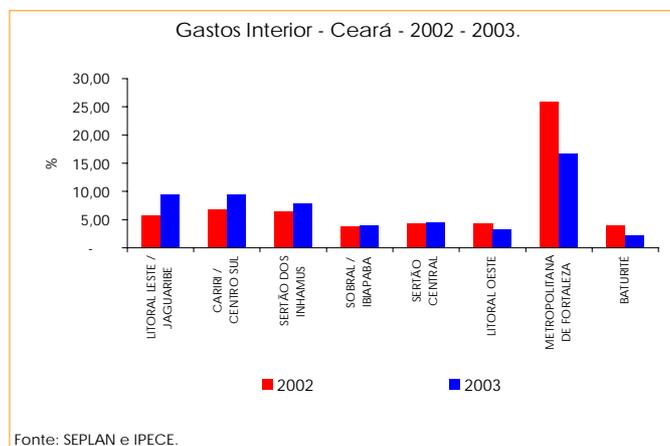


FIGURA Nº 35 - GASTOS NO INTERIOR DO ESTADO - 2002/2003 (Continuação)

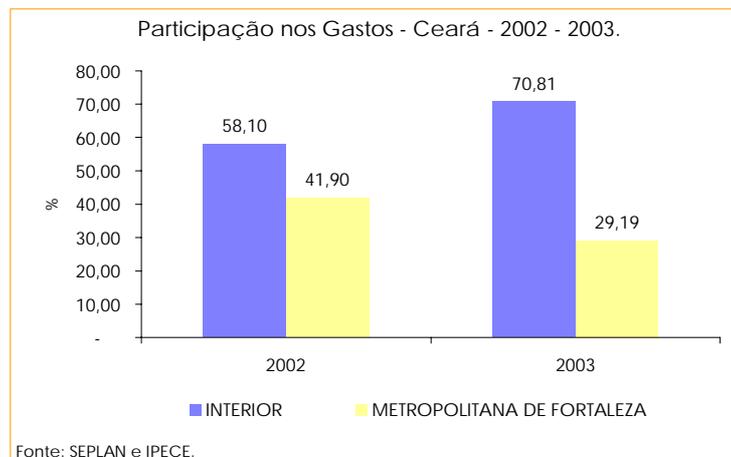


FIGURA Nº 36 - TOTAL DE SERVIDORES ATIVOS EM RELAÇÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS - CEARÁ - 1991/2003

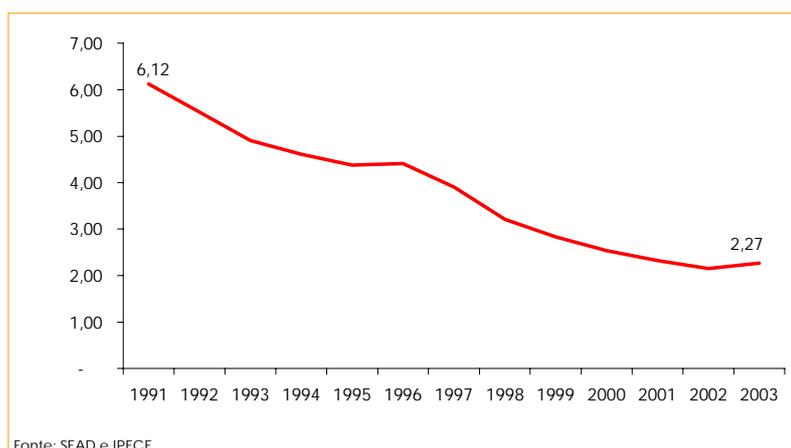


FIGURA Nº 37 - DÍVIDA PÚBLICA - CEARÁ - 2000/2003

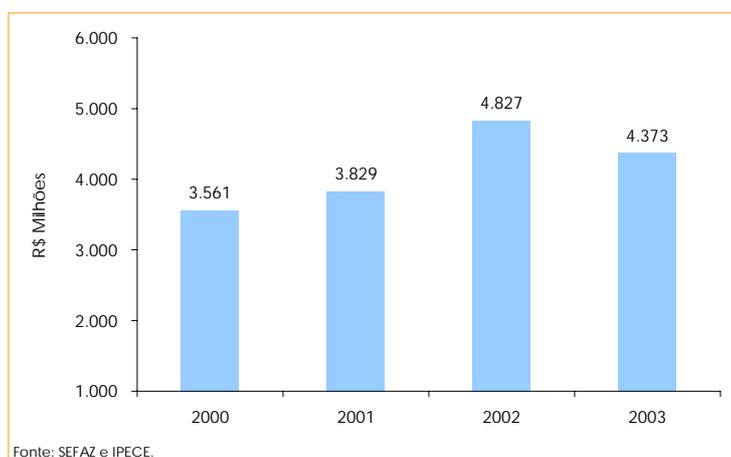


FIGURA Nº 38 - DÍVIDA EM % PIB - CEARÁ - 2000/2003

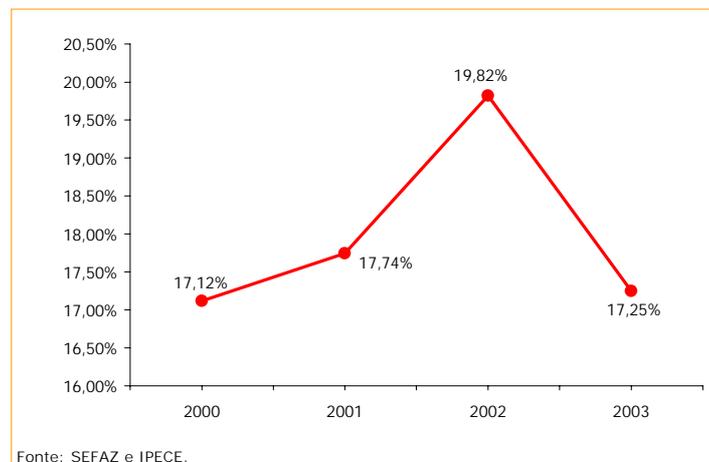
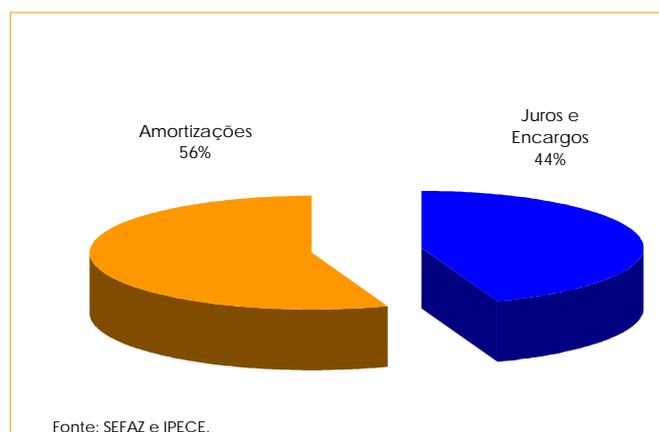


FIGURA Nº 39 - SERVIÇO DA DÍVIDA - CEARÁ - 2003



No pagamento do Serviço da Dívida, mais de 50% é amortizado.

1.3 ASPECTOS POPULACIONAIS E DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP

Tendo como referência a preocupação com a explosão populacional na Área de Influência do CIPP, foram desenvolvidos os estudos de demografia no âmbito do Projeto **Avaliação Ambiental Estratégica do Complexo Industrial – Portuário do Pecém e Área de Influência**.

1.3.1 A ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DO CIPP

A Área de Influência Direta, AID é delimitada ao norte pela orla, a leste pelo Município de Fortaleza, a oeste pelo Rio Curu e ao sul por uma faixa de aproximadamente 01 (um) quilômetro abaixo da BR-222. Para efeito de análise demográfica, possui 1.630 km², englobando a totalidade dos Municípios de São Gonçalo do Amarante (846 km²) e de Paracuru (296 km²) e parte dos Municípios de Caucaia (488 km²)

dos 1.293 km²) e São Luis do Curu, contendo 16 núcleos populacionais urbanos, 05 núcleos populacionais rurais e 02 núcleos populacionais praianos (Praias do Cumbuco e Tabuba), totalizando 23 núcleos populacionais, onde residem mais de 300 mil pessoas, sendo 14% na zona rural, e o restante, 86%, nas zonas urbanas das sedes dos distritos².

Os 23 núcleos populacionais que, devido a uma maior proximidade com o Complexo Industrial e Portuário, poderão sofrer maiores influências no âmbito territorial e ambiental são São Gonçalo do Amarante / Sede, Pecém, Taíba, Colônia, Parada, Siupé, Umarituba, Serrote e Croatá, no Município de São Gonçalo do Amarante; Paracuru / Sede, Jardim e Poço Doce, no Município de Paracuru; Caucaia / Sede, Catuana, Matões, Guararu, Primavera, Jurema, Mirambé, Coité, Cumbuco e Tabuba, no Município de Caucaia; e São Luís do Curu / Sede, no município homônimo.

Em relação às concentrações populacionais, observa-se que as localidades mais próximas à Capital são as que apresentam maiores adensamentos, com a Sede Municipal de Caucaia e o Distrito de Jurema, que apresentam a maior concentração populacional, sendo praticamente um prolongamento de Fortaleza.

1.3.2 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DEMOGRÁFICO EM CURSO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP

Através da história, as cidades têm sido fundadas nas interseções de rotas de transportes ou em pontos onde os bens ou pessoas se transferem de um lugar para outro, como nos rios ou portos oceânicos. Assim, configurando um novo vetor de urbanização, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, CIPP foi concebido em 1995, no limite dos Municípios de Caucaia e São Gonçalo (localização periférica à RMF), iniciada sua construção em 1996, implantado em 2001 e operacionalizado em 2002.

Segundo previsões do Governo do Estado, estima-se que este conjunto de empreendimentos produzirá a geração de 30 mil novos empregos diretos e indiretos. Existe a expectativa de que tal dimensão de oferta de empregos e a necessidade de negócios seja responsável por incrementos populacionais, estimulando o crescimento de áreas urbanas existentes e o surgimento de novos núcleos, sobretudo nos Municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia. No cenário prospectivo do Governo do Estado estima-se que o núcleo populacional do CIPP e no seu entorno, locais anteriormente ocupados por sítios e fazendas, abrigará um contingente incremental de 180 mil pessoas, num prazo de até 15 (quinze) anos. Isto significa que, nesta próxima década e meia, existe a tendência potencial de ocorrência de um intenso processo de urbanização nas imediações do CIPP, transformando uma paisagem ainda rural em uma situação urbanizada, através de uma economia de base marcadamente industrial.

Vale ressaltar que na Área de Influência Direta, AID do CIPP, além da implantação do Complexo, alguns grandes empreendimentos e programas são e serão também responsáveis pela indução à ocupação no oeste e pelo conjunto das transformações a se consolidar, como:

² Segundo o Censo 2000.



- **Programa Águas do Ceará**, com a construção de reservatórios e interligação de bacias hidrográficas com ênfase ao abastecimento do RMF e do CIPP.
- **Prodetur/Ce**, com ações e projetos de interveniência em obras vinculadas à infra-estrutura regional, comunicações, saneamento básico para as comunidades praianas, coleta e destino final do lixo, ações de preservação ambiental e treinamento e capacitação para o turismo.
- **Programa de Atração Industrial**; e
- **Projeto Metrofor**, que provocará modificações de uso e ocupação do espaço territorial, uma vez que beneficiará um grande contingente populacional reduzindo o tempo de percurso em direção à Fortaleza, oferecendo rapidez e segurança e consolidando a opção de moradia na Área de Influência Direta, AID do CIPP.

O Município de Caucaia tem área de 1.293 km² que é a maior em extensão territorial da Região Metropolitana de Fortaleza. Está dividido politicamente em oito distritos: Caucaia (Sede), Catuana, Guararu, Mirambé, Jurema, Sítios Novos, Tucunduba e Bom Princípio. Destes fazem parte da Área de Influência Direta, AID do CIPP os seis primeiros distritos acima referidos, correspondendo à cerca de 38% do território do município.

Caucaia é o segundo município mais populoso do Estado e o quarto no *ranking* de maior taxa de crescimento demográfico. A população oficial do município é de 250.479 habitantes (IBGE-2000), sendo 90% urbana e 10% rural, demonstrando o forte desequilíbrio na ocupação do espaço, desequilíbrio este que tendem a se acentuar, tendo em vista que a taxa de crescimento geométrico da população urbana de 1991 a 2000 foi de 4,85% enquanto a da população rural foi de 3,76%. De acordo com as estatísticas oficiais, a densidade demográfica do município relativa ao ano de 2000 é de 210,42 hab/km².

O crescimento da população de Caucaia vem obedecendo a uma trajetória semelhante ao observado em municípios que compõem o entorno das capitais de núcleos metropolitanos: taxas elevadas de crescimento e drástica transformação em direção a uma urbanização acelerada.

Além da população oficial, existem outros dois segmentos populacionais não dimensionados. O primeiro é composto por visitantes costumeiros que freqüentam a zona litorânea do município durante todos os períodos de férias. O outro segmento é composto pelos habitantes recentes das áreas irregularmente ocupadas, principalmente nas imediações da BR-020, defronte ao conjuntos habitacional Nova Metrópole. Ademais, observou-se nos últimos anos, cada vez com maior intensidade, a transformação da Sede do Município e do Distrito de Jurema em cidades dormitório.

O crescimento de Fortaleza em direção à Caucaia se estendeu tanto para o interior quanto para o litoral gerando uma ocupação desordenada. Os principais vetores desta interligação são a expansão industrial e residencial do Bairro de Antônio Bezerra e a procura por novos espaços de lazer na zona marítima, a partir do estuário do Rio Ceará compreendendo as praias de veraneio de Iparana, Boi Choco, Pacheco, Icaraí, Tabuba e Cumbuco. Nesta faixa, onde, segundo os dados da Secretaria de Infra-estrutura de



Caucaia, quase 95% dos imóveis são de proprietários residentes em Fortaleza, a ocupação do solo se dá sem nenhum critério de preservação dos recursos naturais, com desmontes de dunas, invasão de faixas de preservação de lagoas e de areia da praia.

O Distrito de Jurema incorpora vários conjuntos habitacionais e detém a maior concentração populacional do município, superior a da sede do mesmo, sendo, praticamente, uma extensão de Fortaleza.

Da mesma forma, a expansão urbana da faixa litorânea do município é resultante da demanda existente na Região Metropolitana de Fortaleza, que busca em suas extensões a Sul e a Nordeste, novas localizações para usos residenciais, comerciais e, principalmente de lazer.

O crescimento populacional de Caucaia incorpora um forte componente migratório que sobrepuja o seu crescimento vegetativo. Em 1980, a população natural do município era de 62.672 habitantes, o que representava 66,6% da população total. Os 33,4% restantes eram formados por pessoas de outros municípios (31,3%); de outros estados (2,0%) e do interior naturalizados (0,1%). Em 1996, Caucaia detinha 27.990 imigrantes residentes no município há mais de 5 anos, representando 13,4% da população total do município. Destes, 88,3% eram naturais de outros municípios cearenses e 11,2% eram oriundos de outras unidades da federação.

A população total de São Gonçalo do Amarante apresentou uma evolução positiva, em torno de 2,2% ao ano, no total para os períodos de 1991 a 1996, 1996 a 2000 e 1991 a 2000, contra 1,35%, 2,21% e 1,73% do Estado para os mesmos períodos, levando a crer que cresceu as taxas mais aceleradas que o Ceará. Em 1991, a população do município era de 29.286 habitantes. Aumentou 3.401 habitantes até 1996, quando alcançou 32.687 pessoas, e em 2000 esse número era de 35.608.

Apresenta uma feição eminentemente urbana, pois 62,0% reside no centro urbano, enquanto que apenas 38,0% ocupa o meio rural. Nas décadas de 70 e 80, a população urbana era menor que 29,0% da população total, de forma que o crescimento urbano foi significativo na última década.

A população urbana concentra-se na sede do município (28,91%), seguida pelo Distrito de Croatá (21,0%). Dentre os distritos mais populosos estão a sede municipal com 21,2%, Pecém com 20,9%, e Serrote, com 19,3% de sua população total.

A característica de concentração populacional e de investimentos sócio-econômicos é particularidade de uma região metropolitana e que o Município de São Gonçalo do Amarante não possuía em 1999, quando por força de lei foi incluído na RMF.

Aliás, a situação de São Gonçalo do Amarante dentro do contexto demográfico da RMF é totalmente atípica em termos de grandeza e dinâmica. O município experimentou, no período de 1950 a 1960, um declínio populacional de mais da metade de sua população, passando pela década de 60 com incremento diminuto. O incremento durante os anos 1970/80, de mais de cinco mil pessoas, foi o maior



nos últimos cinquenta anos, tendo sido motivado pela urbanização de lazer que se verificou em suas praias. No início dos anos 90, esperava-se dinâmica populacional similar, que não ocorreu, e ainda não haviam sido produzidos os efeitos dos recursos financeiros introduzidos pelo projeto governamental de infra-estrutura para a atividade turística, o PRODETUR-CE. Mesmo o incremento populacional pós-CIPP, entre 1996/2000, foi inexpressivo.

Em termos de imigração, São Gonçalo do Amarante também tem uma trajetória de descontextualização ao cenário metropolitano. Em 1980, a população natural do município era de 19.744 habitantes, representando 80,0% da população total. Dos 20,0% restantes, 97,0% correspondiam a pessoas oriundas de outros municípios e 3,0% de outros estados e países. Em 1996, eram emigrantes residindo a mais de 5 anos no município, apenas 1.171 pessoas (contra 87.787 em Fortaleza e 27.990 em Caucaia), assemelhando-se a outras localidades interioranas de baixa imigração, tais como Campos Sales, Guaraciaba do Norte, Mauriti, Parambu, e Varjota. Do total dos emigrantes no município quase a totalidade (86,3%) é proveniente de outros municípios cearenses e 11,3% são oriundos de outros estados.

O Município de Paracuru tem área de 296,10 km² estando dividido politicamente em três distritos: Paracuru (Sede), Jardim e Poço Doce. De acordo com os dados do Censo 2000, a Sede Municipal concentra, em sua zona rural e urbana, 76% da população residente, enquanto que as parcelas da população residente nos Distritos de Jardim e Poço Doce são de 9% e 15%, respectivamente.

Em 1980, o Município de Paracuru contava com uma população de 28.603 habitantes. Com a emancipação do Distrito de Paraipaba em 1986, o município perdeu parcela significativa de sua população, de tal forma que, em 1991, apresentava um contingente populacional de 20.942 habitantes. Na década de 1980, verificou-se uma grande disparidade entre as taxas de crescimento da população urbana e rural, com acentuada tendência à urbanização, quando no período 1980/1991 a população urbana apresentou uma taxa de crescimento de 3,7% ao ano, contrapondo-se a uma queda na taxa da população rural da ordem de -0,3% ao ano. Na década de 1990, esta tendência de urbanização continuou, com a população urbana crescendo 4,6% ao ano no período 1991 a 2000 e a população rural apenas 1,2% ao ano.

Segundo o PDDU do Município, as causas desse declínio demográfico rural podem estar associadas à estagnação das atividades econômicas do Município, no meio rural, que resultam em um processo de expulsão da população do campo, e ao poder de atração da sede do Município, através de busca por melhores condições de vida, o que influenciou o processo de urbanização. Além desse fator, concorreram também para o expressivo crescimento da população urbana as expansões significativas do perímetro urbano incorporando áreas rurais.

Da mesma forma que no Município de Caucaia, além da população oficial do Município de Paracuru, existe um outro segmento populacional não dimensionado, composto por visitantes costumeiros que freqüentam a zona litorânea do Município durante os períodos de férias. Outro segmento é composto por trabalhadores da Petrobrás, instalados de modo flutuante no Município.



A implantação do CIPP no município vizinho é o mais forte fator de polarização e urbanização que se apresenta. A taxa geométrica anual de crescimento populacional, no período de 1996/2000, foi de 4,56%, muito superior a do Estado que foi de 2,16%. Em 2000, segundo o Censo do IBGE, a população de Paracuru era de 27.541 habitantes.

A população urbana nesse período elevou sua participação de 58% para 60,55%, decorrente do crescimento anual de 5,68%. Já a taxa de ocupação territorial da população, esta era de 77,61 habitantes/km², elevando-se para 92,78 habitantes/km², bem superior à densidade do Estado do Ceará, que era de 46,50 habitantes/km² e 50,68 habitantes/km².

A posição de Paracuru, em relação aos demais municípios do Ceará, correspondia ao 76º lugar em 1996 e ao 62º lugar em 2000, considerando o número total de habitantes do Município, e 56º lugar em 1996 e ao 51º lugar em 2000, em termos de população urbana.

Com relação à imigração, em 1996 apenas 4,3% de sua população total não eram naturais do Município, totalizando 1.384 pessoas, das quais 18,6% eram oriundas de outras unidades da federação e 0,2% de outros países, sendo que a grande maioria, 79,8%, eram cearenses naturais de outros municípios.

O Município de São Luís do Curu abriga apenas 0,15% da população total do Estado do Ceará, sendo 64% urbana (0,14% da população urbana do Ceará) e 36% rural (0,19% da população rural do Ceará).

A população total do Município São Luís do Curu apresentou evoluções positivas, em torno de 0,7%, 1,1% e 0,9% ao ano nos períodos de 1991 a 1996, 1996 a 2000 e 1991 a 2000, contra 1,35%, 2,21% e 1,73% do Estado para os mesmos períodos, denotando um crescimento aquém daquele observado no Estado do Ceará como um todo. Em 1991, a população do Município era de 10.610 habitantes. Aumentou apenas 390 habitantes até 1996, quando alcançou 11.000 pessoas, e, em 2000, esse número era de 11.497. A população urbana decresceu no período 1991 a 1996 a uma taxa de -0,3% ao ano, enquanto a rural aumentou no mesmo período segundo uma taxa de 2,6%. No período 1996/2000 o comportamento foi o inverso, com a população urbana crescendo e a rural decrescendo a taxas de 1,99% e -0,38% ao ano, respectivamente. Isto representou, no período como um todo (1991 a 2000), uma evolução positiva em ambas as parcelas populacionais, com um crescimento rural (1,26% aa) maior que o urbano (0,70% aa).

Esse perfil de crescimento populacional teve reflexo na taxa de urbanização do Município, uma vez que esta decresceu de 65,36% em 1991 para 62,04% em 2000.

Com relação à densidade populacional, esta vem aumentando continuamente, passando de 86,26 habitantes/km² em 1991 para 87,51 habitantes/km² em 1996 e 91,9 habitantes/km² em 2000, sendo bem superior a do Estado (43,36 habitantes/km² em 1991, 46,53 habitantes/km² em 1996 e 50,68 habitantes/km² em 2000).



Com relação à imigração, em 1996 apenas 2,5% de sua população total não eram naturais do município, totalizando 275 pessoas, das quais 15,3% eram oriundas de outras unidades da federação e 84,7% eram cearenses naturais de outros municípios.

1.3.3 O CIPP E SEU IMPACTO NO CRESCIMENTO POPULACIONAL DA ÁREA EM ESTUDO

1.3.3.1 Análise dos Impactos sobre a Distribuição Espacial da População Face aos Investimentos Públicos Já Realizados

O Governo do Estado tem como expectativa a ocorrência de intensas imigrações para a Área de Influência Direta, AID do CIPP, tendo por premissa a grandiosidade e a complexidade do Projeto em volumes físicos, financeiros, técnicos, espaciais e temporais, prevendo uma alta mobilidade da população, de origem estadual e de fora do Estado, até mesmo de outros países.

No entanto, segundo Araújo (2002)³, as primeiras informações referentes aos trabalhadores no CIPP mostram que a migração ainda não se realizou consoante com o que se esperava, apesar de existirem outros indicativos de recentes movimentos para o lugar.

Com base em dados dos censos demográficos de 1991 e 2000, bem como nos dados da contagem populacional de 1996, além das observações feitas em Araújo (*op cit*) são a seguir discutidos os aspectos do crescimento populacional na área em estudo.

A dinâmica observada entre os censos de 1991 e 2000 mostra que a Região de Influência Direta do CIPP, constituída, parcial ou totalmente, pelos Municípios de Caucaia, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e São Luís do Curu, representou, no ano 2000, uma participação de 4,17% da população total do Estado do Ceará enquanto que, em 1991, esta participação foi de 3,38%, e em 1996 de 3,87%. Isto demonstra um real incremento da população residente na AID do CIPP a partir de 1995, quando da concepção e divulgação da implantação do CIPP.

Esta população da AID do CIPP apresentou uma evolução positiva, em torno de 4,2% ao ano no total para os períodos de 1991 a 1996, 1996 a 2000 e 1991 a 2000, contra 1,35%, 2,21% e 1,73% do Estado para os mesmos períodos. O município mais dinâmico, com crescimento semelhante ao da região em estudo como um todo, foi Caucaia, cujo grande atrativo é a fácil comutação com Fortaleza. O Município de São Gonçalo do Amarante, onde está situado o Distrito do Pecém, apresentou, contudo, crescimento bem menor, com taxa em torno de 2,2%, pouco significativa, portanto.

Em termos municipais, o crescimento de Caucaia no período concepção-implantação do CIPP, embora significativo, na verdade decresceu em relação às décadas anteriores, onde as taxas médias eram superiores a 5%. No Município de São Luís do Curu não é perceptível qualquer impacto do empreendimento em sua população, haja vista as taxas de crescimento permanecerem em níveis

³ ARAÚJO, A M M. 2002. Mobilidade da População no Espaço Metropolitano de Fortaleza: o Caso Pecém. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Geografia. Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza-CE

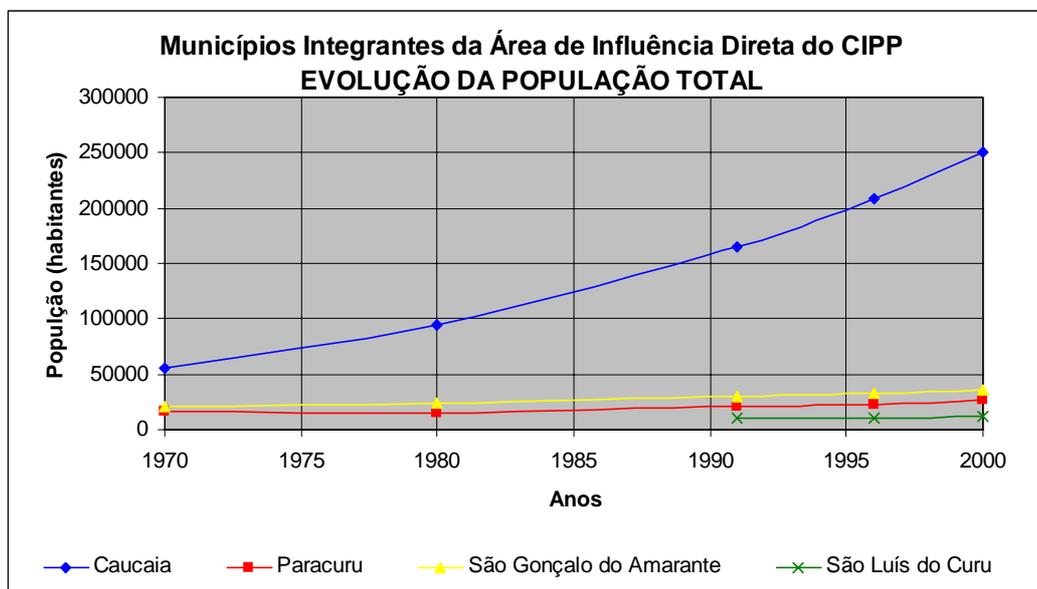
relativamente estáveis. Os maiores impactos relativos foram verificados para o Município de Paracuru, em menor escala, onde a população cresceu a taxa de 2,73% ao ano no período de 1991 a 1996 e aumentou para 3,48%, no período de 1996 a 2000, configurando-se no único município da região em estudo cuja taxa de crescimento populacional aumentou no período 1996-200 em relação ao período 1991-1996.

No entanto, segundo CEARÁ 2000⁴, com o início das obras do CIPP em 1996 já foram observados novos assentamentos nas imediações do Pecém, de Matões e de Primavera, acarretando um pequeno incremento populacional à Região.

1.3.3.2 Caracterização do Processo de Transformação Demográfica Recente: Especialização do Quadro Demográfico Atual e Evolução da Taxa de Urbanização e das Densidades Populacionais

A distribuição temporal da população pelos municípios que a compõem a AID do CIPP está apresentada nas FIGURAS N^{OS} 40 a 51, ao passo que o QUADRO N^o 05 mostra a evolução populacional nesses municípios e o QUADRO N^o 06 apresenta as taxas de crescimento médias anuais das populações residentes. A evolução da densidade populacional e da taxa de urbanização nos municípios componentes está apresentada no QUADRO N^o 07.

FIGURA Nº 40 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP



FONTE: Censos Demográficos do IBGE de 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000

⁴ CEARÁ, 2000. Plano de Gestão do Crescimento Urbano da Área de Influência do CIPP. Relatório 5 – Sumário Executivo.

FIGURA Nº 41 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP

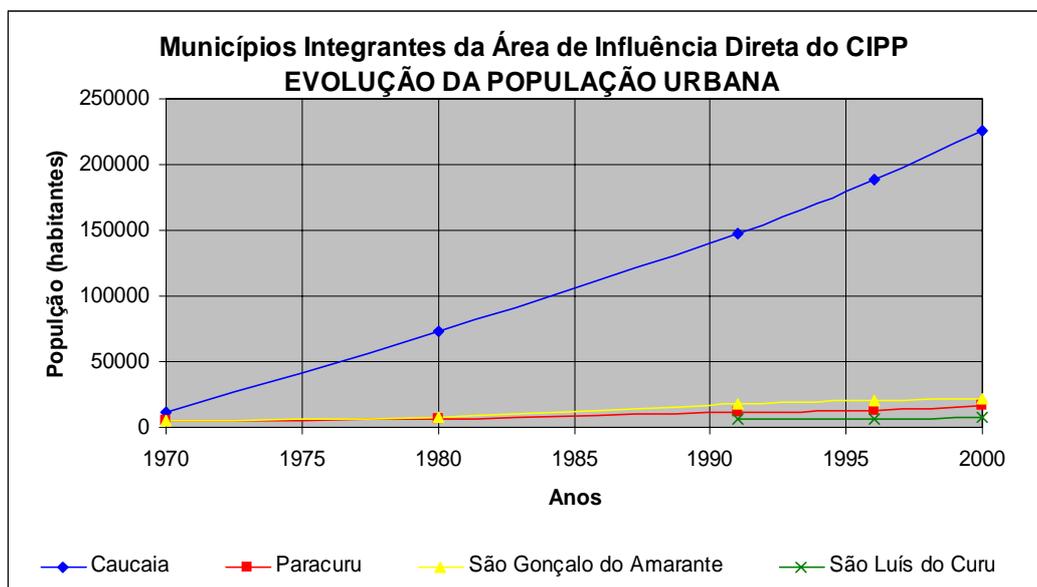


FIGURA Nº 42 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP

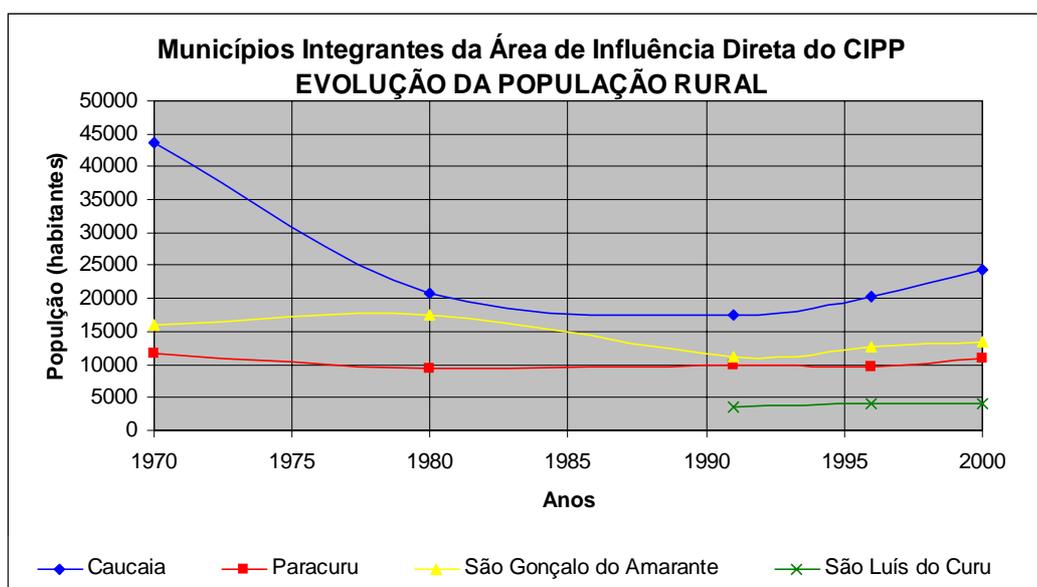


FIGURA Nº 43 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA

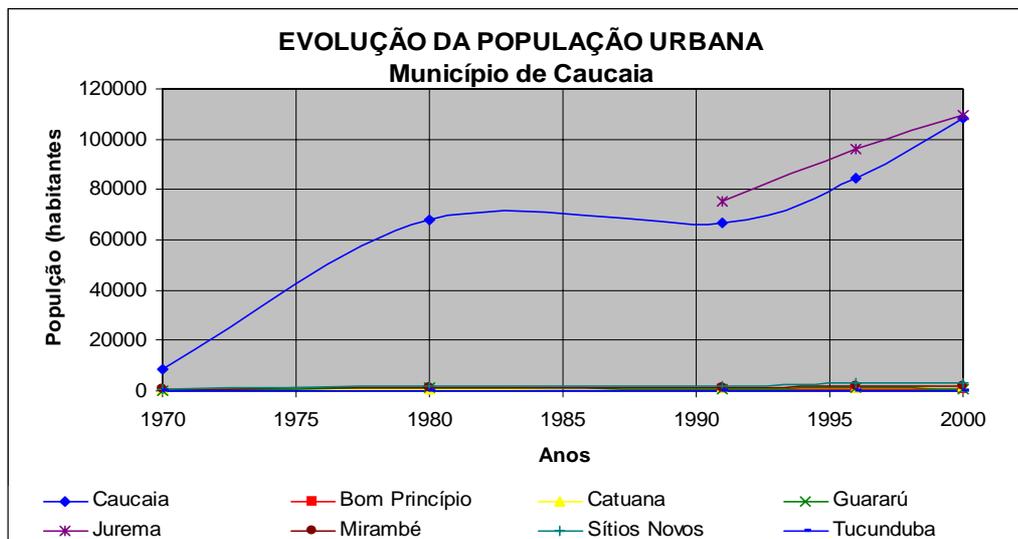
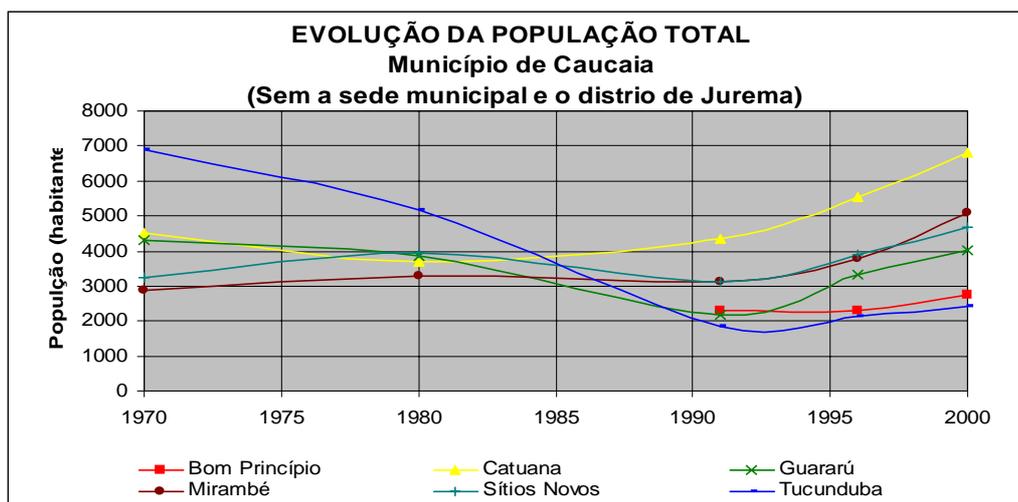
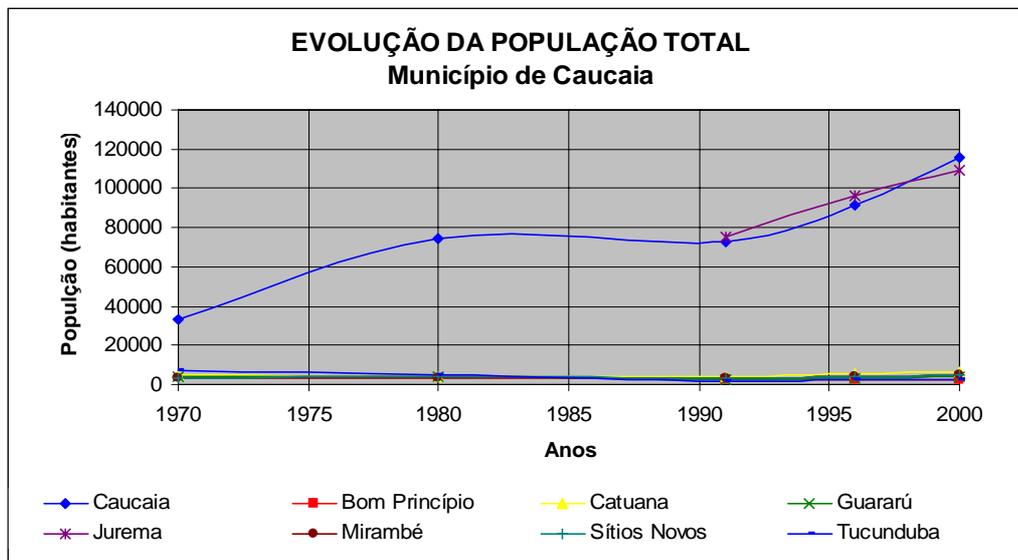


FIGURA Nº 44 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA

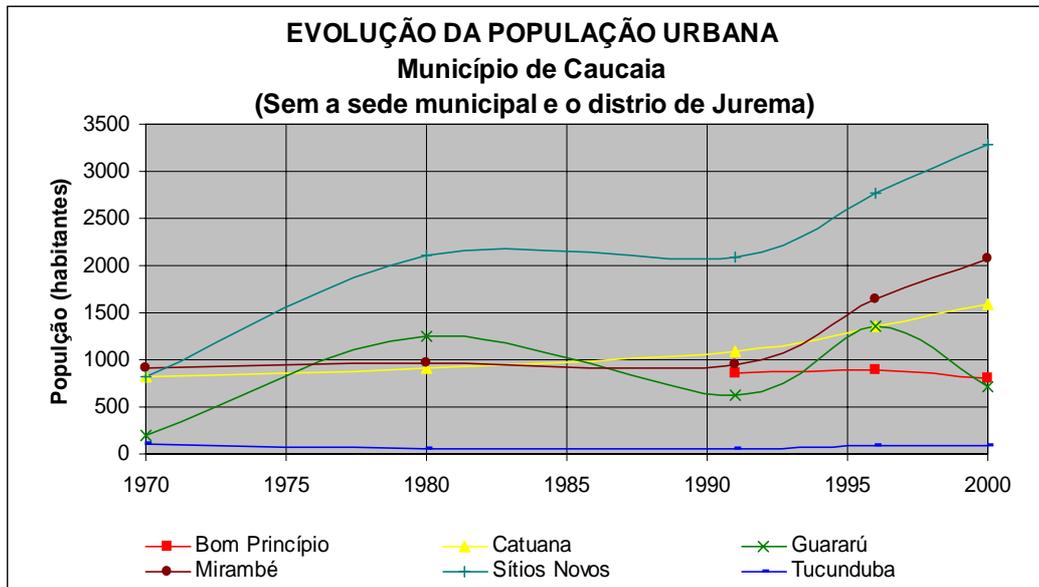


FIGURA Nº 45 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA

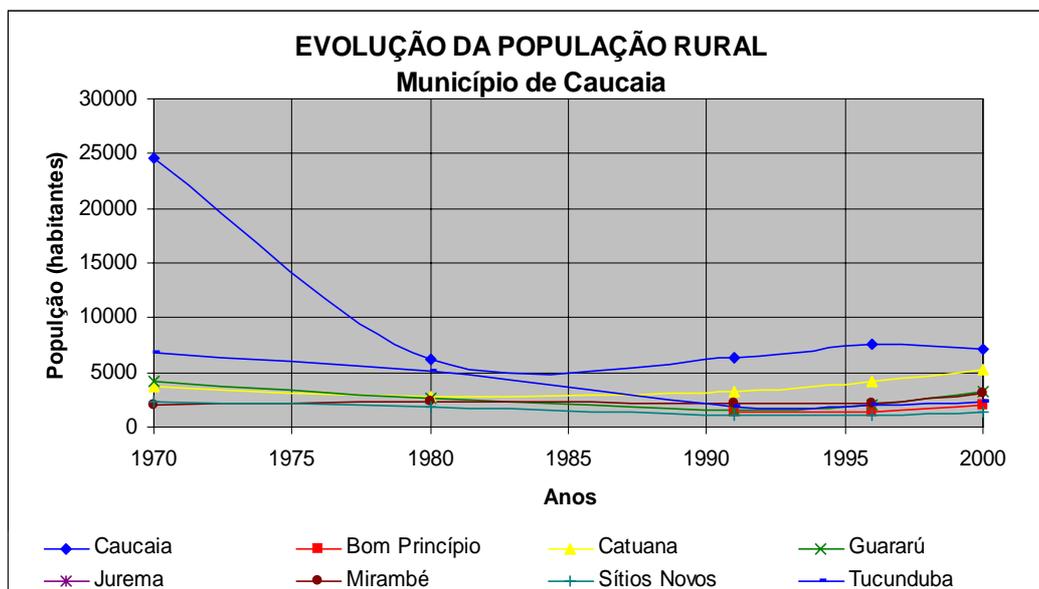


FIGURA Nº 46 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL NO MUNICÍPIO DE PARACURU

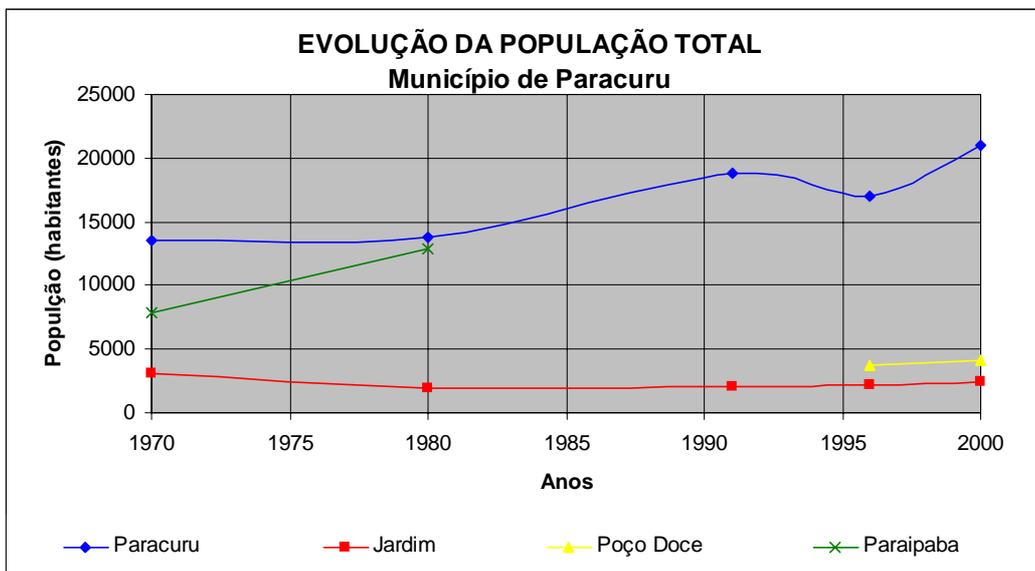


FIGURA Nº 47 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE PARACURU

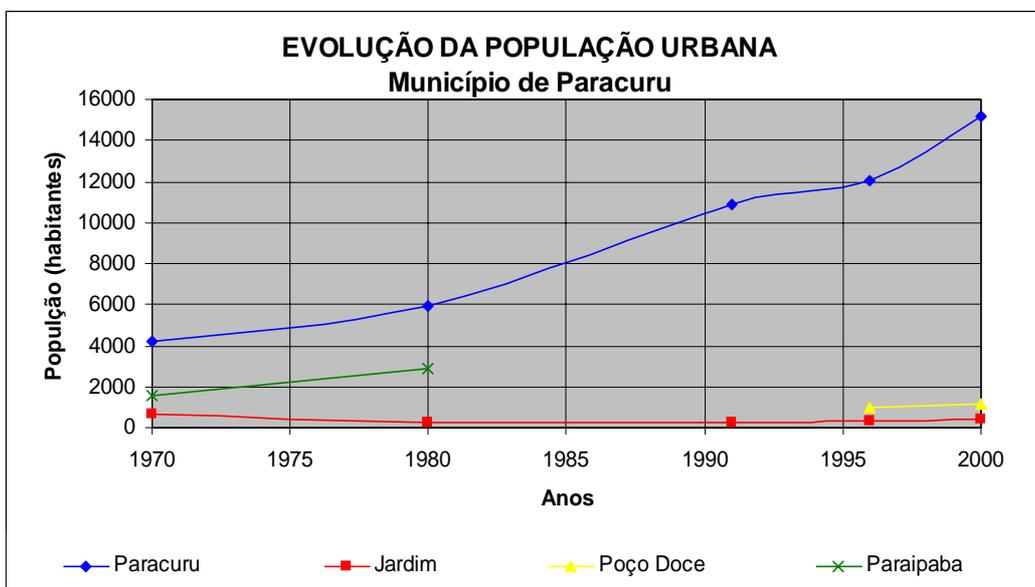


FIGURA Nº 48 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE PARACURU

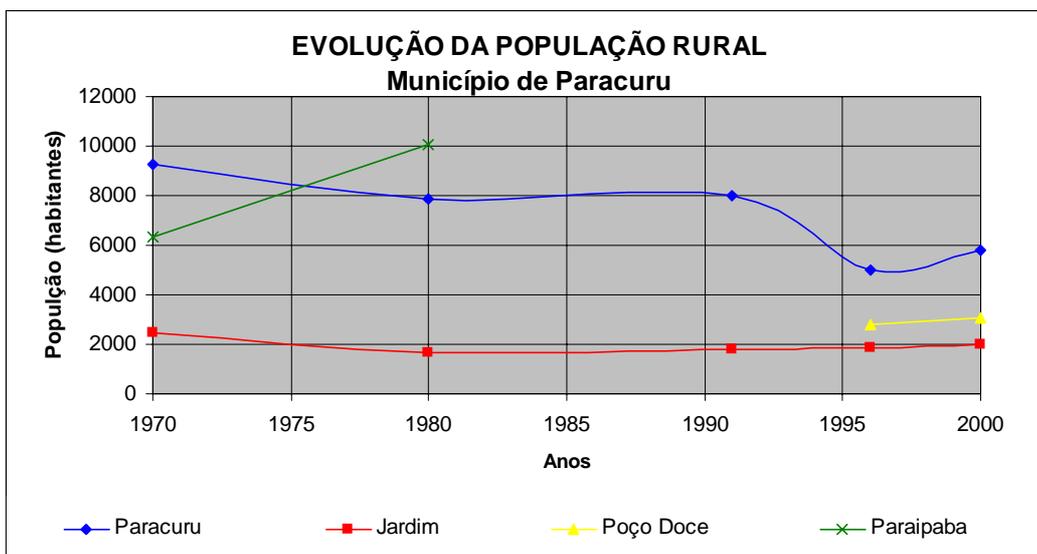


FIGURA Nº 49 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

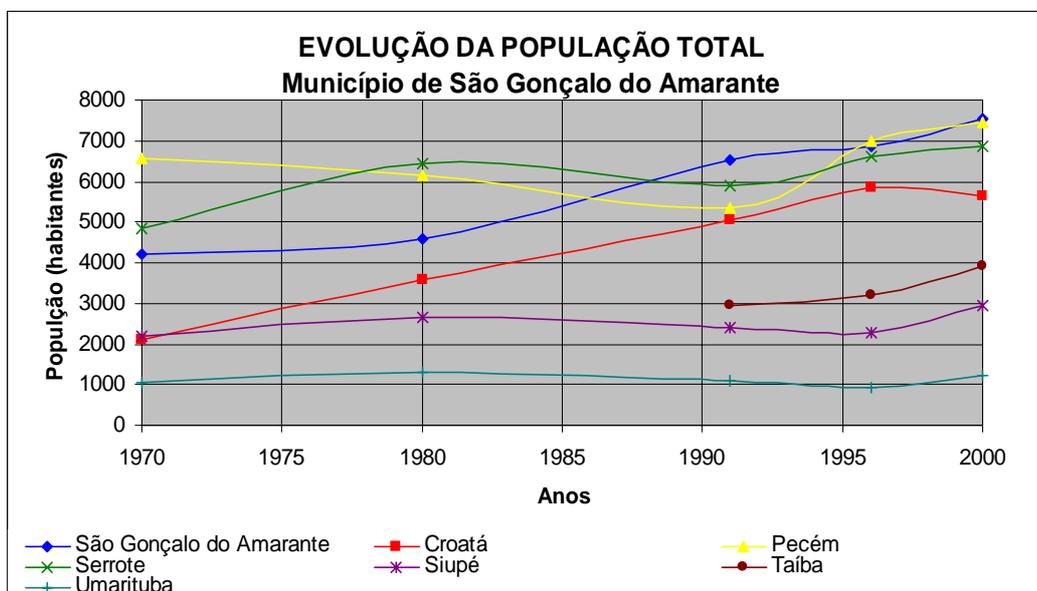


FIGURA Nº 50 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

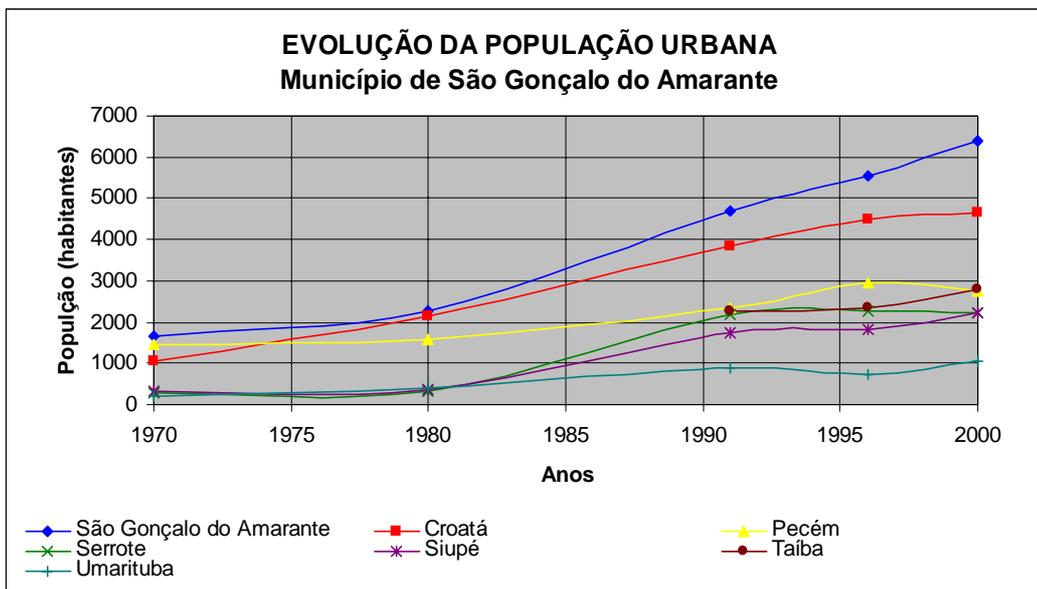
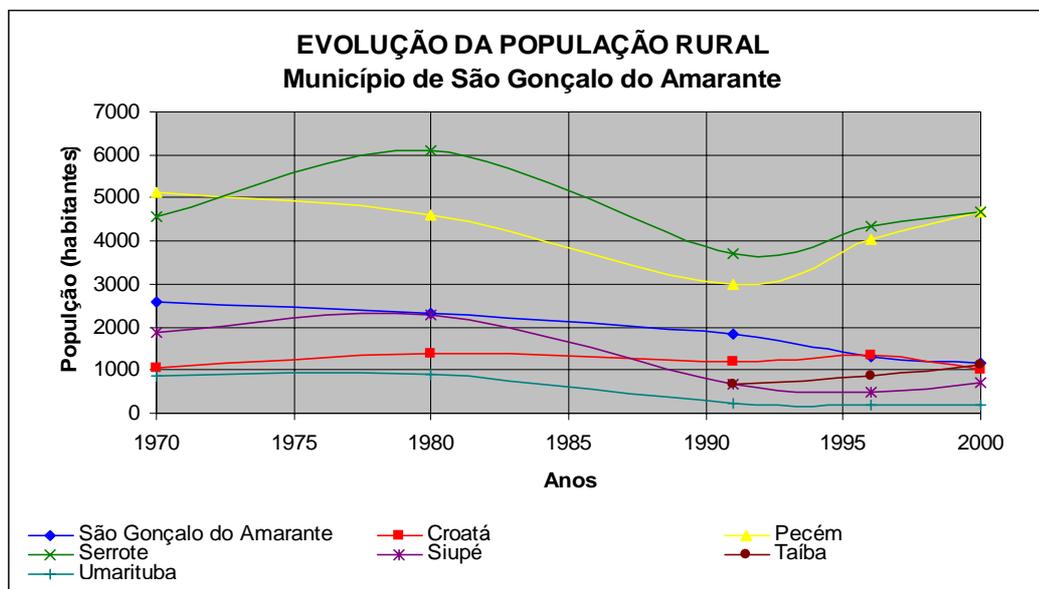


FIGURA Nº 51 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE





QUADRO Nº 05 - POPULAÇÕES TOTAIS, URBANAS E RURAIS DAS SEDES MUNICIPAIS E DOS DISTRITOS PERTENCENTES À REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CIPP - DADOS CENSITÁRIOS DE 1970, 1980, 1991, 1996 E 2000

MUNICÍPIOS		SEDES MUNICIPAIS E DISTRITOS		DADOS CENSITÁRIOS														
NOME	ANO DE CRIAÇÃO	NOME	ANO DE CRIAÇÃO	1970			1980			1991			1996			2000		
				TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Caucaia	1759			54.754	11.184	43.570	94.108	73.331	20.777	165.099	147.601	17.498	209.150	188.739	20.411	250.479	226.088	24.391
		Caucaia	1759	32.923	8.320	24.603	74.168	68.033	6.135	72.792	66.499	6.293	91.806	84.215	7.591	115.383	108.217	7.166
		Bom Princípio	1990	-	-	-	-	-	-	2.283	853	1.430	2.281	892	1.389	2.761	808	1.953
		Catuana	1951	4.522	824	3.698	3.676	913	2.763	4.337	1.085	3.252	5.537	1.354	4.183	6.803	1.583	5.220
		Guararú	1933	4.323	204	4.119	3.861	1.254	2.607	2.179	631	1.548	3.330	1.358	1.972	4.007	714	3.293
		Jurema	1990	-	-	-	-	-	-	75.434	75.434	-	96.414	96.414	-	109.314	109.314	-
		Mirambé	1933	2.873	905	1.968	3.287	967	2.320	3.101	951	2.150	3.757	1.637	2.120	5.089	2.072	3.017
	Sítios Novos	1933	3.222	829	2.393	3.938	2.104	1.834	3.113	2.090	1.023	3.897	2.774	1.123	4.682	3.284	1.398	
	Tucunduba	1863	6.891	102	6.789	5.178	60	5.118	1.860	58	1.802	2.128	95	2.033	2.440	96	2.344	
Paracuru	1890			16.632	4.878	11.754	15.674	6.179	9.495	20.942	11.147	9.795	23.018	13.351	9.667	27.541	16.673	10.868
		Paracuru	1890	13.499	4.224	9.275	13.751	5.913	7.838	18.877	10.891	7.986	17.023	12.026	4.997	20.972	15.169	5.803
		Jardim	1963	3.133	654	2.479	1.923	266	1.657	2.065	256	1.809	2.212	316	1.896	2.419	389	2.030
		Poço Doce	1994	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.783	1.009	2.774	4.150	1.115	3.035
		Paraipaba ⁹	-	7.890	1.569	6.321	12.929	2.869	10.060	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	1935			21.003	4.971	16.032	24.680	7.110	17.570	29.286	17.999	11.287	32.687	20.094	12.593	35.608	22.077	13.531
		São Gonçalo do Amarante	1935	4.219	1.642	2.577	4.584	2.268	2.316	6.525	4.709	1.816	6.857	5.529	1.328	7.535	6.380	1.155
		Croatá	1963	2.105	1.066	1.039	3.559	2.160	1.399	5.049	3.859	1.190	5.834	4.473	1.361	5.638	4.643	995
		Pecém	1933	6.582	1.441	5.141	6.158	1.569	4.589	5.362	2.367	2.995	6.995	2.937	4.058	7.460	2.765	4.695
		Serrote	1951	4.854	292	4.562	6.426	323	6.103	5.890	2.173	3.717	6.591	2.263	4.328	6.880	2.216	4.664
		Siupé	1933	2.172	313	1.859	2.648	375	2.273	2.413	1.734	679	2.284	1.801	483	2.942	2.234	708
		Taíba	1986	-	-	-	-	-	-	2.939	2.260	679	3.216	2.354	862	3.911	2.775	1.136
	Umarituba	1933	1.071	217	854	1.305	415	890	1.108	897	211	910	737	173	1.242	1.064	178	
São Luís do Curu	1951									10.610	6.934	3.675	11.000	6.824	4.176	11.497	7.384	4.113
		São Luís do Curu	1951							10.610	6.934	3.675	11.000	6.824	4.176	11.497	7.384	4.113
Total dos Municípios integrantes da Área de Influência Direta do CIPP				92.389	21.033	71.356	134.462	86.620	47.842	225.937	183.681	42.255	275.855	229.008	46.847	325.125	272.222	52.903
Total da Área de Influência Direta do CIPP				82.276	20.102	62.174	125.346	84.456	40.890	215.005	180.680	34.325	263.373	225.247	38.126	311.129	268.034	43.095
Total do Estado				4.361.603	1.780.093	2.581.510	5.288.253	2.810.351	2.477.902	6.366.647	4.167.007	2.204.640	6.809.794	4.713.311	2.096.483	7.430.661	5.315.318	2.115.343

NOTAS:

Dados em azul correspondem aos distritos localizados fora da Área de Influência Direta do CIPP.

Dada a pequena área do Município de São Luís do Curu inserida na Área de Influência Direta do CIPP, considerou apenas a população da sede municipal, desconsiderando a população rural.

FONTE: Censos Demográficos do IBGE de 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.



QUADRO Nº 06 - TAXAS DE CRESCIMENTO DAS POPULAÇÕES DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CIPP - DADOS CENSITÁRIOS DE 1970, 1980, 1991, 1996 E 2000

MUNICÍPIOS	SEDES MUNICIPAIS E DISTRITOS	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL (%)														
		1970/1980			1980/1991			1991/1996			1996/2000			1991/2000		
		TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
		5,57%	20,69%	-7,14%	5,24%	6,57%	-1,55%	4,84%	5,04%	3,13%	4,61%	4,62%	4,55%	4,74%	4,85%	3,76%
Caucaia	Caucaia	8,46%	23,38%	-12,97%	-0,17%	-0,21%	0,23%	4,75%	4,84%	3,82%	5,88%	6,47%	-1,43%	5,25%	5,56%	1,45%
	Bom Princípio	-	-	-	-	-	-	-0,02%	0,90%	-0,58%	4,89%	-2,44%	8,89%	2,13%	-0,60%	3,52%
	Catuana	-2,05%	1,03%	-2,87%	1,51%	1,58%	1,49%	5,01%	4,53%	5,16%	5,28%	3,98%	5,69%	5,13%	4,29%	5,40%
	Guararú	-1,12%	19,91%	-4,47%	-5,07%	-6,05%	-4,63%	8,85%	16,57%	4,96%	4,74%	-14,85%	13,68%	7,00%	1,38%	8,75%
	Jurema	-	-	-	-	-	-	5,03%	5,03%	-	3,19%	3,19%	-	4,21%	4,21%	-
	Mirambé	1,36%	0,66%	1,66%	-0,53%	-0,15%	-0,69%	3,91%	11,47%	-0,28%	7,88%	6,07%	9,22%	5,66%	9,04%	3,84%
	Sítios Novos	2,03%	9,76%	-2,63%	-2,11%	-0,06%	-5,17%	4,59%	5,83%	1,88%	4,69%	4,31%	5,63%	4,64%	5,15%	3,53%
Tucunduba	-2,82%	-5,17%	-2,79%	-8,89%	-0,31%	-9,05%	2,73%	10,37%	2,44%	3,48%	0,26%	3,62%	3,06%	5,76%	2,96%	
Paracuru		-0,59%	2,39%	-2,11%	2,67%	5,51%	0,28%	1,91%	3,67%	-0,26%	4,59%	5,71%	2,97%	3,09%	4,58%	1,16%
	Paracuru	0,19%	3,42%	-1,67%	2,92%	5,71%	0,17%	-2,05%	2,00%	-8,95%	5,35%	5,98%	3,81%	1,18%	3,75%	-3,49%
	Jardim	-4,76%	-8,60%	-3,95%	0,65%	-0,35%	0,80%	1,38%	4,30%	0,94%	2,26%	5,33%	1,72%	1,77%	4,76%	1,29%
	Poço Doce	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,34%	2,53%	2,27%	-	-	-
Paraipaba ^u	5,06%	6,22%	4,76%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
São Gonçalo do Amarante		1,63%	3,64%	0,92%	1,57%	8,81%	-3,94%	2,22%	2,23%	2,21%	2,16%	2,38%	1,81%	2,20%	2,30%	2,04%
	São Gonçalo do Amarante	0,83%	3,28%	-1,06%	3,26%	6,87%	-2,19%	1,00%	3,26%	-6,07%	2,39%	3,64%	-3,43%	1,61%	3,43%	-4,90%
	Croatá	5,39%	7,32%	3,02%	3,23%	5,42%	-1,46%	2,93%	3,00%	2,72%	-0,85%	0,94%	-7,53%	1,23%	2,08%	-1,97%
	Pecém	-0,66%	0,85%	-1,13%	-1,25%	3,81%	-3,80%	5,46%	4,41%	6,26%	1,62%	-1,50%	3,71%	3,74%	1,74%	5,12%
	Serrote	2,85%	1,01%	2,95%	-0,79%	18,92%	-4,41%	2,27%	0,81%	3,09%	1,08%	-0,52%	1,89%	1,74%	0,22%	2,55%
	Siupé	2,00%	1,82%	2,03%	-0,84%	14,94%	-10,40%	-1,09%	0,76%	-6,59%	6,53%	5,53%	10,03%	2,23%	2,86%	0,47%
	Taíba	-	-	-	-	-	-	1,82%	0,82%	4,89%	5,01%	4,20%	7,14%	3,23%	2,31%	5,88%
Umarituba	2,00%	6,70%	0,41%	-1,48%	7,26%	-12,27%	-3,86%	-3,85%	-3,89%	8,09%	9,61%	0,71%	1,28%	1,92%	-1,87%	
São Luís do Curu		-	-	-	-	-	-	0,72%	-0,32%	2,59%	1,11%	1,99%	-0,38%	0,90%	0,70%	1,26%
	São Luís do Curu	-	-	-	-	-	-	0,72%	-0,32%	2,59%	1,11%	1,99%	-0,38%	0,90%	0,70%	1,26%
Total dos Municípios integrantes da área de Influência Direta do CIPP		3,82%	15,21%	-3,92%	4,83%	7,07%	-1,12%	4,07%	4,51%	2,08%	4,19%	4,42%	3,09%	4,13%	4,47%	2,53%
Total da Área de Influência Direta do CIPP		4,30%	15,44%	-4,10%	5,03%	7,16%	-1,58%	4,14%	4,51%	2,12%	4,25%	4,44%	3,11%	4,19%	4,48%	2,56%
Total do Estado		1,95%	4,67%	-0,41%	1,70%	3,63%	-1,06%	1,35%	2,52%	-1,00%	2,21%	3,05%	0,22%	1,73%	2,75%	-0,46%

Dados em azul correspondem aos distritos localizados fora da Área de Influência Direta do CIPP.

Dada a pequena área do Município de São Luís do Curu inserida na Área de Influência Direta do CIPP, considerou apenas a população da sede municipal, desconsiderado a população rural.

FONTE: Censos Demográficos do IBGE de 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.



QUADRO Nº 07 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA E TAXA DE URBANIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS COMPONENTES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CIPP- EVOLUÇÃO NO PERÍODO 1991/2000

MUNICÍPIO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA			TAXA DE URBANIZAÇÃO		
	(hab/km ²)			(%)		
	1991	1996	2000	1991	1996	2000
Ceará	43,36	46,53	50,68	65,37	69,21	71,53
Caucaia	128,00	174,93	210,42	89,40	90,24	90,26
Paracuru	100,65	77,61	93,26	53,23	58,00	60,54
São Gonçalo do Amarante	37,45	38,65	42,28	61,46	61,47	62,00
São Luís do Curu	86,26	87,51	91,90	65,36	62,04	64,23

No caso particular do Distrito do Pecém, a dinâmica populacional na última década do século XX não foi tão expressiva quanto se esperava encontrar após a instalação do CIPP, iniciada em 1995. A população total do Distrito era de 5.362 pessoas, em 1991, evoluiu para 6.995, em 1996, e depois para 7.460, em 2000, ou seja, um incremento final de cerca de um quarto da população inicial.

Isso representou uma taxa geométrica de crescimento anual de 3,74% ao ano no período 1991-2000, significando um crescimento acima da tendência do Município de São Gonçalo do Amarante, que na realidade foi negativa nos períodos 1970-1980 (-0,66%) e 1980-1991 (-1,25%), mas bem abaixo da dinâmica de outros municípios metropolitanos, a exemplo de Horizonte, cuja indústria é anterior e o crescimento populacional foi em média de 7,06% ao ano. Constata-se, portanto, que embora o crescimento populacional entre 1991 e 2000 tenha superado a tendência dos últimos anos, não houve ainda a explosão demográfica, tal qual a dimensão esperada no projeto governamental. Assim, espera-se que a migração ainda não tenha sido o que se supunha no projeto governamental.

Ademais, os dados apontam para uma tendência de declínio, uma vez que se desmembrando a taxa de crescimento populacional do período 1991-2000 para os períodos 1991-1996 e 1996-2000, observa-se que no primeiro intervalo esta é bem superior ao intervalo seguinte, com valores de 5,46% aa e 1,62% aa, respectivamente.

Outro fato a ser constatado é o de que de acordo com os dados dos censos, nos períodos de 1970-1980 e 1980-1991 as taxas de crescimento da parcela urbana da população do Distrito do Pecém eram bem maiores que a da parcela rural, com esta última sendo inclusive negativa. Nos períodos posteriores, contudo, esta tendência mostrou-se oposta, tendo sido as taxas da parcela rural superiores à da parcela urbana e sempre positiva.



Araújo (*op. cit*) utilizou outros elementos para avaliação do crescimento do Distrito do Pecém, além dos dados censitários, notadamente indicadores indiretos sobre os movimentos populacionais, os quais levaram a entender a estimativa do nível da migração pelo crescimento demográfico, dentre eles a análise do emprego segundo a origem dos trabalhadores.

De acordo com a referida autora, havia mais pessoas empregadas no Porto em agosto de 2001, provenientes de outras unidades da Federação (28,6%), do que os residentes no Pecém (26,8%), ou procedentes do interior (18,7%) e de Fortaleza (17,0%). Os que vieram de Caucaia eram uma minoria (8,9%). Em termos absolutos os trabalhadores migrantes somavam 896, entre os que procederam do interior e de fora do Estado.

Araújo (*op cit*) também constatou que, pelo tipo das principais ocupações, os trabalhadores de Pecém tiveram maiores oportunidades em atividades de baixa qualificação e, ao contrário, determinadas atividades especializadas foram desenvolvidas pelos migrantes e os provenientes de Fortaleza, notadamente nas funções de armador, carpinteiro e soldador.

Uma pesquisa direta realizada na Escola de Ensino Fundamental e Médio Edite Alcântara Mota, em maio de 2001, apresentada em Araújo, coletou informações sobre a procedência desses migrantes. Segundo esta, a maior trajetória interna ao Estado, teve origem em Fortaleza, seguida de Itapipoca e Caucaia, mas foi também relevante aquela que veio de Belém do Pará.

Segundo a autora, os trabalhadores do Porto residentes em localidades vizinhas, como, por exemplo, a capital Fortaleza, sinalizam para os movimentos pendulares realizados, em particular, por aqueles com melhor nível de renda, que podem arcar com os custos dos deslocamentos. Os operários procedentes de locais mais distantes, sobretudo de fora do Estado, são migrantes que acompanham as empresas de construção ou migrantes de retorno, conforme os depoimentos e as informações apresentadas anteriormente.

O número de trabalhadores cadastrados pelo SINE/IDT, em São Gonçalo do Amarante, até julho de 1996, confirma que, no início da obra do Porto, houve uma grande pressão por emprego dos habitantes de Caucaia, vizinhança do Complexo. Já aqueles procedentes de municípios mais distantes eram poucos. No entanto, as pessoas cadastradas nem sempre concretizaram suas intenções de emprego no CIPP. Conforme os dados apresentados em Araújo (*op cit*), foram empregadas somente 251 pessoas oriundas do interior do Estado e 201 residentes em Caucaia, equivalendo a apenas 27% dos candidatos em São Gonçalo do Amarante.

Em 2000, as expectativas de emprego no CIPP haviam declinado consideravelmente, porque a obra estava quase concluída. Assim, aqueles que se cadastraram no SINE/IDT do Município Sede do Complexo, de fevereiro a abril, atingiram, em média, somente 4% da procura de emprego observada na mesma instituição, em 1996.



Segundo a autora as *perspectivas de futuros movimentos populacionais para o Pecém* estavam expressas de forma contraditória no discurso dos representantes de instituições governamentais e não governamentais. Em maio de 2001, transpareciam duas correntes de pensamento: existiam aqueles que acreditavam e defendiam que ocorreriam novas ondas de imigrantes, pois o Governo continuaria investindo na área, mesmo que em menor ritmo e dimensão dos recursos; e uma outra opinião que era totalmente descrente a respeito de novos fluxos, pois não apenas o Porto estava paralisado em suas atividades, mas a própria população começava a desacreditar nele, com o agravante da conjuntura da crise energética nacional e a depressão econômica mundial. Em 2002, as atividades portuárias alteraram essas opiniões. Algumas empresas já estavam instaladas e funcionando no local. Vários trabalhadores baianos, prestando serviço pela Petrobrás estavam no lugar há mais de 10 anos. Havia ainda a expectativa de se iniciar a construção da siderúrgica.

1.3.4 CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, pela ocorrência de um crescimento populacional na área em estudo, superior ao ocorrido no Estado como um todo, mas inferior, contudo, às expectativas traçadas. No entanto, vale ressaltar o pequeno período decorrido entre a concepção e implantação do Complexo até o recenseamento populacional de 2000, tempo este ainda insuficiente para quaisquer conclusões definitivas. Ademais, embora o Porto já esteja atualmente em funcionamento, o Complexo Industrial ainda encontra-se em fase de implantação, com grandes investimentos ainda a serem efetivados.

1.4 DIAGNÓSTICO DA ECONOMIA DA ÁREA DE ESTUDO (CAUCAIA E SÃO GONÇALO DO AMARANTE) E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE INFLUÊNCIA

1.4.1 ATIVIDADE ECONÔMICA ENVOLVENDO OS SETORES PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

Dos municípios que compõem a Área de Influência Direta do CIPP, Caucaia é o que se apresenta como destaque. Seu Produto Interno Bruto, PIB (1998) é aproximadamente 07 (sete) vezes maior que a de São Gonçalo do Amarante e 10 (dez) vezes maior que o de Paracuru. Caucaia contribuía, em 1998, com 2,3% do PIB do Estado do Ceará. Os três municípios juntos representavam 2,8% da economia cearense.

Quanto à evolução da renda *per capita*, Caucaia apresentava, em 1996, um valor referente a 2/3 da renda *per capita* do Estado. Já em 1998 subiu para, praticamente, 75% da renda corrente do Estado. São Gonçalo do Amarante também mostrou evolução passando, em 1996, de 56% da média do Estado para 66,8% em 1998. Já Paracuru, praticamente não apresentou evolução na renda *per capita* relativa ao Estado, partindo de 1996 a 1998, de 72% para 72,6%. Conforme os dados de 1998, tem-se numa escala decrescente de valor da renda *per capita* Caucaia (R\$ 1.928,00), Paracuru (R\$ 1.888,00) e São Gonçalo do Amarante (R\$ 1.737,00). (QUADRO Nº 08)

QUADRO Nº 08 - PRODUTO INTERNO BRUTO E PER CAPITA A PREÇO DE MERCADO CORRENTE

MUNICÍPIOS	PIB TOTAL (R\$ 1.000,00)			PIB PER CAPITA (R\$ 1,00)		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Ceará	15.641.963	17.589.094	18.825.170	2.291	2.522	2.602
Caucaia	320.195	377.571	438.797	1.527	1.715	1.928
Fortaleza	6.677.736	7.193.797	7.197.918	3.389	3.571	3.515
Paracuru	38.052	37.816	45.106	1.649	1.588	1.888
São Gonçalo do Amarante	42.010	50.292	59.246	1.282	1.495	1.737
Ceará	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Caucaia	2,0%	2,1%	2,3%	66,7%	68,0%	74,1%
Fortaleza	42,7%	40,9%	38,2%	147,9%	141,6%	135,1%
Paracuru	0,2%	0,2%	0,2%	72,0%	63,0%	72,6%
São Gonçalo do Amarante	0,3%	0,3%	0,3%	56,0%	59,3%	66,8%

Fonte: Anuário do Iplance (2001)

Quanto à composição setorial, observa-se em todos os municípios da área de estudo o setor de serviços como o de maior participação. Caucaia é o que apresenta maior percentual de participação do setor industrial (38,22%), chegando a superar o percentual apresentado pela capital do Estado. (QUADRO Nº 09)

QUADRO Nº 09 - ESTRUTURA SETORIAL DO VALOR ADICIONADO MUNICIPAL (%) - 1998

MUNICÍPIOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
Ceará	5,62	40,08	54,30
Caucaia	4,56	38,22	57,22
Fortaleza	0,23	36,10	63,67
Paracuru	34,28	6,79	58,93
São Gonçalo do Amarante	14,68	22,55	62,77

Fonte: Anuário do Iplance (2001)

No setor primário o Município de Caucaia apresenta uma baixa participação, 4,56%, um pouco abaixo da média do Estado, São Gonçalo do Amarante apresenta uma percentual quase três vezes maior que Caucaia, mas é Paracuru que tem uma grande concentração relativa no setor primário, 34,28%, seis vezes maior do que a média do Estado.

De uma maneira geral, as atividades econômicas desenvolvidas em ambientes não urbanos, no Município de Caucaia são de agropecuária intensiva, de criação de gado leiteiro, de culturas de subsistência (feijão e milho) de culturas industriais de castanha de caju e *coco-da-baía*, de cera de

carnaúba, associada à cultura de subsistência e criação extensiva de gado (no sertão), e de extração de madeira para a produção de carvão e estacas e de mineração de pedras britadas, calcário, argila e areia.

São Gonçalo do Amarante apresenta estrutura agropecuária de caráter extensivo e a agricultura de subsistência, focada nas culturas de feijão, mandioca e milho. Em termos de desempenho da pecuária, o efetivo dos diversos rebanhos tem inexpressiva participação no total do Estado. Quanto à fruticultura, há vocação natural para a exploração das culturas xerófilas e frutíferas (caju e coco).

O Município de Paracuru apresenta-se como um dos principais produtores agrícolas do Estado onde, em 1999, obteve a maior produção na cultura de cana de açúcar, o 8º lugar na produção da mandioca, o 12º lugar na produção de *coco da bahia*, o 16º lugar na cultura do maracujá, o 23º na cultura da manga, dentre outras cultivadas em seu território. Em 1999, o Município obteve um crescimento de 55% na produção do ano. Na pecuária, observa-se o caráter extensivo da exploração. A criação de codornas, representava em 1999, o 3º maior plantel do Estado, bem como apresentava o 11º plantel de galos, frangos, frangas e pintos e o 14º de galinhas. O Município também detém a 14º posição como produtor de ovos de galinha do Estado.

O baixo nível tecnológico empregado nas atividades de pesca impacta diretamente na produção (ressalte-se que o litoral do Município corresponde a 5% do litoral cearense, demonstrando o potencial desse segmento). A atividade de mineração presente no Município é a exploração de petróleo, cuja base está instalada em seu litoral, a qual efetua a extração do óleo (petróleo) e gás a três mil metros de profundidade.

No setor terciário Caucaia possui 4 vezes o número de empresas de serviço de Paracuru e, com relação a São Gonçalo do Amarante, possui cerca de 2,5 vezes mais. Contudo, Caucaia responde por apenas 0,8% do número de estabelecimentos do Estado. (QUADRO Nº 10)

QUADRO Nº 10 - EMPRESAS DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA - 2000

MUNICÍPIOS	CEARÁ	CAUCAIA	FORTALEZA	PARACURU	SÃO GONÇALO DO AMARANTE
TOTAL	6.491	54	3.473	17	12
Transporte	815	11	516	2	1
Comunicação	168	1	76	1	1
Alojamento	81	1	26	-	-
Reparação, manutenção e conservação	358	8	136	2	-
Pessoais	362	4	139	1	1
Comerciais	924	13	517	5	1
Diversões e jogos	84	1	25	-	-
Escritórios de gerência, administração e depósitos	787	10	382	-	1

Continua


QUADRO Nº 10 - EMPRESAS DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA - 2000 (Continuação)

MUNICÍPIOS	CEARÁ	CAUCAIA	FORTALEZA	PARACURU	SÃO GONÇALO DO AMARANTE
Saneamento, limpeza urbana e construção	2.204	1	1.532	3	4
Administração Pública Direta e Autarquias	708	4	124	3	3
TOTAL	100,0%	0,8%	53,5%	0,3%	0,2%
Transporte	100,0%	1,3%	63,3%	0,2%	0,1%
Comunicação	100,0%	0,6%	45,2%	0,6%	0,6%
Alojamento	100,0%	1,2%	32,1%		
Reparação, manutenção e conservação	100,0%	2,2%	38,0%	0,6%	
Pessoais	100,0%	1,1%	38,4%	0,3%	0,3%
Comerciais	100,0%	1,4%	56,0%	0,5%	0,1%
Diversões e jogos	100,0%	1,2%	29,8%		
Escritórios de gerência, administração e depósitos	100,0%	1,3%	48,5%		0,1%
Saneamento, limpeza urbana e construção	100,0%	0,0%	69,5%	0,1%	0,2%
Administração Pública Direta e Autarquias	100,0%	0,6%	17,5%	0,4%	0,4%

Quanto aos estabelecimentos comerciais, mais uma vez Caucaia apresenta um número maior. Paracuru, provavelmente por ser mais distante de Fortaleza, possui quase o dobro dos estabelecimentos atacadista de São Gonçalo do Amarante. (QUADRO Nº 11)

QUADRO Nº 11 - ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, POR SETOR – 2000

MUNICÍPIOS	TOTAL		ATACADISTA		VAREJISTA	
Ceará	98.525	100,0%	3.567	100,0%	94.958	100,0%
Caucaia	2.245	2,3%	72	2,0%	2.173	2,3%
Fortaleza	38.368	38,9%	2.347	65,8%	36.021	37,9%
Paracuru	321	0,3%	9	0,3%	312	0,3%
São Gonçalo do Amarante	417	0,4%	5	0,1%	412	0,4%

Dentre os estabelecimentos comerciais varejistas os gêneros de atividades mais presentes em todos os municípios são os de material de construção em geral, veículos, peças e acessórios. Caucaia mais uma vez se diferencia, enquanto que Paracuru e São Gonçalo do Amarante guardam forte similaridade nesse item. (QUADRO Nº 12)



QUADRO Nº 12 - ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS VAREJISTAS, POR GÊNEROS DE ATIVIDADES, 2000

MUNICÍPIO	GÊNEROS DE ATIVIDADES							
	Material para Construção em Geral	Veículos, Peças e Acessórios	Máquinas e Produtos Agropecuários	Combustíveis e Lubrificantes	Máquinas e Aparelhos Eletro-Eletrônicos e Mecânicos	Comércio Ambulante	Artigos Funerários	Outros
Ceará	6.174	5.083	964	1.608	1.839	465	23	1.752
Caucaia	257	88	29	60	12	5	-	20
Fortaleza	2.770	2.336	404	451	1.347	86	7	972
Paracuru	31	14	8	5	2	-	-	3
São Gonçalo do Amarante	31	11	2	11	1	1	-	6
Ceará	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Caucaia	4,2%	1,7%	3,0%	3,7%	0,7%	1,1%		1,1%
Fortaleza	44,9%	46,0%	41,9%	28,0%	73,2%	18,5%	30,4%	55,5%
Paracuru	0,5%	0,3%	0,8%	0,3%	0,1%			0,2%
São Gonçalo do Amarante	0,5%	0,2%	0,2%	0,7%	0,1%	0,2%		0,3%

No Setor Secundário, Caucaia toma maior distância com relação aos demais, fundamentalmente no que tange a indústria de transformação. Nessa indústria, Caucaia possui cerca de seis vezes o número de estabelecimentos de Paracuru e São Gonçalo do Amarante juntos. Já na indústria de utilidade pública São Gonçalo do Amarante é o único a possuir uma unidade (unidade de geração de energia). (QUADRO Nº 13)

QUADRO Nº 13 - EMPRESAS INDUSTRIAIS ATIVAS POR TIPO – 2000

MUNICÍPIOS	EMPRESAS INDUSTRIAIS				
	TOTAL	EXTRATIVA MINERAL	CONSTRUÇÃO CIVIL	UTILIDADE PÚBLICA	TRANSFORMAÇÃO
Ceará	15.466	144	314	18	14.990
Caucaia	392	14	7	-	371
Fortaleza	7.836	11	154	10	7.661
Paracuru	30	1	1	-	28
São Gonçalo do Amarante	48	11	2	1	34
Ceará	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Caucaia	2,5%	9,7%	2,2%		2,5%
Fortaleza	50,7%	7,6%	49,0%	55,6%	51,1%
Paracuru	0,2%	0,7%	0,3%		0,2%
São Gonçalo do Amarante	0,3%	7,6%	0,6%	5,6%	0,2%

Observando de forma mais detalhada a indústria de transformação, a maior concentração no Município de Caucaia ocorre nos gêneros de atividade de produtos alimentares (71), vestuário, calçado e artefatos, tecidos, couro e pele (55), e produtos não-minerais (55). Em São Gonçalo do Amarante e Paracuru os gêneros de maior incidência também são os de produtos alimentares.

Caucaia também se destaca no gênero de material eletro-eletrônico de comunicação. O Município abriga 15% de todos os empreendimentos desse gênero no Estado. (QUADRO Nº 14)

QUADRO Nº 14 - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – GÊNEROS DE ATIVIDADE - 2000

MUNICÍPIOS	CEARÁ	CAUCAIA	FORTALEZA	PARACURU	SÃO GONÇALO DO AMARANTE
TOTAL	14.990	371	7.661	28	34
Produtos de minerais não-metálicos	946	55	201	1	-
Metalurgia	804	31	353	1	1
Mecânica	136	6	79	-	1
Material elétrico- eletrônico de comunicação	20	3	-	-	-
Material de transporte	66	3	36	-	-
Madeira	559	13	148	1	3
Mobiliário	827	34	357	3	-
Papel e papelão	86	5	44	-	-
Borracha	79	4	28	1	-
Couros, peles e produtos similares	144	5	64	-	-
Química	256	17	114	1	3
Produtos farmacêuticos e veterinários	36	2	20	-	-
Perfumaria, sabões e velas	213	8	101	2	-
Materiais plásticos	209	13	98	-	-
Têxtil	445	2	137	1	-
Vestuário, Calçados, artefatos, tecidos, couros e peles	4.159	55	2.748	5	4
Produtos alimentares	2.709	71	1.025	9	16
Bebidas	238	4	38	-	2
Fumo	7	-	-	-	-
Editorial e gráfica	535	7	373	-	-
Diversos	2.516	33	1.697	3	4

Continua

QUADRO Nº 14 - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – GÊNEROS DE ATIVIDADE - 2000
(Continuação)

MUNICÍPIOS	CEARÁ	CAUCAIA	FORTALEZA	PARACURU	SÃO GONÇALO DO AMARANTE
TOTAL	100,0%	2,5%	51,1%	0,2%	0,2%
Produtos de minerais não-metálicos	100,0%	5,8%	21,2%	0,1%	
Metalurgia	100,0%	3,9%	43,9%	0,1%	0,1%
Mecânica	100,0%	4,4%	58,1%		0,7%
Material elétrico- eletrônico de comunicação	100,0%	15,0%			
Material de transporte	100,0%	4,5%	54,5%		
Madeira	100,0%	2,3%	26,5%	0,2%	0,5%
Mobiliário	100,0%	4,1%	43,2%	0,4%	
Papel e papelão	100,0%	5,8%	51,2%		
Borracha	100,0%	5,1%	35,4%	1,3%	
Couros, peles e produtos similares	100,0%	3,5%	44,4%		
Química	100,0%	6,6%	44,5%	0,4%	1,2%
Produtos farmacêuticos e veterinários	100,0%	5,6%	55,6%		
Perfumaria, sabões e velas	100,0%	3,8%	47,4%	0,9%	
Materiais plásticos	100,0%	6,2%	46,9%		
Têxtil	100,0%	0,4%	30,8%	0,2%	
Vestuário, Calçados, artefatos, tecidos, couros e peles	100,0%	1,3%	66,1%	0,1%	0,1%
Produtos alimentares	100,0%	2,6%	37,8%	0,3%	0,6%
Bebidas	100,0%	1,7%	16,0%		0,8%
Fumo	100,0%				
Editorial e gráfica	100,0%	1,3%	69,7%		
Diversos	100,0%	1,3%	67,4%	0,1%	0,2%

Apesar do número de estabelecimentos ser significativo para descrever a concentração de atividades econômicas, por vezes a dimensão de uma indústria, por exemplo, pode ser bem maior que um considerável conjunto de pequenas firmas do mesmo setor. Observando o consumo de energia elétrica como *proxi* do volume de produção constata-se que a participação de Caucaia no consumo de energia na classe industrial é um pouco maior que a participação do número de estabelecimentos nesse setor. O consumo rural em Paracuru só é menor que o residencial, reforçando a importância do setor para esse Município. Atualmente, contudo, São Gonçalo do Amarante (10,8%) tem uma parcela de consumo rural

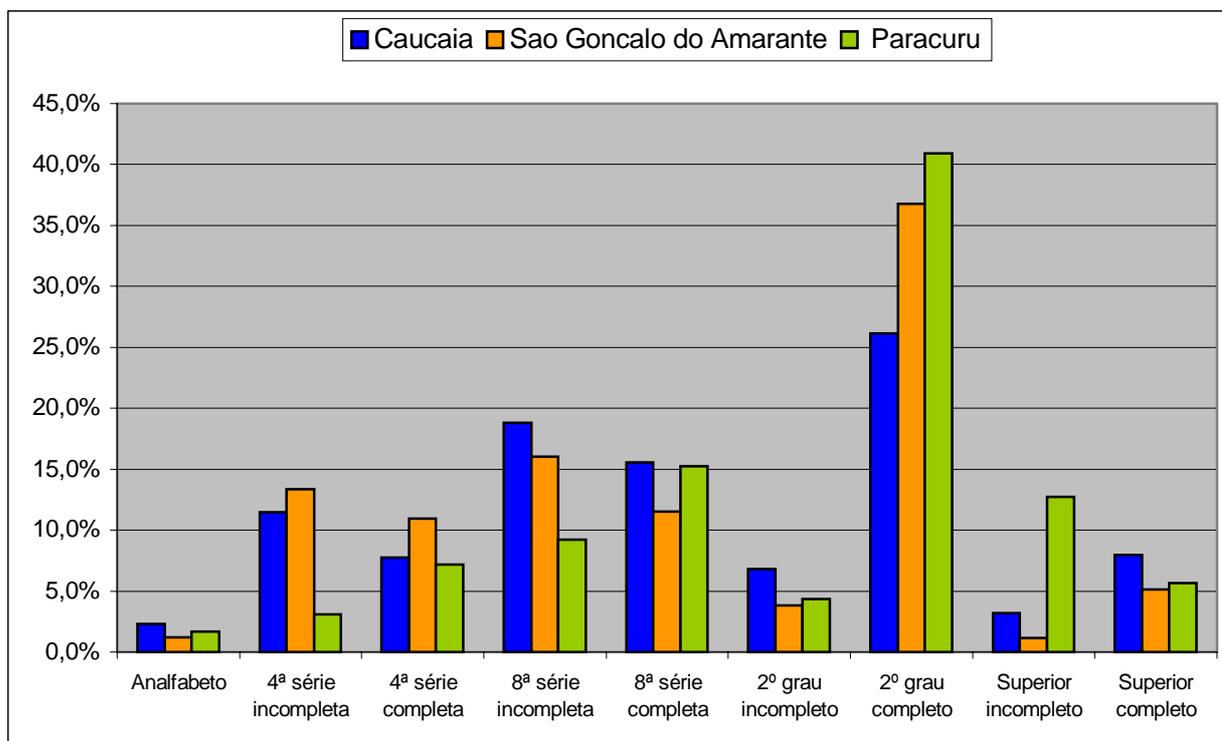
bem mais destacada que Paracuru (5,8%). Tendo em vista que o setor primário representa uma parcela bem maior do produto de Município de Paracuru, e que a taxa de urbanização dos dois municípios são semelhantes, isso nos leva a crer que a agropecuária de São Gonçalo do Amarante deve utilizar mais técnicas que necessitem de energia que Paracuru. (QUADRO Nº 15)

QUADRO Nº 15 - CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, POR CLASSES DE CONSUMO – 2001

CLASSES DE CONSUMO							
MUNICÍPIOS	TOTAL	RESIDENCIAL	INDUSTRIAL	COMERCIAL	RURAL	PÚBLICO	PRÓPRIO
Ceará	1.916.760	1.567.785	7.742	140.766	176.089	24.136	242
Caucaia	68.021	63.362	238	3.341	717	358	5
Fortaleza	652.465	584.528	2.980	61.893	186	2.833	45
Paracuru	7.546	6.566	27	423	434	95	1
São Gonçalo do Amarante	9.942	8.082	26	553	1.076	202	3
Ceará	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Caucaia	3,5%	4,0%	3,1%	2,4%	0,4%	1,5%	2,1%
Fortaleza	34,0%	37,3%	38,5%	44,0%	0,1%	11,7%	18,6%
Paracuru	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%	0,4%	0,4%
São Gonçalo do Amarante	0,5%	0,5%	0,3%	0,4%	0,6%	0,8%	1,2%
Ceará	100,0%	81,8%	0,4%	7,3%	9,2%	1,3%	0,0%
Caucaia	100,0%	93,2%	0,3%	4,9%	1,1%	0,5%	0,0%
Fortaleza	100,0%	89,6%	0,5%	9,5%	0,0%	0,4%	0,0%
Paracuru	100,0%	87,0%	0,4%	5,6%	5,8%	1,3%	0,0%
São Gonçalo do Amarante	100,0%	81,3%	0,3%	5,6%	10,8%	2,0%	0,0%

Quanto ao mercado de trabalho, dados do Ministério do Trabalho, MT, revelam que, para o emprego formal, as vagas existentes concentram-se nas pessoas que possuem 2º grau completo nos três municípios. Todavia, quanto maior o porte da economia, mais distribuída entre as faixas de escolaridade é a oferta de emprego. Caucaia, por exemplo, tem uma distribuição relativamente uniforme da 4ª série incompleta até o 2º grau completo. Já Paracuru, para esse mesmo intervalo de escolaridade, observa uma forte concentração no maior nível de instrução do intervalo, decrescendo fortemente à medida que se regride na escala de escolaridade. (FIGURA Nº 52)

FIGURA Nº 52 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR ESCOLARIDADE DE EMPREGOS EXISTENTES EM 31/12/2001



Fonte: RAIS/Mtb

No que diz respeito ao gênero, o Município de Caucaia apresentou oferta de emprego formal maior para homens (62,9%) que para mulheres. Em Paracuru a oferta é mais equilibrada, e sempre os postos de trabalho são praticamente divididos pela metade. Já São Gonçalo do Amarante apresenta situação oposta a de Caucaia, onde o Município apresentou 54,8% das vagas existentes sendo ocupadas por mulheres. (QUADRO Nº 16)

QUADRO Nº 16 - EMPREGOS EXISTENTES EM 31/12/2001, SEGUNDO O GÊNERO

MUNICÍPIOS	MASCULINO		FEMININO	
	EMPREGADOS	%	EMPREGADAS	%
Caucaia	6.961	62,9%	4.106	37,1%
Paracuru	2.378	50,4%	2.340	49,6%
São Gonçalo do Amarante	666	45,2%	807	54,8%
TOTAL	10.005	58,0%	7.253	42,0%

Fonte: MTE/RAIS-2001.

1.4.2 INSERÇÃO E PERSPECTIVAS TURÍSTICAS DA REGIÃO

Os níveis de avanço nos setores de comunicação e transportes têm sido um dos principais responsáveis pela integração da economia em escala mundial.

As exigências de incorporação de novas tecnologias e modelos de gestão nos setores da agropecuária e industrial se tornaram inevitáveis, sob pena de perda de competitividade para os que não a aderirem a elas. Um subproduto dessa reestruturação, que vem se dando no setor produtivo, é a diminuição da oferta de emprego por esses setores que, tradicionalmente, absorviam uma considerável parcela da oferta de mão-de-obra.

Essas tendências põem o setor de serviços, em especial, o turismo numa posição estratégica no que se refere ao seu papel no desenvolvimento.

A crescente importância do setor turismo deve-se, primordialmente, à sua massificação, onde seus determinantes constituem-se em elementos sócio-econômicos, onde podemos citar: o aumento da população, dos níveis de urbanização, de industrialização; a expansão espacial dos negócios, maior disponibilidade da renda destinada ao entretenimento, ampliação do tempo livre, aumento da expectativa de vida, avanços tecnológicos e gerenciais que dão acesso a equipamentos e infra-estruturas adequados, além de tornar os preços mais atraentes.

O conjunto de bens e serviços relacionados, direta ou indiretamente, com a atividade do turismo, denomina-se produto turístico. O produto turístico é dado por uma conjunção de elementos que podem se subdividir em:

- **Atrativos** – Recursos naturais, históricos, culturais, trabalhos técnicos e científicos, acontecimentos programados como convenções, encontros, festas religiosas;
- **Facilidades** – Equipamentos e serviços de hospedagem, alimentação, entretenimento; e
- **Acessibilidades** – Informações básica, sistemas de transportes, comunicação, saneamento, segurança, equipamentos médico hospitalares.

A captação do fluxo de turistas para uma determinada região, decorre então das facilidades que complementam as atrações, como a infra-estrutura de serviços e as acessibilidades.

Os atores que são envolvidos nesse setor são o turista, como demandante do produto turístico, as empresas turísticas, o governo e a comunidade anfitriã como componentes do grupo que gera a oferta dos produtos turísticos. A forte interação entre esses três últimos é de fundamental importância para se gerem as condições de atração de turistas, de forma a cada um ter seus objetivos alcançados: As empresas de terem sua viabilidade econômico-financeira, a comunidade de absorver os benefícios das atividades turísticas sem ser desrespeitada nem posta à margem do processo de alteração do perfil

sócio-econômico da Região, e o governo como agente de criação de condições estruturantes e institucionais que levem ao desenvolvimento da Região, de forma a viabilizar benefícios que sejam justamente distribuídos.

Quanto ao mercado turístico, para que esse seja dinâmico, torna-se necessária a presença de três elementos: preços competitivos, produtos turísticos diferenciados com qualidade, valorizando as características da localidade, e estrutura e pessoal qualificado. Além disso a heterogeneidade quanto às opções (praia, serra, sertão) são fundamentais para se criar produtos flexíveis que amenizem a saturação/esgotamento dos produtos bem como suavizam os efeitos sazonais. A realização de inventário das potencialidades da região é um passo importante no sentido de se criar em produtos turísticos flexíveis.

Ao nível macroeconômico, o turismo é um determinante estratégico na geração de produto, renda e emprego, com efeitos direto, indireto e induzido, além das formações de preços regionais.

Como importante efeito macroeconômico, pode-se também destacar um que se enquadra dentro de interesses que extrapolam o âmbito regional e que por isso encontra programas de apoio específicos: a geração de divisas. Uma adequada coordenação das cadeias produtiva do turismo que eleve os níveis de geração líquida de divisas dá ao setor maior poder de captação de apoios dentro da esfera do poder federal, além de internalizar a geração de renda.

A intensificação do fluxo turístico estimula investimentos que passam a viabilizar a implantação de infraestrutura básica que transborda para a qualidade de vida da comunidade como um todo. Do ponto de vista da geração de emprego, vale destacar que esse setor afeta todo o gradiente do mercado de trabalho, onde são absorvidas desde mão-de-obra de qualificação mais básica até profissionais com altos níveis de escolaridade.

Cabe, porém, atentar para possíveis efeitos negativos gerados pelo adensamento dos fluxos turísticos, tais como: pressão inflacionária, dependência econômica, elevados custos sociais e ambientais.

Identificar os fatores que determinam a demanda turística é um elemento basilar para a definição de estratégias. Pesquisa realizada com turistas que tiveram como destino o Ceará revelou que o principal fator determinante por sua escolha é a indicação feita por parentes e amigos. Percebe-se que a receptividade dispensada ao turista serve de referência não só àquele que está presente, mas para as pessoas de seu convívio. O segundo elemento determinante é o fato de já se conhecer o local visitado. Em terceiro lugar vêm as agências de turismo que tem influência mais destacada, conforme a pesquisa, sobre os estrangeiros. (QUADRO Nº 17)



QUADRO Nº 17 - FATORES DETERMINANTES NA ESCOLHA DO CEARÁ COM DESTINO TURÍSTICO

FATORES DETERMINANTES	NACIONAIS	ESTRANGEIROS	TOTAL
Comentários de Parentes / Amigos	40,9	58,9	44,6
Conhecimento prévio do local	43,6	16,9	38,0
Agências de Viagens	5,5	12,1	6,9
Propaganda / Publicidade	7,1	5,6	6,8
Outros	2,9	6,5	3,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: SETUR/CE, Pesquisa Direta - 2002

Além do se determinar as melhores formas de atrair, é necessário também identificar o perfil mais desejado do turista. A mesma pesquisa identificou que turistas estrangeiros efetuam gastos diários e gastos diários *per capita* maiores que o turista nacional. (QUADRO Nº 18)

QUADRO Nº 18 - GASTOS MÉDIOS (EM R\$ 1,00)

GASTOS	NACIONAIS	ESTRANGEIROS	TOTAL
<i>Per capita</i>	619,54	1317,87	708,00
Diário	126,57	193,80	135,57
Diário <i>Per capita</i>	66,95	128,73	75,21

Fonte: SETUR/CE

Isso não significa que se faça a simples opção pelo turista estrangeiro. Há de se identificar as possibilidades de oferta de serviços, acessos a equipamentos adequados que atraiam o turista de maior renda. De fato o que se deve fazer é identificar o que se pode oferecer e qual o perfil de turista que melhor se enquadra dentro das possibilidades postas.

Quando se fala em identificar as possibilidades, começa-se a determinar a oferta turística. Essa depois de estabelecida possui certas peculiaridades com as quais se deve ter cuidado. Dentre várias podemos citar a rigidez dos empreendimentos, sua imobilidade e a impossibilidade de estocagem.

Adaptações profiláticas quanto às flutuações da demanda turística devem ser consideradas como o uso múltiplo e política de preços sazonais.

A dinâmica do mercado de turismo é muito rápida e destinos fortes podem perder fôlego e sucumbirem na mesmice. A criação de *clusters* turísticos é fundamental para que se tragam e gerem alternativas através da sinergia entre as potencialidades existentes em toda uma região. Para a consolidação de um pólo turístico deve se ter em mente todas as possibilidades que podem ser desenvolvidas e que podem, inclusive, ser complementares. Todas as categorias de turismo devem ser identificadas para se buscar



seu elos de ligação. Quando falamos de categorias está-se referindo-se ao turismo ecológico, religioso, de negócios, de entretenimento, de saúde, cultural e científico.

A Área de Impacto Direto na Região do CIPP abrange os municípios que margeiam a costa oeste a partir de Fortaleza, que tem na seqüência os Municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante e Paracuru.

Observa-se que a área em questão constitui-se em um dos principais destinos turísticos do Estado, onde Caucaia vem se colocando logo depois de Fortaleza e como destino e São Gonçalo do Amarante e Paracuru vem se situando em torno do 7º e 9º destino turístico do Estado, respectivamente. (QUADRO Nº 19)

QUADRO Nº 19 - POSIÇÃO NO RANKING DE MUNICÍPIOS VISITADOS POR TURISTAS

ANO	FORTALEZA	CAUCAIA	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	PARACURU
1998	1	2	6	9
1999	1	2	8	9
2000	1	2	7	11
2001	1	2	8	11
2002	1	3	10	8

Fonte: SETUR/CE

Somente o Município de Fortaleza responde por cerca da metade da demanda turística do Estado. É importante salientar que dois elementos contribuem fortemente para isso: Fortaleza é o município de melhor infra-estrutura e de oferta de serviços, além, é claro de suas atrações naturais, históricas e culturais. O outro elemento atrator é a faixa de litoral dos municípios circunvizinhos à leste e à oeste desse município. (QUADROS Nºs 20 e 21)

QUADRO Nº 20 - PERCENTUAL DE DEMANDA TURÍSTICA COM RELAÇÃO AO ESTADO DO CEARÁ

ANO	FORTALEZA	CAUCAIA	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	PARACURU
1998	56,7	11,4	2	1,1
1999	47,2	11,5	1,7	1,2
2000	56,8	8,1	1,3	0,8
2001	60,1	9	1	0,9
2002	49,3	7,5	1,4	1,5

Fonte: SETUR/CE


QUADRO Nº 21 - NÚMERO DE TURISTAS QUE VISITARAM OS MUNICÍPIOS

ANO	FORTALEZA	CAUCAIA	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	PARACURU
1998	735.646	147.761	26.356	14.796
1999	655.367	160.260	24.007	16.218
2000	856.550	122.741	19.434	12.274
2001	980.274	147.122	16.059	13.987
2002	803.305	122.084	22.382	24.417
1998	8,5	1,4	2,6	3,5
1999	8,5	1,9	3,4	3,9
2000	6,8	1,7	5,7	2,9
2001	5,4	1,7	1,7	2,5
2002	3,5	2,1	2,8	2,8

Fonte: SETUR/CE

No atual estágio de oferta turística a região em estudo tem sido responsável pela demanda turística que representa de cerca de 20% a 35% da demanda do Estado do Ceará, se não computarmos Fortaleza (que se configura atualmente como o portal de chegada e saída do turista no Estado, além da principal base de apoio quanto a infra-estrutura e serviços). (QUADRO Nº 22)

QUADRO Nº 22 - PERCENTUAL DA DEMANDA (%) – SEM CONSIDERAR O MUNICÍPIO DE FORTALEZA

ANO	CAUCAIA	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	PARACURU	TOTAL
1998	26,3	4,7	3,7	34,7
1999	21,9	3,3	2,2	27,4
2000	18,9	3,0	1,9	23,8
2001	22,6	2,5	2,1	27,2
2002	14,8	2,7	3,0	20,5

Fonte: SETUR/CE

É de se destacar que quanto mais próximo da capital do Estado maior a demanda turística na área em questão. Isso reforça o fato de se utilizar a Capital como base de apoio.

Se a proximidade da Capital dá um maior poder de atração, por outro lado tende-se a reduzir o tempo de permanência nesses locais. Vêm-se claramente nos dados do QUADRO Nº 23 que quanto mais distante é o município do entorno, maior é a permanência do turista.


QUADRO Nº 23 - TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO TURISTA EM DIAS

ANO	CEARÁ	FORTALEZA	CAUCAIA	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	PARACURU
1998	9,5	8,5	1,4	2,6	3,5
1999	9,1	8,5	1,9	3,4	3,9
2000	8,8	6,8	1,7	5,7	2,9
2001	9,6	5,4	1,7	1,7	2,5
2002	9,4	3,5	2,1	2,8	2,8

UMA BREVE DESCRIÇÃO

A região é de clima quente semi-úmido, com insolação de 2800 horas/ano. Apresenta temperatura média entre 27 e 35 graus Celsius. Seus principais atrativos são:

- Caucaia: praias, coqueirais, cordão de dunas, lagoa localizada entre dunas e utilizada para prática de esportes náuticos, barra de rio, lagamares, vegetação litorânea, parque aquático com toboáguas, lanchonetes e restaurantes com comida típica, parque Botânico com mudas de plantas frutíferas e florestais.
- São Gonçalo do Amarante: praias, enseadas, dunas, promontório rochoso coberto por coqueirais, em alguns pontos rochedos abrigam fontes de água doce, ancoradouro de pesca para jangadas e núcleos de pescadores, lagoas interdunares e tabuleiros situadas em meio à vegetação, barra de rio.
- Paracuru: praias de grande beleza, dunas brancas e vermelhas, vegetação costeira, enseadas, ancoradouros, núcleo de pescadores, lagoas interdunares e de tabuleiros, fontes naturais de água doce.

Cabe finalmente observar que a área em questão é área de ação prioritária do PRODETUR / NE⁵

O zoneamento do turismo no Estado do Ceará identificou seis macrorregiões turísticas, estando a Área de Influência do CIPP inserida em duas delas. A Macrorregião Fortaleza Metropolitana da qual fazem parte Fortaleza e Caucaia, e a Macrorregião Litoral Oeste/Ibiapaba, onde estão São Gonçalo, Paracuru, Pentecoste e Trairi, juntamente com diversas outras localidades em um extenso território que abrange todo o litoral oeste e segue em direção ao interior ao longo da divisa com o Piauí, indo até Crateús.

A Macrorregião Fortaleza Metropolitana tem como âncoras turísticas o Turismo de Eventos, de Negócios, de Lazer, Cultural, Esportivo, de Cruzeiros e de Sol e Praia. É o portão de entrada do Estado e sua imagem turística é constituída por praia, sol, animação noturna, entretenimento, feiras, negócios, compras e artesanato.

⁵ Tem como objetivo básico o desenvolvimento do turismo regional a fim de aumentar a renda e o emprego dos seus habitantes através de investimentos em infra-estrutura de suporte para melhorar a qualidade dos serviços básicos, ambientais, e atrações turísticas, complementadas por atividades de fortalecimento institucional e promoção turística.



Na Macrorregião Litoral Oeste / Ibiapaba, a Área de Influência do CIPP e os municípios próximos têm como âncoras turísticas, o Turismo Esportivo, de Sol e Praia e o Ecoturismo. Esta macrorregião possui um conjunto de facilidades constituído por hotéis, pousadas, restaurantes, barracas de praia, serviços de passeio de *buggy* e ultra-leve. Sua imagem é de sol, praia, dunas e rios.

Para o ordenamento do espaço litorâneo e desenvolvimento das atividades de Turismo, o programa PRODETURIS estabeleceu o zoneamento turístico do litoral do Ceará em quatro regiões, sendo as duas primeiras integrantes à Área de Influência do CIPP.

- Região Turística I – Compreendendo os municípios costeiros de Fortaleza, Caucaia e Aquiraz; e
- Região Turística II – Engloba seis sedes urbanas e oito distritos e mais 50 localidades Costeiras e litorâneas, localizadas nos Municípios de Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Caucaia, numa extensão de cerca de 130 km de litoral. Esta se constituiu na primeira área de intervenção do PRODETUR/CE, cujos investimentos programados com recursos próprios e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID é da ordem de US\$ 153 milhões.

As ações da SETUR são planejadas em articulação com as demais políticas públicas das diversas secretarias do Estado, formando uma gestão integrada para a promoção e estruturação do Turismo.

Em sua interface com a Secretaria de Recursos Hídricos, SRH, a SETUR tem os seguintes projetos de desenvolvimento na MRT Fortaleza / Metropolitana e MRT Litoral Oeste.

- Açudes Cahuipe e Sítios Novos – abastecimento d'água de áreas turísticas;
- Roteiro de nascentes e cachoeiras;
- Melhor aproveitamento dos rios Ceará, Maranguapinho, Cocó e Guaíba;
- Aclimação e revegetação de lagoas e lagamares; e
- Desenvolvimento da pesca esportiva em açudes.

Na interface com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, SDR, para o território que abrange a Área de Influência do CIPP estão os projetos de:

- Delimitação das reservas extrativistas de carnaúba;
- Desenvolvimento da pesca e ambiência nos açudes;
- A inserção da agro-indústria no desenvolvimento do Turismo; e
- A preservação do habitat do núcleo dos pescadores.

A interface com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SDE, tem como metas nas Macrorregiões que incorporam a Área de Influência do CIPP:

- A constituição de espaços para feiras e centro de congressos; e
- A constituição de um corredor de negócios: Fortaleza / Caucaia / Pecém.

Com a Secretaria de Infra-estrutura, SEINFRA, estão os seguintes projetos:

- A renovação urbana das sedes municipais;
- A otimização do sistema viário;
- A recuperação do patrimônio histórico;
- A constituição de roteiros de parques e ambientes naturais;
- A conservação da fauna e flora dos ambientes naturais;
- A Consolidação de uma infra-estrutura náutica com marinas, portos, *piers* e trapiches;
- A Construção de terminais de transportes turísticos; e
- A implantação de sistema de acesso e sinalização turística.

A interface com a Secretaria de Cultura, SECULT/CE para as Macrorregiões, Fortaleza Metropolitana e Litoral Oeste, inclui:

- Revitalização do acervo arquitetônico histórico;
- Constituição de espaços para artes e artesanato;
- Elaboração de roteiros de alambiques, casas de farinha e engenhos;
- Inserção do patrimônio ferroviário nos atrativos culturais; e
- Incentivo à prática de esportes terrestres.

QUADRO Nº 24 - ATRATIVOS TURÍSTICOS VOCAÇÕES E POTENCIALIDADES

ATRATIVOS NATURAIS	ATRATIVOS SÓCIO CULTURAIS	VOCAÇÕES E POTENCIALIDADES TURÍSTICAS
Praias Dunas Falésias Açudes Lagoas Coqueirais Carnaubais	Artesanato Pesca Folclore Patrimônio Histórico Engenhos e Casas de Farinha Sítio Arqueológico	Turismo Sol e Praia Turismo Ecológico Turismo de Lazer Turismo Cultural Turismo Esportivo Turismo Rural Tecnológico Turismo de Recomposição

De acordo com o Programa de Desenvolvimento do Turismo elaborado pela SETUR, o primeiro produto turístico do Litoral Oeste, onde está inserida a Área de Influência Direta do CIPP, AIDCIPP, é composto pelos seus atrativos naturais e socioculturais que definem as vocações e principais potencialidades turísticas descritas no QUADRO Nº 24, acima.

Como principais projetos do PRODETUR/CE, na área de Fortaleza, Caucaia e São Gonçalo do Amarante, em fase de conclusão pode-se citar:

- Projeto de educação ambiental;
- Recuperação ambiental das dunas do Paracuru;



- Abastecimento de água do Pecém;
- Abastecimento de água de São Gonçalo do Amarante;
- Rodovia Pecém / Taíba / Siupé;
- Recuperação e Conservação Ambiental da Lagoa do Pecém;
- Conservação do Lagamar do Cahuipe; e
- Conservação Ambiental da Lagoa dos Talos.

E como projetos concluídos na área pode-se enumerar:

- Rodovia Costa do Sol Poente;
- Elaboração dos Projetos Executivos de Urbanização de Lagoas;
- Elaboração dos Projetos de Recuperação e Conservação Ambiental de Lagoas;
- Aeroporto Pinto Martins;
- Rodovia CE-085 Trecho Cumbuco / Lagoa do Banana;
- Rodovia CE-085 Trecho Mundaú / Guajiru;
- Rodovia CE-085 Trecho Trairí / Mundaú / Flexeiras;
- Estrada do Garrote (trecho 01); e
- Rodovia CE-085 Contorno Caucaia / Tabuleiro Grande (trecho 02).

Entre os sete locais definidos pelo PRODETURIS/CE como privilegiados para investimentos está a Base Turística do Cumbuco / Cahuipe localizado a 19 km da Área Central de Fortaleza. Para este local que tem o suporte de um porto pesqueiro e um variado centro comercial, está sendo desenvolvido o Projeto do Complexo Turístico do Pecém, que ocupará uma área de 208 acres e está sendo desenhado com bases nos seguintes princípios:

- Respeito à qualidade de vida do ambiente e à arquitetura colonial característica da região;
- Equilíbrio entre as áreas de lazer e moradia; e
- Respeito ao meio ambiente através da preocupação em reduzir os impactos do complexo turístico sobre os recursos naturais existentes.

O Complexo Turístico da Praia do Cumbuco vem sendo projetado para receber hotéis, prédios de apartamentos e residências particulares. O empreendimento tem, conseqüentemente, três áreas distintas:

- A Zona Leste, que contará com igreja, escola, parque aquático, parques, locais para descanso e lazer, hotel cinco estrelas, prédios de apartamentos e áreas livres para residências particulares;
- A Área Central, que incluirá o Hotel Las Dunas, com padrão cinco estrelas, o Hotel Ceará, centro comercial, cassino, anfiteatro com galerias para exposições, área esportiva, praça de artesanato, heliporto, oficinas e áreas verdes; e
- Área Oeste, que contará com prédios de apartamentos, terrenos para residências, o Hotel Jóquei, o Golf Hotel, clube hípico, clube de golfe e clube de praia.



1.4.3 ANÁLISE DA ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Dos aspectos que dizem respeito à economia do setor público, a preocupação do desequilíbrio entre os recursos financeiros disponíveis e as necessidades dos Municípios para fazer face à demanda por serviços, pode ser tida como a mais relevante, particularmente em regiões que passam a receber consideráveis volumes de infra-estrutura destinados fundamentalmente ao setor produtivo.

Nessas regiões, como é o caso da área em estudo, dada a expectativa de possibilidades promissoras de geração de emprego e renda, os fluxos migratórios se intensificam em sua direção. Com a agregação dos migrantes ao contingente demográfico já existente passa a surgir um novo padrão de crescimento do quantitativo demográfico, com dimensões muito superiores às historicamente observadas. Isso cria pressões cada vez maiores por serviços urbanos.

Nesse item evidencia-se o que tem de mais relevante quanto às receitas públicas dos municípios da Área de Influência Direta. Faz-se também algumas referências quanto a ações que possam levar o setor público local a ter maiores possibilidades financeiras de cumprir seu papel de forma mais eficiente, face às transformações sócio-econômico-demográficas que se avizinham.

Seguindo classificação do IBAM (2000), que toma o quantitativo demográfico com referência⁶, São Gonçalo do Amarante e Paracuru são tidos como municípios de médio porte, já Caucaia classifica-se como de grande porte. Vale observar que na vizinhança da Área de Influência Direta do CIPP encontram-se vários municípios de pequeno e médio porte. É de se esperar que dentro do horizonte de duas décadas os municípios dessa região passem a ser classificados como de grande porte. Essa tendência de alteração demográfica repercute na quantidade de serviços públicos demandados e na composição da receita total dos municípios.

Dado o caráter redistributivo do Fundo de Participação dos Municípios, FPM, este se constitui no item de maior importância relativa na composição da receita dos Municípios de menor porte demográfico. Quando se tem em questão municípios que deverão passar por um processo de fonte expansão de sua área urbana, evidencia-se a necessidade da preparação da esfera pública municipal quanto à capacidade de administrar e cobrar suas receitas próprias.

Os municípios de grande porte representam 8,8% do total e concentram 62,5% de toda a população. Grandes cidades são cada vez mais complexas e os serviços exigidos cada vez mais caros de se implantar e se manter.

⁶ Nessa classificação tem-se que: Municípios de pequeno porte possuem menos de 10 mil habitantes, Municípios de médio porte que possuem entre 10 mil e 50 mil habitantes e Municípios de grande porte demográfico possuem mais de 50 mil habitantes. Conforme o Banco de Dados Municipais (IBAMCO) do IBAM, em 1999, o Brasil tem 49,3% dos seus Municípios classificados com de pequeno porte, 41,9% de médio porte e 8,8% de grande porte.



O esforço arrecadatório seguido da modernização da estrutura de suporte como informatização, cadastro técnico, treinamento de pessoal são fundamentais para que o município possa fazer frente às infra-estruturas e os serviços públicos que forem exigidos.

No QUADRO Nº 25 percebe-se que quanto menor o porte do município, menores são os valores de receita própria *per capita*. Enquanto Fortaleza apresenta uma arrecadação própria *per capita* de R\$ 88,13, Paracuru fica nos R\$ 3,19. É fato que a cobrança de IPTU e ISS em municípios de menor porte é bastante limitada. Contudo, não é da noite para o dia que se consegue criar uma tradição de boa gestão fiscal e controle de arrecadação. Isso exige estrutura, equipamentos adequados e pessoal apto a exercer o fisco municipal.

QUADRO Nº 25 - INDICADORES DE RECEITA TOTAL E RECEITA TRIBUTÁRIA EM 2000 (EM REAIS)

INDICADORES	FORTALEZA	CAUCAIA	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	PARACURU
População total (habitantes)	2.141.402	250.479	35.608	27.541
Receita total disponível	877.214,622	54,928,980	9,757,390	10,008,073
Receita tributária	188.722,264	4,245,497	466,504	87,845
Receita total disponível <i>per capita</i>	409,64	219,30	274,02	363,39
Receita tributária <i>per capita</i>	88,13	16,95	13,10	3,19

Fontes: IBGE. TCM-CE

Para o caso dos municípios em questão observa-se uma queda generalizada da participação da receita tributária na receita total. Esse é exatamente o caminho inverso a ser tomado. Cabe identificar os motivos causadores dessa tendência com o intuito de revertê-la. (QUADRO Nº 26)

QUADRO Nº 26 - PARTICIPAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA NA RECEITA TOTAL

	1998	1999	2000	2001
Caucaia	5.7%	7.4%	7.7%	5.7%
São Gonçalo do Amarante	12.0%	9.3%	4.8%	n.d.
Paracuru	1.6%	1.3%	0.9%	n.d.

Outro indicativo da gestão das contas públicas é o volume da dívida ativa frente à receita total e tributária. Observa-se, por exemplo que o Município de São Gonçalo do Amarante tem um salto na relação dívida ativa/receita total a ponto de se ter de tributos a recuperar mais de $\frac{1}{4}$ de toda a receita de um ano. Tomando a receita tributaria como o divisor da relação a indicador aponta uma condição mais aguda. A dívida ativa representava quase cinco vezes mais o valor das receitas tributárias. (QUADROS Nºs 27 e 28)


QUADRO Nº 27 - DÍVIDA ATIVA / RECEITA TOTAL

	1998	1999	2000	2001
Caucaia	14%	15%	13%	18%
São Gonçalo do Amarante	11%	19%	28%	n.d.
Paracuru	5%	4%	4%	n.d.

QUADRO Nº 28 - DÍVIDA ATIVA / RECEITA TRIBUTOS

	1998	1999	2000	2001
Caucaia	245%	200%	167%	312%
São Gonçalo do Amarante	91%	208%	578%	n.d.
Paracuru	341%	351%	419%	n.d.

Se por um lado há a necessidade de se criar a mentalidade de capacidade de arrecadação adequada, por outro lado, dada a dimensão com que os problemas urbanos irão surgindo, cabe se buscar formas de reduzir as despesas de modo a não se comprometer os serviços prestados. Uma das formas racionais de lidar com conta de gastos sem queda na qualidade dos serviços é a idéia dos Consórcios Intermunicipais

A despeito de algumas dificuldades de ordem prática face aos aspectos políticos, o Consorcio é ensejado por uma mudança de cultura, demandada da comunidade organizada que entenda esse mecanismo como uma forma de aumento de recursos. Só uma demanda dessa natureza poderia sensibilizar de forma ampla os poderes locais.

A ação conjunta de municípios para resolver problemas comuns amplia a capacidade de atendimento aos cidadãos e o poder de diálogo das Prefeituras junto aos governos estadual e federal.

Os problemas a cargo do governo municipal muitas vezes exigem soluções que extrapolam o alcance da capacidade de ação da Prefeitura em termos de investimentos, recursos humanos e financeiros para custeio e de competência que extrapola a alçada do poder local. Além disto, grande parte destas soluções exigem ações conjuntas, pois dizem respeito a problemas que afetam, simultaneamente, mais de um município.

Em outros casos, mesmo sendo possível ao município atuar isoladamente, pode ser muito mais econômico buscar a parceria com outros municípios, possibilitando soluções que satisfaçam a todas as partes, com um desembolso menor e com melhores resultados finais.

Os Consórcios Intermunicipais, estabelecendo a parceria entre as várias Prefeituras, aumentam a capacidade de um grupo de municípios solucionar problemas comuns sem lhes retirar a autonomia. Trata-se, portanto, de um recurso administrativo e, ao mesmo tempo, político.



Há amplas possibilidades de atuação conjunta de municípios através de consórcios. Desde pequenas ações pontuais a programas de longo prazo e intensa influência sobre o destino dos municípios, os consórcios podem se constituir com menor ou maior pretensão de durabilidade e impacto. Também podem assumir os mais variados objetos de trabalho, como nas áreas de serviços públicos, saúde, obras públicas, atividades-meio (como sistemas informatizados de capacitação de pessoal), meio ambiente, desenvolvimento econômico regional.

Do ponto de vista da ação dos governos municipais envolvidos, a criação de consórcios intermunicipais pode produzir resultados positivos como:

- Aumento da capacidade de realização;
- Maior eficiência do uso dos recursos públicos;
- Realização de ações inacessíveis a uma única Prefeitura;
- Aumento do poder de diálogo, pressão e negociação dos municípios; e
- Aumento da transparência das decisões públicas.

1.5 CONHECIMENTO E SÍNTESE DO QUADRO ECONÔMICO DA ESTRUTURAÇÃO PORTUÁRIA COMPROMETIDA NA ÁREA.

1.5.1 LEVANTAMENTO DA INFLUÊNCIA PORTUÁRIA NA ESTRUTURAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

1.5.1.1 Importância de um Terminal Portuário

Esforços de desenvolvimento, local e regional, têm como alvo principal a redução da pobreza, através da geração de empregos e renda. Um dos principais instrumentos utilizados nos últimos anos por regiões de baixo nível de desenvolvimento econômico é o expediente dos incentivos fiscais.

Em se tratando de regiões de industrialização tardia, sistema de incentivos fiscais não se apresentam sustentáveis por longo período sem uma ação paralela de implantação de elementos estruturantes que dêem à economia local ganhos de competitividade e que insiram-na nas cadeias produtivas regionais existentes, ou até gerem novas cadeias produtivas sustentáveis.

Nesse contexto, a importância estratégica do setor industrial exige ações concretas de investimentos privados de porte significativo, o estabelecimento de parcerias e, como elemento atrator de primeira ordem, condição de sustentabilidade dos projetos. Essa condição de sustentabilidade constitui-se, primordialmente, em infra-estrutura de energia, comunicação e transportes.

A possibilidade de atração de indústrias de base conforma-se numa importante etapa a ser vencida para se poder instalar um setor industrial relevante. Para a implementação de empreendimentos da envergadura de indústrias de base torna-se ainda mais crucial a presença dessas infra-estruturas. Em especial, pode-se apontar um terminal portuário moderno com acesso a outros modais e que pratique

tarifas competitivas como um elemento indispensável. As Indústrias de Base, por suas dimensões e natureza, dependem da inserção competitiva no mercado mundial, e o item transporte marítimo tem peso determinante nessa questão.

1.5.1.2 O Terminal Portuário e a Comunidade – Integração e Eficiência

Um porto é antes de tudo um lugar de projetos de desenvolvimento e inovações onde a qualidade dos serviços exige uma sinergia com a aglomeração populacional da área de influência. Sendo assim, o planejamento de um porto torna-se eficiente quando se extrapola seus sistemas de logística considerando também a interação com a comunidade.

A atratividade com relação aos investidores passa pelo projeto urbano que liga as comunidades e o porto. Esse projeto deve ser capaz de dar uma flexibilidade permanente aos programas e suas variações no tempo. A rigor o projeto deve se conectar aos centros de habitação e emprego sem grandes rupturas e promover as misturas de funções de maneira a reduzir os limites de zoneamento, uma vez respeitadas as incompatibilidades e as exigências de segurança e riscos para a saúde. O Terminal Portuário do Pecém foi concebido dentro desse preceito.

1.5.1.3 O Terminal Portuário do Pecém

O Estado do Ceará se ressentia de instalações portuárias adequadas que reunisse características necessárias à instalação de um porto moderno. Com profundidades naturais elevadas (maiores que 15 metros) próximas ao litoral e com seu entorno composto de grandes dimensões para estabelecimento de retaguarda portuária compatível.

A implantação do Terminal Portuário do Pecém objetiva viabilizar a operação de atividades portuárias e industriais integradas, basilares ao desenvolvimento de um complexo com características de Porto Industrial.

O Terminal está constituído por 02 *Piers* marítimos, sendo 01 para insumos e produtos siderúrgicos e carga geral e outro para graneis líquidos, em especial óleo cru e derivados de petróleo. Os *Piers* são ligados ao continente por uma ponte rodoviária, que interliga o Pátio de Armazenagem às instalações de atracação de navios. Na sua concepção, se prevê nas instalações do Terminal a movimentação de:

- Matérias primas siderúrgicas, tais como o minério de ferro;
- Produtos siderúrgicos acabados, tais como chapas planas e bobinas;
- Fertilizantes e cereais em granel;
- *Containers*; e
- Graneis líquidos e gasosos.

O Terminal do Pecém tem um papel estratégico dentro das necessidades de integração com o comércio internacional, da necessidade de se ter estruturas que tragam, por um lado, competitividade aos produtos

da região para serem colocados no mercado externo, e por outro lado, que possibilite a aquisição aos mais baixos custos possíveis, de bens que não se tenha a possibilidade de serem produzidos na Região.

Sua entrada em operação ampliou as possibilidades de viabilização de impactos significativos na economia cearense e nordestina, via atração e viabilização de empreendimentos.

Sua capacidade de movimentação inicial é de 20 milhões de toneladas de mercadoria por ano, cinco vezes o que movimenta hoje o Porto de Mucuripe, em Fortaleza. Além do seu porte expressivo, o modelo de gestão, pioneiro em termos de portos estaduais e federais no Brasil, torna-o bastante competitivo em relação a outros portos. No início de suas operações esse terminal já trabalhava com um custo 30% inferior a média brasileira.

As vantagens competitivas do Terminal do Pecém podem ser explicadas basicamente por três elementos:

A primeira é a desoneração total dos custos. O fato de operar sob a modalidade de Terminal Privado de Uso Misto desonera custos por se conseguir obter uma produtividade maior da mão-de-obra, dado o regime de trabalho ser regido pela CLT. Nessas condições se tem uma quantidade de pessoas trabalhando muito menor do que num porto tradicional. A quantidade de pessoas ocupadas numa operação de carga e descarga num porto tradicional é de 17 a 24 trabalhadores, no Terminal do Pecém são utilizados 8 trabalhadores. As condições legais de condução da utilização da mão-de-obra nesses termos também trás consigo uma menor burocracia na gestão desse fator de produção e rapidez na alocação e pouca incidência de paralisação.

O outro ponto é a estrutura física diferenciada. Trata-se de um porto totalmente automatizado, com aparato tecnológico que contempla equipamentos de monitoramento e de informação.

Um terceiro elemento é o empenho institucional em facilitar a forma de relação e condução com os órgãos estaduais e federais, no sentido de se agilizar a movimentação, procurando obter um desembaraço das mercadorias o mais rápido possível.

A ênfase na exposição da competitividade do Terminal do Pecém justifica-se à medida que se tenha em mente que um porto que não tenha bons serviços e baixos custo não tem poder de influenciar de forma decisiva na melhoria da estruturação de atividades produtivas da região.

Além da eficiência interna, a integração com outros modais trás o elemento da logística com diferencial. Um porto integrado aos diversos modos de transporte, onde a carga possa fluir por via rodoviária, ferroviária, aérea ou marítima, por meio da cabotagem, trás ganhos de produtividade para a região atendida.

O Terminal do Pecém tem como filosofia de ser um Porto Concentrador. Para tanto, construiu-se uma rede de disponibilidade de infra-estrutura e transportes. O Terminal concentra toda a carga em um determinado local e a distribui por meio de outros transportes mais adequados.

Outro ponto positivo para o Terminal do Pecém é a sua posição geográfica, mais próximos dos mercados americano e europeu, possibilitando a ampliação da movimentação de carga geral. Consolidar uma política de carga geral, o varejo, é o que faz o equilíbrio dos portos. O Terminal já está na rota americana e dentro da rota nacional, com potencial para se inserir na rota europeia e asiática.

O Nordeste é deficitário em termos de produção de graneis líquidos e a abertura da importação de combustível veio a colocar o Terminal do Pecém como um receptor de movimentação de importação de graneis líquidos, o que se conforma em mais um elemento de viabilidade do terminal.

A capacidade de movimentação da sua 1ª fase (já implantada) foi dimensionada em função da realidade do Estado: 20 milhões de toneladas (quatro vezes a capacidade do Porto do Mucuripe). Ou seja, está, de início, se expandindo em cinco vezes a capacidade de exportação e importação do Estado. Essa nova possibilidade conjugada a abertura comercial, podem acarretar em fortes impactos na estruturação da economia do Estado.

Esse terminal conforma-se então, em um dos pilares de viabilização de um projeto de desenvolvimento. Investimentos são atraídos por estruturas que indiquem a perspectiva de baixos custos. O Estado se ressentia da ausência desse elemento estruturador no que concerne à possibilidade de desenvolvimento econômico. Investimentos como siderúrgica e refinaria jamais viriam para um Estado que não possuísse um porto eficiente.

O Terminal do Pecém é um elemento estruturante que trás possibilidades para a sua região de influência e visa tirar melhor proveito de suas potencialidades.

No que se refere ao setor primário, o Estado não possui recursos hídricos a ponto de poder se transformar em um grande celeiro agrícola do país (além do solo que também não contribui). Aproveitar na agricultura todas as potencialidades para direcionar a exportação com produtos de um valor agregado mais alto e com grande competitividade e com tecnologia, é a ação mais racional quanto ao setor primário do Estado, dada a existência da atual estrutura portuária. Essa função extrapolaria as fronteiras do Estado, podendo servir a outros pólos agrícolas do Nordeste com a Bahia, o Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Do ponto de vista da agricultura irrigada o Terminal do Pecém deverá ser um elemento realmente fundamental para o escoamento da produção. Vale observar que a agricultura representa cerca de 6% da formação do nosso Produto Interno Bruto, e que 40% da mão-de-obra empregada estão nesse setor. Estão, portanto, sem inserção econômica por estarem atuando a reboque de um mercado sem valorização. Para se transferir mais renda é necessário agregar valor. Com o direcionamento do setor primário para o mercado externo pode-se dar uma melhor dinâmica a esse setor e uma melhor renda aos que nele continuarem trabalhando.

Do ponto de vista do Setor Industrial, sem o Terminal Portuário esse setor não pode obter uma competitividade exigida no que se refere ao movimento de entrada de insumos e de colocação dos produtos nos mercados relevantes.

O porto é um marco referencial da economia. Tornar-se-ia quase impossível consolidar uma cadeia de produção densa sem ele. Com a possibilidade estrutural de se receber uma indústria de base pode-se consolidar um pólo econômico de alto valor produtivo, inclusive do ponto de vista da quantidade de empregos gerados. Cria-se em paralelo à estrutura industrial, um pólo de serviços considerável e absorvedor de mão-de-obra. Ademais, toda a infra-estrutura que passaria a ser instalada, traria como externalidade, a melhor condição de instalação de equipamentos turísticos para o aproveitamento do potencial da área.

Para se ter a dimensão dos impactos gerados pela viabilidade da instalação de indústrias de base devido à presença do Terminal Portuário, somente a instalação da siderúrgica gerará um volume de exportação de 300 milhões de dólares por ano, mais da metade do que o Estado já exporta.

Nesses termos, a necessidade de uma cadeia logística eficiente e de baixo custo coloca o Terminal Portuário do Pecém como um elemento chave dentro do sistema produtivo da Região Nordeste. Precisa-se de uma oferta de sistemas logísticos que tenha os mesmos níveis de competitividade encontrados no interior das fábricas para que esses produtos possam ser inseridos nos grandes mercados consumidores, nacional e mundial, de modo a se internalizar renda na região.

Finalmente observa-se que esse Complexo Industrial-Portuário guarda uma distância de uma das principais cidades do País, Fortaleza (50 km), que de um lado propicia a se evitar complicações de natureza urbanística, e de outro já se tem a disposição do complexo todo um aparato tecnológico, com universidades e centros de pesquisa, toda uma capacitação de equipamentos urbanos e toda uma qualificação de serviços. Tem-se, então uma grande mancha urbana a serviço do CIPP.

No QUADRO Nº 29 a seguir expõe-se a movimentação de importações e exportações de mercadoria via Terminal Portuário do Pecém.

Observa-se que, pelo estágio que se encontra o componente industrial (não se tem instalada ainda uma indústria âncora), predomina a exportação de produtos primários. Uma exceção são os calçados provenientes basicamente de indústrias localizadas em Sobral, na Região Norte do Estado do Ceará. Ainda quanto às exportações já se observam cargas sendo movimentadas no Terminal, de proveniência dos Estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Quanto à pauta de importações identifica-se com destaque a movimentação de insumos. Vale frisar também a evolução dos volumes movimentados, que em 2002 totalizou 386.990 Ton./ano. Já no primeiro semestre de 2003, o volume movimentado superou o total do ano passado, 389.129 Ton./ano. Isso mostra um avanço consistente na evolução da demanda pelos serviços do Terminal, apesar do volume ainda estar longe da capacidade máxima, o que é natural dado o andamento das tomadas de decisão de instalação das indústrias no Complexo seguirem um ritmo compatível com os cuidados que se tem quando se faz grandes inversões de capital. (QUADRO Nº 29)


QUADRO Nº 29 - PRINCIPAIS MERCADORIAS / EXERCÍCIO 2002 – TONELADAS

MERCADORIA	MOVIMENTAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
EXPORTAÇÃO	157.607,97	40,7
Banana	24.445,20	6,3
Manga	23.566,10	6,1
Castanha de Caju	18.301,91	4,7
Camarão	14.830,37	3,8
Calçados	11.206,34	2,9
Produtos Têxteis	10.143,89	2,6
Outras	55.114,16	14,2
IMPORTAÇÃO	229.382,32	59,2
Bobinas de Aço	105.157,17	27,2
Der. de Petróleo	48.981,05	12,7
Arroz	21.386,79	5,5
Produtos Têxteis	11.451,41	3,0
Polpa de Celulose	5.075,97	1,3
Produtos Químicos	4.151,26	1,1
Outras	33.178,67	8,6
TOTAL	386.990,29	100,0

Fonte: Ceará Portos

1.5.2 CONHECIMENTO E SÍNTESE DOS ESTUDOS ECONÔMICOS – INDUSTRIAIS DESENVOLVIDOS NA ÁREA⁷

Esse item trás a síntese dos estudos econômicos quanto às indústrias que provavelmente se estabelecerão no Complexo Industrial, especificando áreas para cada fase de desenvolvimento industrial e determinando os tipos e categorias dessas indústrias, além de descrever uma lista de prováveis indústrias que poderão se estabelecer. (QUADRO Nº 30)

QUADRO Nº 30 - SÍNTESE DOS ESTUDOS ECONÔMICO-INDUSTRIAIS DESENVOLVIDAS NA ÁREA

Área total do Complexo Industrial e Portuário do Pecém	23.300 hectares
Área a ser utilizada para o desenvolvimento industrial	8.350 hectares
Área do Complexo Portuário do Pecém	1.000 hectares
Área proposta para o terminal intermodal	370 hectares
Área das principais rodovias industriais	600 hectares
Áreas das rodovias turísticas e industriais secundárias.	1.000 hectares

⁷ Todas as informações constantes nesse item são oriundas do estudo de infra-estrutura para o CIPP, da CV Engineering / ASTEF (Relatório Técnico CV nr. 0115-M1 - Desenvolvimento Industrial Proposto)

As indústrias propostas para o Complexo Industrial foram divididas em dois grupos:

- Indústrias Primárias – Estabelecimento industrial que produz matéria prima e outros recursos, para serem convertidos em produtos acabados, por outras indústrias; e
- Indústrias Secundárias – Estabelecimentos industriais que produzem os produtos finais, utilizando materiais e outros recursos gerados pelas Indústrias Primárias.

As indústrias primárias consideradas são:

- Siderúrgica;
- Refinaria de Petróleo;
- Usinas Termelétricas; e
- Usina de Regaseificação.

As indústrias secundárias mais prováveis estão abaixo descritas:

- Pólo Metal-mecânico – estabelecimentos industriais dependentes principalmente dos produtos de ferro e de aço produzidos pela siderúrgica.
- Pólo Petroquímico – estabelecimentos industriais dependentes principalmente dos produtos oriundos do petróleo produzidos pela refinaria.
- Indústrias diversas – estabelecimentos industriais que podem utilizar outro material bruto local e não dependem diretamente da refinaria de petróleo, nem da siderúrgica.

A área total disponível para o desenvolvimento Industrial no Complexo é de 8.350 ha. Por conveniência, todo o Complexo Industrial foi dividido em quatro setores ao longo das duas rodovias principais (CE-422 e CE-085) cobrindo as áreas abaixo descritas. (QUADRO Nº 31)

QUADRO Nº 31 - ÁREAS POR SETOR INDUSTRIAL

SETOR	TIPO DE INDÚSTRIA	ÁREA TOTAL (HA)
Setor I Noroeste	Siderúrgica e pólo metal-mecânico	1.780
Setor II Nordeste	Refinaria e pólo petroquímico	980
Setor III Sudoeste	Outras indústrias diversas	3.190
Setor IV Sudeste	Outras indústrias diversas	2.400



De toda a área destinada ao desenvolvimento industrial, 980 ha estão reservados para as indústrias primárias abaixo descritas. (QUADRO Nº 32)

QUADRO Nº 32 - ÁREAS DESTINADAS ÀS INDÚSTRIAS PRIMÁRIAS I

TIPO DE INDÚSTRIA	ÁREA TOTAL (HA)
Siderúrgica	300
Refinaria de Petróleo (incluindo o parque de tancagem e as áreas de distribuição dos produtos da Refinaria).	2.000

A área restante para as outras indústrias é de aproximadamente 7.370 ha. Esta área está dividida em três sub-áreas, que deverão estar ocupadas ao final de cada uma das fases de desenvolvimento, de acordo com o QUADRO Nº 33

QUADRO Nº 33 - ÁREA OCUPADA POR FASES DE DESENVOLVIMENTO

FASE DE DESENVOLVIMENTO	ÁREA TOTAL OCUPADA (HA)
Primeira	1.150
Segunda	2.080
Terceira	4.140

Além disso, aproximadamente 100 ha, perto do Complexo do Porto, estão reservados para as seguintes Indústrias Primárias. (QUADRO Nº 34)

QUADRO Nº 34 - ÁREAS DESTINADAS ÀS INDÚSTRIAS PRIMÁRIAS II

TIPO DE INDÚSTRIA PRIMÁRIA	ÁREA TOTAL OCUPADA (HA)
Usina Termelétrica	50
Usina de Regaseificação	50

Dependendo do tamanho, as indústrias propostas para o Complexo Industrial estão classificadas em quatro categorias principais, de acordo com as áreas abaixo especificadas. (QUADRO Nº 35)

QUADRO Nº 35 - ÁREAS DESTINADAS ÀS INDÚSTRIAS POR CATEGORIAS

CATEGORIA DA INDÚSTRIA	ÁREA TOTAL OCUPADA (HA)
Pequenas indústrias	5 a 10
Médias indústrias	10 a 20
Grandes indústrias	20 a 50
Mega-Indústrias	50 ou mais



Por conseguinte, a área industrial disponível está dividida em blocos de 10 ha cada. Dependendo da categoria da indústria em consideração, esses blocos podem ser convenientemente subdivididos ou combinados para atender a área necessária para qualquer indústria específica.

O desenvolvimento projetado para as várias indústrias propostas está exposto a seguir:

- **Fase I**

- Siderúrgica Laminação a frio de 500.000 t/ano de aço.
- Refinaria Refino de 100.000 barris/dia de petróleo.
- Termelétrica Uma unidade de geração de 250 MW (podendo aumentar para 360 MW) e outra de 270 MW.
- Usina de Regaseificação Geração de 3.000.000 m³/dia de gás, em três estágios de 1.000.000 m³/dia cada.

- **Fase II**

- Siderúrgica
 - Dois alto-fornos para a produção de 2.000.000 ton/ano de gusa;
 - Laminação a quente de 1.000.000 ton/ano de aço;
 - Laminação a frio de 900.00 ton/ano de aço.
- Refinaria de Petróleo Refino de 200.000 barris/dia de petróleo
- Usina de Regaseificação Geração de 7.000.000 m³/dia de gás.

- **Fase III**

- Siderúrgica
 - Quatro alto-fornos para a produção de 4.000.000 ton/ano de gusa;
 - Laminação a quente de 2.000.000 ton/ano de aço
 - Laminação a frio de 900.000 ton/ano de aço



Quanto às Indústrias Secundárias, propõem-se os seguintes componentes:

a. Quanto ao Pólo Metal-mecânico, a seguir estão exemplificados diversos tipos de indústrias que poderão se instalar no Complexo do Pecém, a partir da instalação da Siderúrgica.

- **Pequenas indústrias (de 5 a 10 hectares)**

- Tonéis de aço;
- Cilindros de aço;
- Lavadoras e secadores;
- Aparelhos de ar condicionado;
- Bicicletas;
- Esquadrias de aço para portas e janelas;
- Portas e janelas de aço;
- Arames de aço para cercas;
- Luminárias de aço;
- Embalagens de aço; e
- Rolamentos.

- **Médias indústrias (de 10 a 20 hectares)**

- Indústrias de separação de ar;
- Refrigeradores domésticos e comerciais;
- Compressores de ar;
- Ferramentas;
- Silos e vasos de pressão;
- Contêineres;
- Paredes e cobertas metálicas;
- Carrocerias de caminhões e ônibus; e
- Motocicletas.

- **Grandes indústrias (de 20 a 50 hectares)**

- Vagões de trem;
- Vigas de aço;
- Tubos de aço;
- Lajes de aço;
- Caminhões;
- Processamento de escória; e
- Cimento a base de escória.

- **Mega-Indústrias (acima de 50 hectares)**

- Automóveis; e
- Máquinas e equipamentos agrícolas.



b. Quanto ao Pólo Petroquímico, a seguir estão indicados diversos tipos de indústrias que poderão se instalar no Complexo do Pecém, a partir da instalação da refinaria de petróleo.

- **Pequenas indústrias (de 5 a 10 hectares)**

- Anti-sépticos;
- Cosméticos;
- Detergentes;
- Inseticidas;
- Tintas;
- Vernizes;
- Processamento de plásticos;
- Calçados;
- Resinas; e
- Graxas.

- **Médias indústrias (de 10 a 20 hectares)**

- Óleos lubrificantes;
- Fenóis;
- Plásticos;
- Fibras sintéticas;
- Nylon;
- Amônia; e
- Pneus.

- **Grandes indústrias (de 20 a 50 hectares)**

- Plantas de nitrogênio.

- **Mega-Indústrias (acima de 50 hectares)**

- Área de estocagem de produtos para diferentes Companhias de Distribuição de Petróleo como Petrobrás, Shell, Esso e Ypiranga etc; e
- Complexos de armazéns para produtos de exportação.

c. Estão indicados a seguir diversos outros tipos de indústrias que poderão se instalar no Complexo do Pecém.

- Polimento de granito;
- Cerâmicas e vidros;
- Divisórias de gesso;
- Fertilizantes a base de fosfato e potassa;
- Extração de urânio; e
- Indústrias a base de calcário.

1.5.3 ESTÁGIO E PROGRAMAÇÃO DE MATURAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM MARCHA OU PROJETADOS PARA A ÁREA

As indústrias âncora-refinaria e usina siderúrgica, consubstanciam-se na base industrial do programa de investimentos para o CIPP.

O processo de tomada de decisão de investimento quanto à refinaria está em curso. É relevante a nova circunstância que o Estado do Ceará se encontra quando acena com a intenção de se colocar como candidato a sediar a nova refinaria da Região Nordeste. Não mais se observam como ponto fraco do Estado a falta de infra-estrutura para empreendimento de tal envergadura. De fato, o Estado apresenta como o seu principal trunfo as condições técnicas ofertadas a instalação de tal empreendimento. Entretanto, vale observar que questões políticas são da natureza da decisão desse tipo de investimento e dentro de uma fase de mudança de governos o processo de definição tende a ficar mais complexo. O que vale reiterar é a nova condição de infra-estrutura instalada no CIPP que coloca o Ceará em plenas condições técnicas de pleitear a refinaria.

Destinou-se para a refinaria uma área de 500 ha que fica, aproximadamente, a 6 km do Terminal Portuário. A princípio, tem-se programado para a fase inicial da refinaria a capacidade de 110.000 barris/dia de processamento de óleo cru, devendo produzir GLP, querosene de jato, óleo diesel, gasolina, óleos combustíveis, entre outros produtos.

Quanto à siderúrgica, a parceria entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Companhia italiana, Danieli Steel, tem apresentado avanços quanto a criação de condições para a implantação da Usina Siderúrgica do Ceará (USC). A perspectiva é de início das obras para o último trimestre de 2004. O projeto da Usina Siderúrgica do Ceará contempla a construção de uma planta integrada para a produção de 1.500 ton./ano de placas de aço, destinadas inicialmente à exportação. O projeto prevê proporcionar um aumento da capacidade instalada no Brasil, para o qual destacam-se a relevância econômica do empreendimento. Sua produção representará um aumento de 25% da produção nacional de placas de aço, com um acréscimo em 37% no volume de placas exportadas. Isso representará um crescimento direto em 2% do PIB do Estado do Ceará e a geração de 2.400 empregos na fase de construção, e 2.000 empregos diretos e indiretos na fase operacional.

Há de se convir que, antes da definição concreta da instalação de pelo menos uma das indústrias âncora, as demais indústrias que pretendem se instalar na área do Complexo Industrial-Portuário do Pecém, CIPP ficam em compasso de espera. Até porque a ocupação da área deve seguir critério de forma a se monitorar a melhor composição de indústrias a ser instalada. Inclusive, é o que se deve apresentar na etapa seguinte desse estudo, no **Programa de Desenvolvimento Econômico e Físico-Territorial**. Devem-se indicar os requisitos de aglomeração, escala e escopo que envolverá maior rigidez locacional na área do CIPP, com a determinação das bases locacionais das estruturas industriais na área ou nos distritos industriais adequados.

Quanto aos investimentos em marcha, o programa de promoção industrial e atração de investimentos para o Estado do Ceará dá a dimensão dos empreendimentos já atraídos ou em estágio de protocolo de intenção. Os dados que foram analisados referem-se ao período que vai de Janeiro de 1995 à Janeiro de 2003.

Inicialmente constata-se que do total que foi atraído para o Estado, instaladas ou em fase de instalação, 12,2% das empresas, responsáveis por 4,6% do total novos de empregos, tiveram como destino a Região de Influências do CIPP que engloba os Municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante e Paracuru. Já o volume de investimentos destinados à região representa 18,0% do total.

Uma primeira observação é de que o perfil dos empreendimentos que se destinaram à Área de Influência Direta do CIPP é de plantas intensivas em capital, dado que o nível relativo de empregos diretos gerados (4,6%) foi bem inferior ao volume relativo de capital ali empregado (18%).

Dos investimentos destinados à Área de Influência houve uma forte concentração no Município de Caucaia que atraiu 91,7% do total de investimentos, concentrou 72,3% dos empregos e 83% do número de empreendimentos. Observa-se, também, que com a perspectiva de entrada em operação do Terminal Portuário do Pecém, o Município de São Gonçalo do Amarante passou a receber investimentos. Quanto a Paracuru, observou-se investimentos apenas no ano de 1999. (QUADROS N^{os} 36 e 37)

QUADRO N.º 36 - EMPREENDIMENTOS ATRAÍDOS PELO PROGRAMA DE PROMOÇÃO INDUSTRIAL E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS NO CEARÁ

INDICADOR	ANO	CAUCAIA (1)	SÃO GONÇALO DO AMARANTE (2)	PARACURU (3)	REGIÃO (4=1+2+3)	CEARÁ (5)	PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO NO ESTADO (4/5)
EMPRESAS	1995	3			3	25	12,0%
	1996	10			10	48	20,8%
	1997	5			5	68	7,4%
	1998	11	4		15	78	19,2%
	1999	3		1	4	56	7,1%
	2000		1		1	30	3,3%
	2001	6	1		7	44	15,9%
	2002	1	1		2	37	5,4%
	TOTAL	39	7	1	47	386	12,2%
EMPREGOS	1995	138			138	4.394	3,1%
	1996	498			498	14.188	3,5%
	1997	491			491	14.231	3,5%

Continua


QUADRO N.º 36 - EMPREENDIMENTOS ATRAÍDOS PELO PROGRAMA DE PROMOÇÃO INDUSTRIAL E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS NO CEARÁ (Continuação)

INDICADOR	ANO	CEARÁ (5)					PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO NO ESTADO (4/5)
		CAUCAIA (1)	SÃO GONÇALO DO AMARANTE (2)	PARACURU (3)	REGIÃO (4=1+2+3)	CEARÁ (5)	
EMPREGOS	1998	877	328		1.205	18.660	6,5%
	1999	204		55	259	10.097	2,6%
	2000		100		100	4.741	2,1%
	2001	378	503		881	7.653	11,5%
	2002	10	10		20	3.827	0,5%
	TOTAL	2.596	941	55	3.592	77.791	4,6%
INVESTIMENTOS	1995	20.500.839,56			20.500.839,56	817.781.541,92	2,5%
	1996	28.153.046,91			28.153.046,91	1.586.903.975,18	1,8%
	1997	32.456.074,40			32.456.074,40	878.411.314,99	3,7%
	1998	29.977.537,36	49.388.678,55		79.366.215,90	709.337.903,28	11,2%
	1999	4.495.897,17		9.148.414,98	13.644.312,15	264.511.838,18	5,2%
	2000		4.685.924,38		4.685.924,38	775.503.688,54	0,6%
	2001	1.037.123.383,43	31.006.066,45		1.068.129.449,89	1.383.384.304,41	77,2%
	2002	12.708.336,67	11.437.248,53		24.145.585,20	640.912.837,04	3,8%
	TOTAL	1.165.415.115,50	96.517.917,91	9.148.414,98	1.271.081.448,39	7.056.747.403,52	18,0%

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SDE/CE.

QUADRO N.º 37 - INVESTIMENTOS E EMPREGOS DIRETOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA E NO CEARÁ, POR STATUS DO EMPREENDIMENTO – JAN/1995 A JAN/2003

STATUS	CEARÁ (F)		CAUCAIA-SÃO GONÇALO-PARACURU (G)		PARTICIPAÇÃO NO CEARÁ (F) / (G)	
	INVESTIMENTOS	EMPREGOS DIRETOS	INVESTIMENTOS	EMPREGOS DIRETOS	INVESTIMENTOS	EMPREGOS DIRETOS
Implantada (a)	3,610,113,720.60	73,518	375,547,620.80	3,012	10.4%	4.1%
Em Implantação (b)	943,967,787.50	4,273	554,788,000.00	408	58.8%	9.5%
Protocolo (d)	9,310,579,178.46	42,155	8,467,203,993.00	18,587	90.9%	44.1%
TOTAL (e) = (c)+(d)	13,864,660,686.56	119,946	9,397,539,613.80	22,007	67.8%	18.3%

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SDE/CE.

As empresas já implantadas na região representam 10,4% do total que veio para o Estado. Dos projetos em implantação esse percentual sobe para 58,8% e dentre os projetos em protocolo a Região é destino de praticamente todo o volume de investimentos (90,9%). O percentual de investimentos de indústrias já instaladas já é de grande relevância, visto que a região que era responsável, em 1998, por apenas 2,8% do PIB do Estado, recebeu cerca de um décimo de todo o investimento. Esse percentual de investimentos se mostra em crescimento explosivo quando se projetam os empreendimentos em andamento a as pretensões de investimento. No geral mais de 2/3 de todos os capitais que tomaram ou pretendem tomar como destino o Ceará, têm com alvo a área do CIPP.

Quanto ao número de empregos diretos gerados, esses seguem a tendência dos investimentos, representando, no total, 18,3% de todos os postos de emprego direto gerados pelo Programa desde 1995.

Em seguida é feito um breve perfil setorial dos empreendimentos em questão. O QUADRO Nº 38 traz a relação de códigos de classificação das atividades industriais que serão utilizadas no quadro a seguir (QUADRO Nº 39):

QUADRO Nº 38 - RELAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DOS GÊNEROS INDUSTRIAIS

CÓDIGO – DENOMINAÇÃO
00 - Indústria de extração mineral
10 - Indústria de produtos de mineração não metálicos
12 - Indústria metal mecânica
13 - Indústria de material elétrico, eletrônico e de comunicação
16 - Indústria de madeira e mobiliário
17 - Indústria de papel, papelão, celulose e borracha
19 - Indústria de couro, peles e assemelhados
20 - Indústria química, produtos farmacêuticos e veterinária
22 - Refino do petróleo e destilação de álcool
23 - Indústria de produtos de materiais plásticos
24 - Indústria Têxtil
25 - Indústria de vestuário, artefatos e tecidos de viagem
26 - Indústria de produtos alimentares (agro-industrial)
27 - Indústria de produtos de bebidas (agro-industrial)
29 - Indústria editorial e gráfica
30 - Indústria diversas
31 - Indústria de calçados, componentes e afins
33 - Indústria de construções
35 - Indústria geradora de energia eólica
36 - Indústria geradora de energia elétrica

Dos empreendimentos implantados ou em implantação, o QUADRO Nº 39 apresenta o seguinte panorama:

- Quanto à quantidade, representam pouco mais da metade dos de empreendimentos na Região: os setores metal mecânico-12 e de produtos alimentícios-26 (com 7 cada um); e de geração de energia 36 e produtos de mineração não metálicos-10 (com 5 cada um);
- Quanto ao volume de investimentos: o setor de geração de energia-36 representa 90% de todo o investimento, vindo o setor metal mecânico-12 com o segundo maior volume, 4,5% do total; e
- Quanto à geração de empregos diretos: como destaque têm-se os setores metal-mecânico-12, de produtos de mineração não-metálicos-10 e de vestuário e artefatos-25, que respondem, respectivamente, por 28,7%, 15,8% e 11,9% dos empregos diretos.

QUADRO Nº 39 - DADOS DOS EMPREENDIMENTOS IMPLANTADOS E EM IMPLANTAÇÃO POR SETOR

SETOR	DADOS ABSOLUTOS			DADOS RELATIVOS		
	QUANTIDADE	INVESTIMENTO	EMPREGOS DIRETOS	QUANTIDADE	INVESTIMENTO	EMPREGOS DIRETOS
36	5	836,977,000.00	95	11.1%	90.0%	2.8%
12	7	41,560,000.00	982	15.6%	4.5%	28.7%
26	7	9,305,296.80	292	15.6%	1.0%	8.5%
13	2	9,000,000.00	65	4.4%	1.0%	1.9%
17	1	7,350,000.00	136	2.2%	0.8%	4.0%
31	1	5,000,000.00	100	2.2%	0.5%	2.9%
16	4	4,900,000.00	332	8.9%	0.5%	9.7%
20	3	4,526,000.00	208	6.7%	0.5%	6.1%
10	5	3,710,000.00	541	11.1%	0.4%	15.8%
24	2	3,610,000.00	115	4.4%	0.4%	3.4%
25	3	2,330,000.00	406	6.7%	0.3%	11.9%
23	3	1,907,324.00	95	6.7%	0.2%	2.8%
30	2	160,000.00	53	4.4%	0.0%	1.5%
TOTAL	45	930,335,620.80	3420	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SDE/CE.

Dos empreendimentos em fase de protocolo de intenções, o QUADRO Nº 40 permite as seguintes conclusões:

- Quanto à quantidade: dos 45 empreendimentos em protocolo destacam-se os setores de metal mecânica-12 (15%), de diversos-30 (12,5%), de vestuários e artefatos-25 (12,5%), de madeira e mobiliário-16 (10%) e de produtos alimentares-26 (10%);

- Quanto ao volume de investimentos: o principal destaque é o setor de refino de petróleo e destilação de álcool-22 com 54% do total, seguido pelos setores de diversos-30 (27%) e o setor metal mecânico-12 (13,1%); e
- Quanto à geração de empregos diretos: o setor de produtos diversos-30 responde por 57% do total seguido pelo setor de material elétrico, eletrônico e de comunicação-13 (11,5%) e o setor metal mecânico-12 (8,6%).

QUADRO Nº 40 - DADOS DOS EMPREENDIMENTOS EM FASE DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES POR SETOR

SETOR	DADOS ABSOLUTOS			DADOS RELATIVOS		
	QUANTIDADE	INVESTIMENTO	EMPREGOS DIRETOS	QUANTIDADE	INVESTIMENTO	EMPREGOS DIRETOS
22	3	4,569,700,000.00	611	7.5%	54.0%	3.3%
30	5	2,287,100,000.00	10599	12.5%	27.0%	57.0%
12	6	1,111,795,000.00	1603	15.0%	13.1%	8.6%
13	3	378,000,000.00	2130	7.5%	4.5%	11.5%
0	1	40,000,000.00	100	2.5%	0.5%	0.5%
24	2	21,500,000.00	741	5.0%	0.3%	4.0%
25	5	19,650,000.00	1304	12.5%	0.2%	7.0%
16	4	9,200,000.00	360	10.0%	0.1%	1.9%
17	1	9,017,500.00	120	2.5%	0.1%	0.6%
23	1	7,200,000.00	190	2.5%	0.1%	1.0%
26	4	4,285,000.00	434	10.0%	0.1%	2.3%
20	2	4,096,493.00	190	5.0%	0.0%	1.0%
31	1	2,110,000.00	15	2.5%	0.0%	0.1%
29	1	1,850,000.00	120	2.5%	0.0%	0.6%
10	1	1,700,000.00	70	2.5%	0.0%	0.4%
TOTAL	40	8,467,203,993.00	18587	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SDE/CE

Observa-se que o setor que se apresenta como destaque em quase todos os itens observados seja na condição de instalados ou em instalação, seja em fase de protocolo de intenção, é o metal mecânico, que tem vínculo com as perspectivas de instalação da empresa âncora da refinaria. Nos setores relacionados à refinaria, percebe-se a espera na tomada de decisão de investimento vinculada à efetivação da instalação dessa indústria âncora.

Com relação ao volume de investimentos que se destinaram ao Estado do Ceará observa-se que dos 27 principais investimentos atraídos, tendo como referência o volume de capital aportado e já instalados no Estado, a Região teve apenas dois: um do setor de geração de energia em Caucaia e um do setor metal mecânico em São Gonçalo do Amarante. (QUADRO Nº 41)


QUADRO Nº 41 - PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS ATRAÍDOS E JÁ IMPLANTADOS NO CEARÁ

RANKING POR INVESTIMENTO		LOCALIZAÇÃO	SETOR	LINHA DE PRODUÇÃO	INVESTIMENTO
IMPLANTADAS	GERAL				
1	6	Fortaleza	0	Extração e produção de petróleo bruto e gás natural	414,000,000.00
2	8	Maracanaú (RMF)	36	Implantação de usinas termelétricas, destinada á geração de energia elétrica.	263,000,000.00
3	9	Caucaia	36	Usina Termelétrica destinada à geração de energia elétrica	250,000,000.00
4	13	Aquiraz (RMF)	27	Bebidas, cerveja e refrigerante	166,000,000.00
5	15	Maracanaú (RMF)	24	Fabricação de fios de algodão e poliéster	127,940,000.00
6	16	Maracanaú (RMF)	20	Industrialização de química fina	105,500,000.00
7	17	Maracanaú (RMF)	36	Geração de energia elétrica modulada	105,000,000.00
8	18	Sobral	31	Calçados e componentes	100,000,000.00
9	19	Maracanaú (RMF)	24	Tecidos	95,000,000.00
10	20	Pacatuba (RMF)	27	Cervejas	90,000,000.00
11	23	Fortaleza	24	Fios têxteis de algodão, fibras e linhas	80,000,000.00
12	24	Maracanaú (RMF)	12	Latas em alumínio, tampas em alumínio e chapas de aço	80,000,000.00
13	25	Maracanaú (RMF)	12	Produtos metalúrgicos (botijões refrigeradores, freezer, bebedouros)	72,000,000.00
14	26	Maracanaú (RMF)	24	Fabricação de fios têxteis de algodão	62,600,000.00
15	27	Pacajus (RMF)	24	Tecelagem	60,117,647.50
16	28	Ubajara	26	Produção de frutas e processamento, elaboração, industrialização e comercialização de alimentos naturais.	50,000,000.00
17	30	Maracanaú (RMF)	24	Tecidos p/ camisaria, tecidos modais e lycra jeans	35,000,000.00
18	31	Maracanaú (RMF)	24	Fios e tecidos	34,700,000.00
19	32	Maracanaú (RMF)	24	Fabricação de fios de algodão	34,328,045.00
20	33	Maracanaú (RMF)	23	Ráfia polipropileno e big bang	28,000,000.00
21	35	Maracanaú (RMF)	24	Fios têxteis e tecidos de malha	27,000,000.00
22	36	Fortaleza	24	Fios têxteis de algodão e mistos	26,900,000.00
23	37	Crato	31	Calçados	25,000,000.00
24	38	Crato	12	Máquinas, fornos	25,000,000.00
25	39	Fortaleza	26	Margarinas e gordura hidrogenada	25,000,000.00
26	41	Maracanaú (RMF)	24	Fios têxteis de algodão	25,000,000.00
27	43	S.G. do Amarante	12	Fabricação de aerogeradores e seus componentes	23,500,000.00

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Vale observar que a quase totalidade desses principais empreendimentos se localizou na Região Metropolitana de Fortaleza, RMF, em áreas que, em geral, já apresentam pólos industriais que se localizam relativamente próximos a área do CIPP.



Com relação ao volume de investimentos que se destinaram ao Estado, observa-se que dos 23 principais investimentos atraídos, tendo como referência o volume de capital aportado, em estágio de implantação, a Região já apresenta 4 (quatro) empreendimentos: um do setor de geração de energia (o maior), um do setor de extração mineral e um do setor de produtos minerais não-metálicos em Caucaia, e em São Gonçalo do Amarante um do setor têxtil. (QUADRO Nº 42)

QUADRO Nº 42 - PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS ATRAÍDOS E EM IMPLANTAÇÃO NO CEARÁ

RANKING POR INVESTIMENTO		LOCALIZAÇÃO	SETOR	LINHA DE PRODUÇÃO	INVESTIMENTO
IMPLANTADAS	GERAL				
1	4	Caucaia	36	Geração de energia elétrica	550,000,000.00
2	7	Beberibe	35	Instalação de parques eólicos no Ceará	300,000,000.00
3	75	Fortaleza	26	Óleos vegetais	12,600,000.00
4	77	Fortim	26	Exploração e benefícios de camarão e pescados em geral	12,500,000.00
5	89	Caucaia	0	Armazenamento e distribuição de gás	10,000,000.00
6	114	Cascavel	24	Fabricação de fios de algodão	8,220,000.00
7	129	Aracati	26	Indústria destinada ao beneficiamento de pescados derivados	7,150,000.00
8	139	Eusébio	27	Bebidas tropicais e refrigerantes	6,000,000.00
9	162	Trairi	26	Criação de camarão em cativeiro de espécie <i>litopenaeus vannamei</i> e pescados	4,727,000.00
10	177	Aracati	26	Indústria destinada a criação e beneficiamento de camarão marinho em cativeiro	3,500,000.00
11	183	S.G. do Amarante	24	Fabricação de malhas e confecções	3,330,000.00
12	196	Eusébio	13	Fabricação e montagem de telefones eletrônicos e eletrodomésticos	3,000,000.00
13	211	Juazeiro do Norte	23	Sacos e sacolas plásticas	2,550,000.00
14	229	Aracati	26	Cultivo, com. processamento e exportação de pescado em geral	2,260,000.00
15	239	Barbalha	10	Pisos e revestimentos	2,013,800.00
16	240	Cascavel	31	Calçados	2,000,000.00
17	287	Maracanaú	24	Tinturaria de fios, tecelagem de redes e afins	1,500,000.00
18	300	Chorozinho	25	Fabricação e comercialização de confecções femininas e infante juvenil	1,400,000.00
19	306	Aracati	26	Criação de camarão marinho em cativeiro, de espécie <i>litopenaeus vannamei</i>	1,350,000.00
20	350	Itaitinga	26	Beneficiamento de camarões	1,000,000.00
21	355	Maracanaú	10	Produção de piso cerâmico	1,000,000.00
22	361	Pindoretama	30	Adesivos	1,000,000.00
23	366	Caucaia	10	Fabricação de argamassa para assentamento de cerâmica, rejuntamento, impermeabilizantes, tintas e aditivos diversos	930,000.00

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SDE/CE.

Nos 17 principais empreendimentos em fase de protocolo de intenções 10 (aproximadamente 60%) têm com destino a área do CIPP sendo os de maior envergadura nos Municípios de São Gonçalo do Amarante. (QUADRO Nº 43)

QUADRO Nº 43 - PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS EM FASE DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM DESTINO AO CEARÁ

RANKING POR INVESTIMENTO		LOCALIZAÇÃO	SETOR	LINHA DE PRODUÇÃO	INVESTIMENTO
IMPLANTADAS	GERAL				
1	1	S.G. do Amarante	22	Refinaria de petróleo e produção de derivados	4,480,000,000.00
2	2	S.G. do Amarante	30	Instalação de um empreendimento industrial e de um complexo multimodal de transporte de carga - aérea / ferroviária / aquaviária / rodoviária	2,280,000,000.00
3	3	S.G. do Amarante	12	Processamento de produtos siderúrgicos	580,000,000.00
4	5	S.G. do Amarante	12	Fabricação de produtos siderúrgicos	500,000,000.00
5	10	Amontada	35	Instalação de um parque de energia eólica	200,000,000.00
6	11	Caucaia	13	Medidores eletrônicos	200,000,000.00
7	12	Paracuru	13	Instalação e fabricação de equipamento de energia eólica	170,000,000.00
8	14	Fortaleza	35	Instalação de parques eólicos no Estado do Ceará	145,000,000.00
9	21	Caucaia	22	Tancagem de combustíveis e lubrificantes	89,700,000.00
10	22	Aracati	35	Instalação de um parque de energia eólica	85,500,000.00
11	29	S.G. do Amarante	0	Gases industriais	40,000,000.00
12	34	Maracanaú	24	Produção de malhas sintéticas de algodão e mistas	27,845,991.00
13	40	Limoeiro do Norte	31	Fabricação de calçados e componentes	25,000,000.00
14	42	Horizonte	30	Produção de isótopos, reciclagem de materiais médico-hospitalares e irradiação de alimentos	23,500,000.00
15	45	Icapuí	26	Produção beneficiamento e comercialização de camarão	22,850,000.00
16	48	S.G. do Amarante	12	Fabricação de caldearia média e pesada, tanques e tubulações para derivados de petróleo, câmaras hiperbáricas, telhas e lajes metálicas.	20,100,000.00
17	50	Caucaia	24	Fabricação de tecidos crus	20,000,000.00

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SDE/CE.

Reitera-se aqui a tendência do volume de investimentos convergir, ao longo do tempo, cada vez mais para a Região do CIPP. E à medida que se adensa essa concentração, São Gonçalo Amarante passa a ser o principal destino dos investimentos, dado que, no momento, a opção por Caucaia se dá pelo maior porte desse Município e a maior proximidade com a Cidade de Fortaleza. (QUADROS N^{os} 44 a 46)

QUADRO Nº 44 - EMPRESAS ATRAÍDAS NO PERÍODO DE JAN/95 A JAN/2003

EMPRESAS IMPLANTADAS						
GÊNERO	LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO	LINHA DE PRODUÇÃO	DATA	VALOR DO INVESTIMENTO	EMPREGOS DIRETOS	ORIGEM
10	Caucaia	Assentos e acessórios sanitários	28/05/98	100.000,00	55	CE
10	Caucaia	Pré-moldados de concreto	28/05/96	450.000,00	70	CE
10	Caucaia	Beneficiamento de minérios	18/02/98	50.000,00	10	CE
10	S.G. do Amarante	Pré-moldados de concreto	30/07/98	2.180.000,00	206	CE
12	Caucaia	Fabricação de tubos industriais perfis virados, etc.	28/04/97	7.100.000,00	180	CE
12	Caucaia	Antenas para TV	18/01/95	850.000,00	55	CE
12	Caucaia	Bombas, eletrobombas e motobombas	18/02/98	1.800.000,00	53	CE
12	Caucaia	Industrialização de produtos em aço carbono	23/07/01	2.000.000,00	50	CE
12	S.G. do Amarante	Peças automotivas	30/07/98	6.000.000,00	80	Alemã
12	S.G. do Amarante	Fabricação de aerogeradores e seus componentes	23/07/01	23.500.000,00	503	Alemã
13	Caucaia	Compact discs, CDs	03/07/95	8.000.000,00	30	SP
13	Caucaia	Tartarugas eletrônicas, vidro, controle e sinalização vertical, sinalização eletrônica e cabos óticos.	08/07/97	1.000.000,00	35	CE
16	Caucaia	Unidades móveis montada sobre chassis	08/07/97	3.000.000,00	103	RS
16	Caucaia	Espumas, colchões e estofados	22/09/97	600.000,00	73	CE
16	Caucaia	Beneficiamento de madeiras, fabricação de portas, janelas, ripas, linhas, caibros e carrocerias p/ caminhão	30/07/98	300.000,00	56	CE
16	Caucaia	Colchões, espumas e móveis	11/05/99	1.000.000,00	100	CE
17	Caucaia	Embalagens flexíveis de papel e cartão	05/11/96	7.350.000,00	136	RS
20	Caucaia	Ceras e afins	28/04/96	3.200.000,00	110	CE
20	Caucaia	Fabricação de produtos de higiene, cosméticos, saneantes e embalagens plasticas em geral	29/12/99	800.000,00	44	CE
20	Caucaia	Industrialização de tintas	01/06/01	526.000,00	54	CE
23	Caucaia	Embalagens plásticas em geral	28/04/96	157.324,00	11	CE
23	Caucaia	Fabricação de materiais plásticos para construção civil.	29/12/99	1.000.000,00	60	SP
23	Caucaia	Fabricação de tubos e artefatos plásticos	01/06/01	750.000,00	24	CE
24	Caucaia	Subprodutos têxteis	28/05/96	280.000,00	15	CE

Continua


QUADRO Nº 44 - EMPRESAS ATRAÍDAS NO PERÍODO DE JAN/95 A JAN/2003 (Continuação)
EMPRESAS IMPLANTADAS

GÊNERO	LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO	LINHA DE PRODUÇÃO	DATA	VALOR DO INVESTIMENTO	EMPREGOS DIRETOS	ORIGEM
25	Caucaia	Botões de metal	28/05/96	1.100.000,00	50	CE
25	Caucaia	Bonés, camisas e fardas	10/06/98	450.000,00	120	CE
25	Caucaia	Lingeries em geral	30/07/98	780.000,00	236	CE
26	Caucaia	Frutas desidratadas	28/05/96	606.000,00	23	CE
26	Caucaia	Alimentos congelados	18/02/98	1.000.000,00	80	CE
26	Caucaia	Massas congeladas	18/02/98	220.000,00	39	CE
26	Caucaia	Polpa de frutas	18/02/98	125.000,00	20	CE
26	Caucaia	<i>Jerked beef</i>	30/08/98	1.200.000,00	58	CE
26	Paracuru	Exploração, industrialização e comercialização de produtos de pecuária, avicultura e agricultura	29/12/99	5.936.296,80	55	CE
30	Caucaia	Material hospitalar (catgut, nylon, agulhas e algodão)	27/07/95	160.000,00	53	CE
31	Caucaia	Componentes p/ calçados (tecidos dublados)	08/07/97	5.000.000,00	100	RS
36	Caucaia	Usina termelétrica destinada à geração de energia elétrica	03/09/01	250.000.000,00	20	RJ
36	Caucaia	Geração de energia elétrica	01/02/02	9.988.000,00	10	RJ
36	S.G. do Amarante (Taíba)	Usinas eólicas destinadas à geração de energia elétrica.	18/02/98	18.000.000,00	25	Alemã
36	S.G. do Amarante	Geração de energia elétrica	01/02/02	8.989.000,00	10	RJ

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SDE/CE.

QUADRO Nº 45 - EMPRESAS DE IMPLANTAÇÃO
EMPRESAS DE IMPLANTAÇÃO

GÊNERO	LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO	LINHA DE PRODUÇÃO	DATA	VALOR DO INVESTIMENTO	EMPREGOS DIRETOS	ORIGEM
10	Caucaia	Fabricação de argamassa para assentamento de cerâmica, rejuntamento, impermeabilizantes, tintas e aditivos diversos	30/03/01	930.000,00	200	CE
12	Caucaia	Equipamentos industriais	28/05/96	310.000,00	61	CE
24	S.G. do Amarante	Fabricação de malhas e confecções	20/12/00	3.330.000,00	100	Portugal
26	S.G. do Amarante	Ração animal	30/07/98	218.000,00	17	CE
30	Caucaia	Empreendimento turístico	28/05/96	0,00	0	Itália
36	Caucaia	Geração de energia elétrica	30/10/01	550.000.000,00	30	Espanha

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SDE/CE.


QUADRO Nº 46 - EMPRESAS ATRAÍDAS NO PERÍODO DE JAN/95 A JAN/2003
EMPRESAS EM PROTOCOLO

GÊNERO	LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO	LINHA DE PRODUÇÃO	DATA	VALOR DO INVESTIMENTO	EMPREGOS DIRETOS	ORIGEM
0	S.G. do Amarante	Gases industriais	22/09/97	40.000.000,00	100	SP
10	Caucaia	Fabricação de pré-moldados e artefatos de concreto	30/03/01	1.700.000,00	70	RS
12	Caucaia	Estruturas metálicas, tanques carrocerias fechadas	18/02/98	695.000,00	81	CE
12	Caucaia	Fabricação de torres para aerogeradores, elementos de caldeiraria e máquinas em geral	03/09/01	8.000.000,00	70	Alemã
12	S.G. do Amarante	Fabricação de produtos siderúrgicos	10/04/01	500.000.000,00	600	Itália
12	S.G. do Amarante	Processamento de produtos siderúrgicos	09/10/01	580.000.000,00B	650	USA
12	S.G. do Amarante	Fabricação de aerogeradores, componentes e peças	04/07/02	3.000.000,00	35	Alemã
12	S.G. do Amarante	Fabricação de caldeiraria média e pesada, tanques e tubulações para derivados de petróleo, câmaras hiperbáricas, telhas e lajes metálicas.	18/12/02	20.100.000,00	167	ES
13	Caucaia	Medidores eletrônicos	18/02/97	200.000.000,00	2.000	USA
13	Paracuru	Instalação, fabricação de equipamento de energia eólica	08/06/99	170.000.000,00		Alemã
13	S.G. do Amarante	Fabricação de quadros elétricos e correlatos	29/12/99	8.000.000,00	130	CE
16	Caucaia	Móveis estofados	30/08/98	1.500.000,00	100	CE
16	S.G. do Amarante	Móveis e equipamentos para especialidades profissionais	30/07/98	1.200.000,00	60	PR
16	S.G. do Amarante	Produção de móveis, portas, janelas, assoalhos, lambris e decks.	18/10/00	2.000.000,00	100	CE
16	S.G. do Amarante	Fabricação de móveis domésticos de plásticos, revestimentos, marcenaria em geral.	18/10/00	4.500.000,00	100	SP
17	Caucaia	Fabricação e transformação de celulose em papéis especiais	29/12/99	9.017.500,00	120	RJ
20	Caucaia	Produtos químicos de uso hospitalar e doméstico	18/02/98	800.000,00	30	CE
20	Caucaia	Cosméticos	30/07/98	3.296.493,00	160	CE
22	Caucaia	Refinação de petróleo	02/10/98	0,00	0	RJ
22	Caucaia	Tançagem de combustível e lubrificantes	18/12/02	89.700.000,00	111	ES
22	S.G. do Amarante	Refinaria de petróleo e produção de derivados	03/01/02	4.480.000.000,00	500	USA

Continua


QUADRO Nº 46 - EMPRESAS ATRAÍDAS NO PERÍODO DE JAN/95 A JAN/2003 (Continuação)

EMPRESAS EM PROTOCOLO						
GÊNERO	LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO	LINHA DE PRODUÇÃO	DATA	VALOR DO INVESTIMENTO	EMPREGOS DIRETOS	ORIGEM
23	Caucaia	Produção de mesas, cadeiras, baldes, bacias, caixas, prod. Para Indústria e utensílios em geral	29/12/99	7.200.000,00	190	CE
24	Caucaia	Fabricação de tecidos crus	30/03/01	20.000.000,00	300	CE
24	Caucaia	Beneficiamento de tecidos, couros e plásticos (estamparia têxtil, acessórios, brindes e design têxtil)	06/05/02	1.500.000,00	441	SP
25	Caucaia	Roupas infantis	18/02/98	15.000.000,00	900	CE
25	Caucaia	Industrialização de roupas e acessórios de mergulho	27/05/99	280.000,00	16	MG
25	Caucaia	Confecção de roupas (jeans)	29/12/99	500.000,00	200	CE
25	Caucaia	Fabricação de confecções de roupas masculinas e femininas	03/09/01	870.000,00	78	CE
25	S.G. do Amarante	Fabricação. de confecções e malharia	20/12/00	3.000.000,00	110	PR
26	Caucaia	Congelados de peixes e mariscos	30/07/98	1.140.000,00	237	CE
26	Caucaia	Fabricação de ração animal	18/12/02	825.000,00	74	CE
26	Caucaia	Produção de massas alimentícias e salgadinhos de milho	18/12/02	520.000,00	81	CE
26	S.G. do Amarante	Fabricação de alimentos	08/07/97	1.800.000,00	42	SP
29	Caucaia	Atividade dedicada ao setor de tecnologia de impressão editorial (rótulos e etiquetas) leitura de códigos de barra e serviços gráfico e comercial	18/12/02	1.850.000,00	120	CE
30	Caucaia	Comercialização (importação e exportação) de flores, cachepôs, vasos e objetos	18/02/98	5.000.000,00	506	CE
30	Caucaia	Fabricação de produtos de fibra	29/12/99	500.000,00	46	CE
30	Caucaia	Indústria e comércio de mantas asfálticas	30/03/01	1.500.000,00	32	CE
30	S.G. do Amarante	Dessalinizadores	30/07/98	100.000,00	15	SP
30	S.G. do Amarante	Instalação de um empreendimento industrial e de um complexo multimodal de transporte de carga (aérea, ferroviária, aquaviária e rodoviária)	30/03/01	2.280.000.000,00	10.000	SP
31	Caucaia	Fabricação de formas para calçados	27/05/99	2.110.000,00	15	MG

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SDE/CE.

1.5.4 CONCLUSÕES

A economia da área em estudo tem Caucaia como o município que apresenta, atualmente, melhor infraestrutura e base produtiva, principalmente no setor secundário. O potencial turístico, elemento chave na geração de emprego e renda, é patente, a heterogeneidade quanto às opções (praia, serra, sertão) criam possibilidade de oferta de produtos turísticos flexíveis, de forma a amenizar a saturação/esgotamento dos produtos bem como suavizam os efeitos sazonais.

Já o setor público apresenta a necessidade de melhor se estruturar quanto à capacidade arrecadatória para fazer frente às novas e crescentes demandas por serviços públicos. Apesar de algumas dificuldades de ordem prática face aos aspectos políticos, a formação de Consórcios entre os municípios aparece como uma ação a ser trabalhada desde já. A ação conjunta de municípios para resolver problemas comuns amplia a capacidade de atendimento aos cidadãos e o poder de diálogo das Prefeituras junto aos governos estadual e federal.

Quanto ao estágio dos investimentos em marcha, os que foram atraídos pelo programa de promoção industrial e atração de investimentos para o Estado, no período que vai de Janeiro de 1995 à Janeiro de 2003, 12,2% das empresas instaladas ou em fase de instalação, tiveram como destino a Área de Influência Direta do CIPP, AIDCIPP. Esses empreendimentos representam 4,6% do total de novos de empregos e 18,0% dos investimentos realizados.

Os setores metal-mecânico, de produtos alimentícios, de geração de energia, e de produtos de mineração não metálicos representam mais da metade do número de empreendimentos realizados. O setor de energia foi responsável por 90% do capital investido na região, e o setor metal-mecânico gerou 28,7% dos empregos diretos.

Espera-se que o adensamento do setor secundário na área direta de influência do CIPP tome maior fôlego logo que uma das indústrias âncora entre no estágio de instalação.